UNIVERSIDADE Đ
COIMBRA

Luís Filipe Ferreira da Silva

Arqueologia em Desenvolvimento

Con

IMBRIGA
DEIXA-A-VELHA

Con: Um Polo de Investigação como força motriz da coesão urbana.

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor Adelino Gonçalves e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019

ARQUEOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA • Um Polo de Investigação como força motriz da coesão urbana.

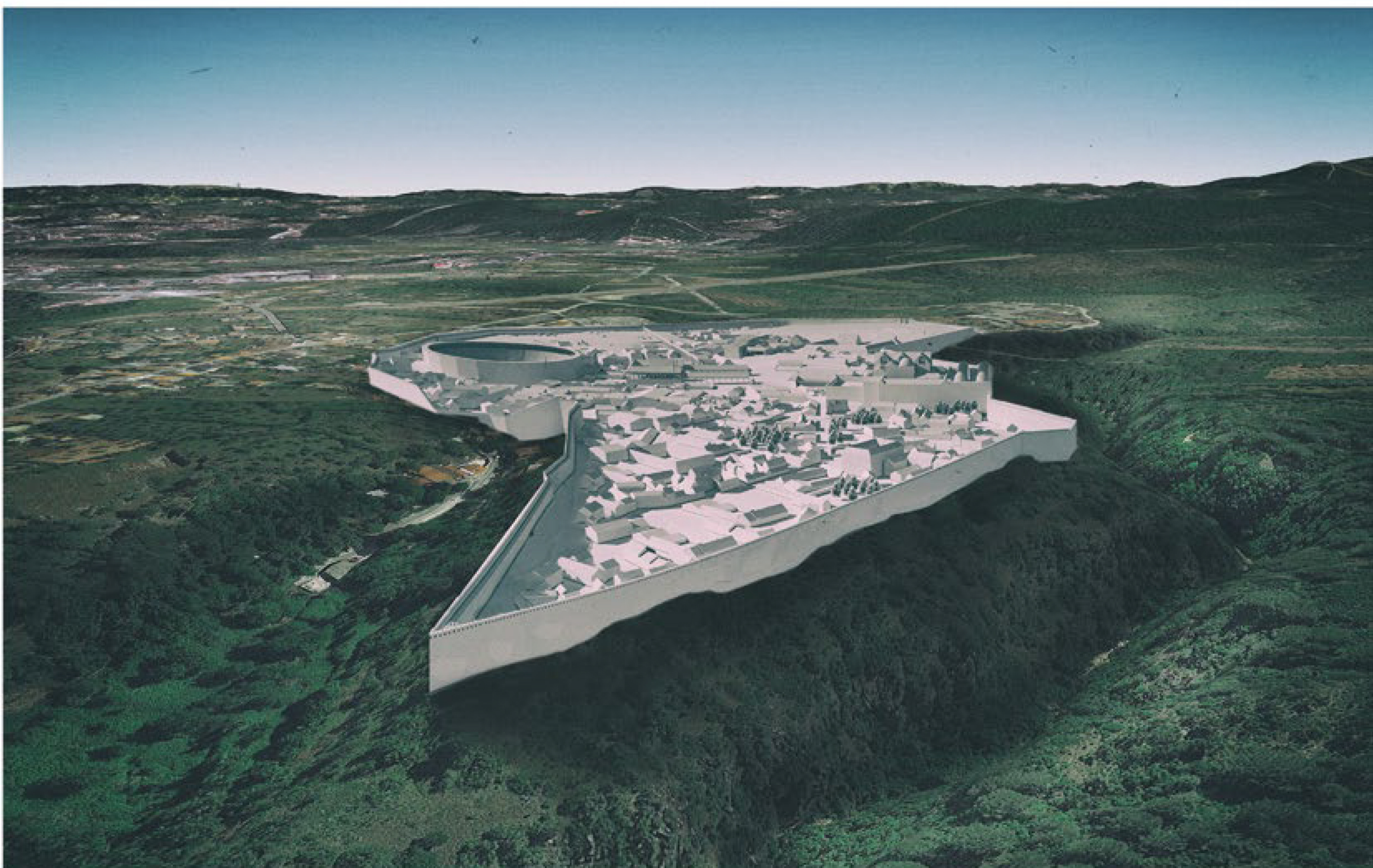


Figura 1: Reconstituição do *oppidum* de Conimbriga.

Nota à edição:

O documento segue com o novo Acordo Ortográfico;
O símbolo “ ” indica que existe conteúdo na parte posterior da página;
Para a melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

ao Professor Doutor Adelino Gonçalves, pela disponibilidade e acompanhamento ao longo o trabalho,
ao meu Pai, à minha Mãe,
à minha família e amigos pelo apoio,
a ti, Daniela, pelo teu amor e carinho,

ao diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, Doutor José Ruivo,
e a todos que tornaram possível este trabalho.

Aos meus Pais, por tudo.

RESUMO

Condeixa-a-Nova frui da sua localização na região do Centro de Portugal, tal como no seu passado, Conimbriga beneficiou da sua posição central no território da Lusitânia. Desde o séc. IX a.C. são conhecidos vestígios da fixação humana no território de Condeixa. Da implantação do *oppidum* à fixação no Vale a Norte, do nascimento de uma nova Condeixa à atualidade, foram várias as transformações que tiveram lugar no seu território. Como consequência desta evolução, vários impactos associados à expansão urbana e à construção de novos itinerários rodoviários contribuíram para a segregação de várias áreas. Como resposta a estas fragilidades, a estratégia desta dissertação ensaia uma intervenção arquitetónica, assente na cultura como pilar de desenvolvimento sustentável, com efeitos positivos no desenvolvimento económico, social e na preservação ambiental. Com o objetivo de valorização do património arqueológico singular presente no seu território, a proposta defende a criação de um Polo de Investigação em Arqueologia. Um objeto isolado que deve ser entendido como parte integrante de uma estratégia global que tem como principal objetivo, a coesão urbana do território de Condeixa.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Salvaguarda em Desenvolvimento, Arqueologia, Património Arqueológico, Investigação, Coesão Urbana, Conímbriga, Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova.

ABSTRACT

Condeixa-a-Nova enjoys an advantageous location that comes from the central position of the urban settlement in the territory of Lusitania that originated it: Conimbriga. Traces of human occupation of this territory are known since the 9th century BC and there have been several transformations in its territory since then, from the establishment of the *oppidum* to the settlement in the North Valley, from the birth of a new Condeixa to the present. As a consequence of this development, several impacts associated with urban sprawl and the construction of new roads contributed to the segregation of various areas of the Condeixa urban system. To address these weaknesses, the strategy tested in this dissertation proposes an architectural intervention based on culture as a pillar of sustainable development, with positive effects on economic, social development and environmental preservation. To value the unique archaeological heritage present in this territory, the proposal advocates the creation of a Center for Research in Archeology, a piece of equipment is an integral part of a global strategy whose main objective is to strengthen the urban cohesion of the urban system of Condeixa.

Keywords: Sustainable Development, Safeguard in Development, Archeology, Archaeological Heritage, Investigation, Urban Cohesion, Conimbriga, Condeixa-a--Velha, Condeixa-a-Nova.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ADEC	Associação de Desenvolvimento Empresarial de Condeixa
ADSICÓ	Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó
AFAR	American Foreign Academic Research
AL21	Agenda 21 Local
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
APU	Área predominantemente urbana
CCDRR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEAACP	Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
CEF	Curso de Educação e Formação
CGLU	Organização Mundial das Cidades e Governos Locais Unidos
CIM RC	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CMAD	Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento
CMC	Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
DGEMN	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DINAA	Digital Index of North American Archaeology
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EPA	Escola Profissional de Arqueologia
FDT	Fotogrametria Digital Terrestre
FESTEA	Festival Internacional de Teatro de Tema Clássico
GETAP	Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional
HUL	Historic Urban Landscape

IBBY	The International Board on Books for Young People
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IFRRU 2020	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPCR	Instituto Português de Conservação e Restauro
IPM	Instituto Português de Museus
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MNA	Museu Nacional de Arqueologia
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAVC	Parque Arqueológico do Vale do Côa
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Passport in Time
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO.RO.S	Museu Portugal Romano em Sicó
PROVERE	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RERU	Regime Jurídico Excecional da Reabilitação Urbana
SNI	Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
STROM	Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management
UI&D	Unidade de Investigação & Desenvolvimento
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VL3DT	Varrimento Laser 3D Terrestre

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
I	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**	25
1.1	A evolução do conceito	25
1.2	Cidade e Desenvolvimento Sustentável: oportunidade ou ameaça?	37
1.3	Portugal	43
	Centros Históricos	49
1.4	Cultura: 4º Pilar do Desenvolvimento	53
II	**ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL:** perspectiva histórica	61
III	**SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**	81
3.1	Riscos: naturais e antrópicos	81
3.2	A Abordagem HUL e a gestão integrada do património	85
3.3	Casos de estudo	97
	Troia	99
	Escola Profissional de Arqueologia	111
	Conimbriga	123
	Ocupações do *oppidum*	123
	Intervenções/trabalhos	129
	Museu Monográfico	135
	Gestão do Museu Monográfico	141

IV PROPOSTA 147

4.1 Objeto da estratégia 147
Localização de Condeixa-a-Nova 147
Evolução Histórica/Urbana 147
Caracterização do território 151

4.2 O(s) centro(s) em Condeixa 157
Contexto do exercício 157
IC2: de Itinerário que desagrega a Avenida que Une 163
CoiN: com um novo Centro, Condeixa Inova 165
ZIL: Zona Industrial. L de Ligeira, I de Integrada 167
ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um Único Lugar 169

4.3 Arqueologia em Desenvolvimento 171
Estratégia global 171
Reforço de ligações 175
Parque Urbano 177
Polo de Investigação 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS 193
BIBLIOGRAFIA 199
FONTE DAS IMAGENS 231
ANEXOS 233

INTRODUÇÃO

Em linha com as diretrizes internacionais estabelecidas na Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO, 2011), esta dissertação defende o novo paradigma da salvaguarda em desenvolvimento, assente num conhecimento cabal do objeto de estudo, o arqueossítio de Conimbriga, de forma a reforçar a sua integração no desenvolvimento local.

Com este novo paradigma pretende-se que o património, através da sua expressão histórica, desempenhe uma função extremamente importante como motor de desenvolvimento, contrariamente à forma como este foi classicamente considerado, enquanto conjunto de bens culturais a proteger, afastando dos processos de desenvolvimento territorial.

Para este efeito, as propostas desenvolvidas foram pensadas com base nos efeitos multiplicadores de dois grandes grupos de intervenções no espaço físico de Condeixa-a-Velha: a requalificação paisagística da envolvente próxima e a criação de um Polo de Investigação em Arqueologia. Em conjunto, os efeitos destas intervenções e dos programas afetos contribuirão para a concretização do grande objetivo da estratégia global desenvolvida no âmbito do exercício de Atelier de Projeto IID em 2017/2018 que as enquadra: o reforço da coesão urbana do sistema urbano de Condeixa[1].

Contextualizando, Condeixa-a-Nova é um sistema urbano polinucleado, ou seja, é composto por vários núcleos urbanos com características diversas: aldeias; a vila; urbanizações recentes; área industrial e centro histórico. Destes, destacam-se o núcleo urbano de Condeixa-a-Nova, o centro do município, onde estão instalados os serviços públicos, os equipamentos de ensino e de saúde, e o núcleo de Condeixa-a-Velha, atravessado pelo IC3, que é dominado pela presença do *oppidum* de Conimbriga.

Como qualquer outro território, Condeixa tem as suas forças e as suas fragilidades. Entre estas, destacam-se as infraestruturas rodoviárias presentes no território, que

1 O execício tem como objeto de estudo o município de Condeixa-a-Nova e é dividido em quatro setores e é descrito detalhadamente no Capito IV - Arqueologia em Desenvolvimento.

geram impactos negativos devidos às fraturas que provocam, como também a forte pressão imobiliária e povoamento disperso. Porém, embora estas infraestruturas criem este tipo de impactos, também criam algumas forças. Desde logo porque proporcionam grande acessibilidade e integração regional e nacional. Além desta força, contam-se também o património arqueológico do arqueossítio de Conimbriga, "*boas condições físicas do território (solos e recursos hídricos)*" – que permitem a produção de bens agroalimentares variados e de qualidade – e as características paisagísticas do Baixo Mondego, que "*apresentam motivos e valores que justificam o reforço touring cultural e o turismo de natureza*"[2].

A estratégia desenvolvida no referido Atelier de Projeto IID tem a ambição de contribuir para o controlo de algumas fragilidades do território de Condeixa. No caso das propostas desenvolvidas nesta dissertação, esse contributo é dado pelo reforço da integração de Condeixa-a-Velha, fazendo face à sobretudo à sua segregação, muito devida ao Itinerário Complementar (IC3), construído na década de 90.

O conceito assenta na criação de um Polo de Investigação em Arqueologia, que se pretende que se constitua como um motor de desenvolvimento de Condeixa, através de um conjunto de ondas de choque positivas que pode criar, nomeadamente através da promoção de atividades culturais e pedagógicas, prestação de serviços, lazer, etc.

A proximidade às ruínas e o fato de apenas 1/7 da área do arqueossítio estar a descoberto, são fatores determinantes para justificar a pertinência do projeto, sobretudo pela valorização de Conimbriga que poderá proporcionar.

As características rurais de Condeixa-a-Velha são um valor identitário do lugar e também são valorizadas nas propostas aqui defendidas. De forma a reforçar essa identidade, é criado um parque rural que contribui para a requalificação ambiental da envolvente de Conimbriga. Como o mesmo objetivo, também é criado um largo em frente da Igreja Matriz de São Pedro e do cemitério, que resultará da implantação do próprio Polo.

O programa do Polo de Investigação em Arqueologia, além da unidade de investigação propriamente dita, inclui uma unidade de alojamento para investigadores, localizada nas proximidades.

A par da instalação do Polo, é também proposta a criação de novos serviços e novos equipamentos de interesse comunitário, como um parque urbano que possui um belvedere como elemento marcante na paisagem, armazenamento de vestígios

2 Tal como é dito no enunciado do exercício referido no Cap. IV e incluído nos anexos.

arqueológicos, horta comunitária, restaurantes ou cafés.

Além dos próprios objetivos da estratégia aqui defendida, esta dissertação tem o objetivo de criar bases de discussão sobre as fragilidades e forças de Condeixa pelas partes interessadas, sejam pessoas individuais ou organizadas, bem como organizações civis e empresariais. Por último, é esperado que esta dissertação contribua para um avanço no conhecimento das matérias tratadas: a dimensão urbana da reabilitação e a salvaguarda em desenvolvimento.

Estrutura

Esta dissertação desenvolve-se em quatro capítulos. O primeiro, "Desenvolvimento Sustentável" apresenta o próprio conceito e a sua evolução ao longo tempo. No seguimento desta contextualização, é identificado o papel das cidades no desenvolvimento sustentável e é introduzido o contexto nacional e as suas especificidades, no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento urbano na segunda metade do século XX e às suas consequências na desagregação das cidades e segregação dos centros históricos.

No segundo capítulo - Arqueologia em Portugal: perspetiva histórica – é caracterizada a evolução da arqueologia como disciplina no contexto nacional e, desta forma, são identificados os momentos mais importantes da sua história, bem como os seus intervenientes.

No terceiro capítulo – Sítios Arqueológicos – são desenvolvidos alguns pontos essenciais da gestão do património arqueológico, nomeadamente os que se relacionam diretamente com riscos naturais e riscos antrópicos, e a evolução do conceito *património*.

De forma a alcançar um melhor entendimento das preocupações presentes na gestão do património e o seu contributo para a valorização e desenvolvimento territorial, são analisados os casos de estudo de Troia, da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo e, por último, Conimbriga, que é igualmente o objeto de estudo desta dissertação.

O quarto e último capítulo – Proposta – incide nas propostas desenvolvidas para Conimbriga e Condeixa-a-Velha. Na primeira parte deste capítulo são analisadas as características do território intervencionado, como objeto da estratégia "O(s) Centros em Condeixa", realizada na unidade curricular Atelier de Projeto IID no ano letivo 2017/2018.

Por fim, o desenvolvimento da proposta Arqueologia em Desenvolvimento.

I DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 A evolução do conceito

Poluição, degradação ambiental, exploração inusitada de recursos, crescentes assimetrias sociais e crescimento extensivo da urbanização, são alguns sinais de modelos de desenvolvimento que são insustentáveis. Como causador destes desequilíbrios, o homem deverá ser também o ator das soluções, de modo a garantir as suas necessidades no presente e sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

A consciência dos efeitos negativos dos modelos de desenvolvimento que criaram o cenário preocupante que se vive hoje, não é recente. Na década de 60 e ao longo das décadas seguintes, foram vários os sinais que foram sendo dados demonstrando o reforço da consciência dos efeitos negativos daqueles modelos de desenvolvimento e da necessidade de definir políticas de ordenamento do território capazes de instalar uma mudança de paradigma.

Em 1972, na cidade de Estocolmo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano, que foi a primeira ação mundial com o objetivo de salvaguardar o meio ambiente, através da consciencialização da sociedade para as consequências de um modelo de desenvolvimento que sobrevalorizou o crescimento económico, em detrimento da preservação dos recursos naturais. Como resultado dos trabalhos deste encontro que envolveu representantes de 113 países e de inúmeras organizações governamentais e não-governamentais, foi lançado um relatório composto por 26 princípios e 109 recomendações para as políticas de ordenamento territorial, intitulado "*Report of the United Nations Conference on Human Environment*", também conhecido por *Stockholm Conference* (ONU,1972). Segundo Jeremy Caradonna (2014:145) esta conferência marcou um momento determinante na história da cooperação internacional em questões ambientais.

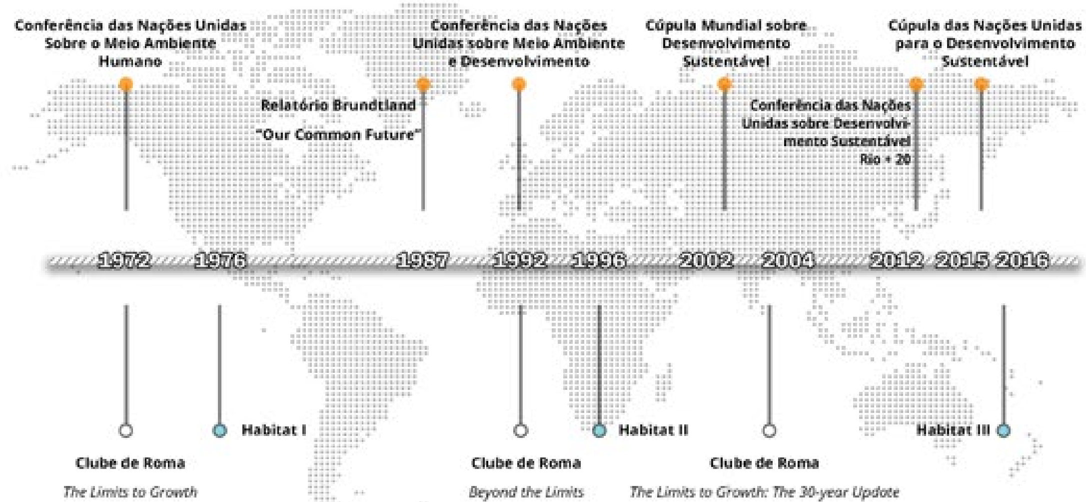


Figura 2: Cronologia de conferências e encontros sobre o Desenvolvimento sustentável.

Com o reconhecimento pela comunidade internacional da necessidade de proteger os recursos naturais e de desenvolver políticas de salvaguarda, foi criado, também em 1972, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

Neste mesmo ano, é ainda importante destacar a publicação do primeiro relatório da organização Clube de Roma[3] , intitulado The Limits To Growth. O relatório foi elaborado por uma equipa de cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) liderada por Dr. Dennis L. Meadows e com base na análise dos fatores abordados – "*...population, agricultural production, natural resources, industrial production, and pollution...*" (MEADOWS et al., 1972: 11,12) - as conclusões então avançadas eram:

> *"1. If the present growth trends in world population, industrialization, pollution, food production, and resource depletion continue unchanged, the limits to growth on this planet will be reached sometime within the next one hundred years. The most probable result will be a rather sudden and uncontrollable decline in both population and industrial capacity.*
>
> *2. It is possible to alter these growth trends and to establish a condition of ecological and economic stability that is sustainable far into the future. The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential.*
>
> *3. If the world's people decide to strive for this second outcome rather than the first, the sooner they begin working to attain it, the greater will be their chances of success."* (MEADOWS et al., 1972: 23,24)

A mensagem defendida no relatório permanece válida atualmente. A ideia de que os recursos da terra são infindáveis está muito longe de ser verdadeira e com o crescimento da população mundial, com o aumento da poluição e com as alterações climáticas, os recursos da Terra não podem proporcionar um futuro sustentável.

3 O Clube de Roma é uma organização não-governamental (ONG) criada em 1968, na sequência de um encontro internacional realizado na mesma cidade, que contou com a presença de cerca de 30 personalidades ligadas à ciência e à economia a convite de Alexander King e Aurelio Peccei. O objetivo dos seus criadores foi estudar e compreender os problemas políticos, económicos, sociais e ambientais que se manifestavam a nível global, de modo a encontrar um novo entendimento global e um nova solução ao modelo de desenvolvimento que estava a ser seguido, para assim cativar a atenção da população e do poder politico (Meadows et al., 1972).

O reconhecimento dos efeitos do aumento da população mundial e do crescimento da urbanização por parte dos governos e dos líderes mundiais, foi evidente com a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, *Habitat I*[4] , que decorreu em Vancouver em 1976 (Habitat, 1976). Com base no reconhecimento de que a urbanização é um assunto global e que necessita de ser debatido de uma forma transversal, um dos resultados deste encontro foi a criação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos em 1978 (ONU-HABITAT).

Na década seguinte, em 1983, a Assembleia Geral das Nações Unidas assumiu a necessidade de serem formuladas estratégias ambientalmente sensíveis, globais e de longo prazo. Deste modo, mandatou Gro Harlem Brundtland[5] a formular uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e a presidir uma Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), independente, de modo a analisar o grande desafio do desenvolvimento mundial. As suas conclusões foram publicadas em forma de relatório com o título *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future* (1987), relatório que ficou também conhecido como Relatório Brundtland.

A década de 90 é marcada pelo desenvolvimento do próprio conceito associado à globalização, especialmente no que diz respeito aos avanços tecnológicos.

Em Junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, decorreu a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, ou Rio-92, com o objetivo de discutir as conclusões e as propostas do Relatório Brundtland e reafirmar a anterior Declaração de Estocolmo (1972), procurando dar-lhe continuidade (ONU,1992). Dos 27 princípios da Declaração[6] resultante desta Conferência, além da preocupação pela preservação e salvaguarda do meio ambiente, ressalta a importância dada ao desenvolvimento, não o entendendo como um processo/conceito singular, mas como um processo/conceito dependente de outro(a) fator, a sustentabilidade. Como refere o Princípio 4 da Declaração:

4 Encontro realizado entre 31 de Maio e 11 de Junho de 1976 em Vancouver. Do encontro resultou um relatório com 64 recomendações, aprovado pelas 54 entidades governamentais presentes, de forma a promover políticas adequadas ao desenvolvimento urbano (Habitat, 1976).

5 Nascida em Oslo, em 1939, Gro Harlem Brundtland formou-se nas Universidades de Oslo e Harvard, em Ciências Físicas e Medicina, com especialização em Pediatria, em 1965. Foi a primeira mulher a alcançar o cargo de primeira-ministra na Noruega e diretora da Organização Mundial de Saúde (OMS) no período 1998-2003. Mais informação em http://www.who.int.

6 Em ONU Doc. (A / CONF.151 / 26 (Vol. I).

> *"In order to achieve sustainable development, environmental protection shall constitute an integral part of the development process and cannot be considered in isolation from it."* (ONU,1992:2)

A par desta Declaração, foi aprovada também a *Agenda 21*, um plano a ser adotado quer por entidades locais, nacionais e globais, mas também pela sociedade civil, de modo instalar novas práticas de intervenção territorial que se traduzissem na implementação de um novo paradigma de desenvolvimento[7].

Desta forma, a valorização das relações do desenvolvimento económico e a coesão social com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, passaram a ser defendidos em todo o mundo, tendo sido realizadas várias conferências desde então e produzida uma vasta a doutrina publicada em cartas com o mesmo objetivo.

Neste contexto, em 1996, Istambul recebeu a segunda conferência sobre assentamentos humanos, *Habitat II*[8] . Passados 20 anos da realização da *Habitat I*, era necessário avaliar a evolução das medidas adotadas no passado em relação ao processo de urbanização e como resultado, na sua declaração, assumindo-se que as cidades são os motores do crescimento global, defendeu-se que eram necessárias políticas mais fortes por parte das autoridades locais (HABITAT,1996).

Já no novo milénio, em 2002, no âmbito da *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*[9] que teve lugar em Joanesburgo, ficou estabelecido mais um compromisso com a Humanidade através da Declaração de Joanesburgo[10]. Nesta declaração, é evidente a reflexão realizada pelos representantes das 193 nações participantes sobre a evolução e o resultado das medidas adotadas na anterior *Cúpula da Terra* e da *Agenda 21*. A defesa do conceito de desenvolvimento sustentável foi reforçada, através da minimização das ameaças relacionadas com o desenvolvimento exclusivamente económico, como a fome, o terrorismo, a corrupção e desastres naturais, entre outros (World Summit on Sustainable Development, 2003:3).

Em 2004, os alertas para as consequências negativas de um crescimento

7 No contexto Português, como reflexo das linhas e dos compromissos internacionais assumidos na Cúpula da Terra foi criado o instrumento *Agenda 21 Local* (AL21). Consiste num plano de ação a nível local, como o nome indica, desenvolvido pela administração pública com a participação da comunidade civil (Silva, et al.,2007).
8 Conferência que decorreu de 3 a 14 de junho de 1996 com a presença de líderes governamentais de 171 países.
9 Também denominada Rio+10, uma década após a conferência Rio-92.
10 Em ONU Doc. A/CONF.199/20.



Figura 3: Oito objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

descontrolado num planeta com recursos finitos, foram repetidas com a publicação da terceira edição do The Limits To Growth, intitulado: *Limits To Growth - The 30 Year Update*. Passado 30 anos, as preocupações eram as mesmas, mas procurou-se passar a mensagem de uma forma mais impactante e com dados mais recentes (MEADOWS et al., 2004).

Mais recentemente, em 2012, o compromisso com o desenvolvimento sustentável foi renovado através da *Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*[11] defendendo-se, mais uma vez, "...*an economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations*" (ONU, 2012, art. 1) . Esta conferência, que teve lugar no Rio de Janeiro, contou com a participação de representantes de cerca 188 Estados e Nações e com a participação da sociedade civil, reconhecendo assim a importância e o papel ativo da sociedade no processo de desenvolvimento sustentável (ONU, 2012, art. 44) .

Além do documento final e dos compromissos assumidos para promoção do desenvolvimento sustentável, iniciou-se um processo de desenvolvimento de um conjunto de *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), baseados nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM) aprovados em 2000 pela ONU[12].

Ora, com este conjunto de documentos doutrinários, era desejável que os resultados da implementação dos seus princípios e recomendações fossem animadores, no entanto, não são. Por isso, é necessário dar resposta ao desafio de criar compromissos a curto prazo, com negociações mais eficientes, para diminuir as resistências à implementação de medidas há muito definidas, de modo a implementar estratégias de desenvolvimento sustentável de uma forma efetiva. Este desafio está presente nos compromissos assumidos na *Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, que teve lugar em Nova Iorque em 2015.

Como resultado deste encontro, foi publicado o documento *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*[13], que este estabelece um compromisso com a humanidade através dos seus 17 objetivos e da enumeração de várias metas, de modo a abordar de forma integrada as várias dimensões do desenvolvimento sustentável: social, económica, ambiental e cultural.

11 Em ONU Doc. A/CONF.216/16.

12 Em setembro do ano 2000, todos os participantes dos 191 estados membros (à data), assinaram um compromisso com o objetivo de alcançar os 8 objetivos definidos na Declaração do Milénio das Nações Unidas aprovada na Cimeira do Milénio. Em A/RES/55/2).

13 Resolução aprovada em Assembleia Geral da ONU em 25 de Setembro de 2015 (A/RES/70/1)



Figura 4: Os dezassete objetivos do Desenvolvimento sustentável.

No âmbito desta dissertação merece relevo o 11.º objetivo – "*Cidades e Comunidades Sustentáveis*" – que tem como finalidade, tornar as cidades e comunidades, inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Das 10 metas que incorporam este objetivo destaco as seguintes:

- …
- 11.3 -"*Até 2030, melhorar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis em todos os países*" (ONU, 2015:21)*;*
- 11.4 -"*Fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo*'. (ONU, 2015:22).
- …

Em 2016, na terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, *Habitat III*[14] , o papel fundamental das cidades no desenvolvimento sustentável foi mais uma vez reconhecido, bem como as ameaças causadas pela rápida urbanização.

Habitat III foi a primeira conferência global depois da adoção da *Agenda 2030*, onde se discutiram e projetaram novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às questões que se levantam para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com o foco no processo de urbanização sustentável, de modo a garantir um novo compromisso da sociedade e do poder político com o desenvolvimento urbano, mas também avaliar os resultados alcançados desde a última conferência, *Habitat II*.

No seguimento destes debates e com o reconhecimento do protagonismo que as cidades devem ter para o desenvolvimento sustentável, todos os estados-membros das Nações Unidas refletiram os compromissos então assumidos nas suas políticas de desenvolvimento territorial e seguidamente adotaram uma nova agenda para urbanização, *New Urban Agenda*[15].

Esta nova agenda é um documento extenso, que engloba 175 itens. Destes, relevo o item 41, que vai de encontro à mudança de paradigma que é necessário implementar

14 Conferência que decorreu na capital do Equador, Quito, entre 17 e 20 de outubro de 2016 (HABITAT, 2016a).
15 Através da Resolução da Assembleia Geral em 23 de Dezembro de 2016. Em ONU Doc. A/RES/71/256

	1950	2015	2050
População Urbana	750 902 29,50%	3 594 868 53,90%	6 679 756 68,40%
População Total	2 536 431	7 383 008	9 771 822

Tabela 1: Percentagem da população mundial que reside em áreas urbanas (milhares)

no que diz respeito à organização institucional, criação e desenvolvimento de práticas do planeamento estratégico, baseadas em modelos de governança local. É importante promover mecanismos que garantam a participação da sociedade no processo de planeamento urbano, e assim espera-se que se reflita em políticas de desenvolvimento integrado (HABITAT, 2016b:12,13).

No contexto da união europeia, um dos territórios mais urbanizado do mundo, estes compromissos já têm reflexo em documentos de programação de políticas como a *Agenda Urbana para a UE*, resultante do "*Pacto de Amesterdão*"[16] , através de uma abordagem integrada do desenvolvimento urbano. Os objetivos desta agenda assentam em três pilares: 1) uma regulamentação mais assertiva; 2) a simplificação do acesso ao financiamento; 3) e o enriquecimento do conhecimento crítico das áreas urbanas, para assim se refletir em melhores práticas urbanas.

Contendo 12 temas prioritários, como, por exemplo, a pobreza humana, a habitação e a mobilidade urbana, tem como base esta mudança de paradigma em relação ao processo de urbanização (CONCELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2016).

1.2 Cidade e Desenvolvimento Sustentável: oportunidade ou ameaça?

Seja como consequência da industrialização ou da procura de melhores condições de vida, o processo de expansão das cidades teve um forte impulso a partir do séc. XIX e intensificou-se a partir do pós-guerra, embora com expressões diferentes, dependendo dos lugares. O crescimento nos meios urbanos é uma tendência a nível global, como mostra a tabela 1.

A população urbana tem crescido rapidamente, passando de cerca de 30% da população mundial em 1950, para 54% em 2015, sendo espectável que atinja os 68% em 2050[17] (ONU, 2018a).

Por isso, há respostas que têm de ser dadas às pressões e necessidades criadas pelo crescimento da população em termos gerais e da população urbana em particular, e as preocupações a ter em conta não devem incidir só no fator de crescimento, mas

16 Acordo resultante da Reunião Informal dos Ministros da UE Responsáveis pelos Assuntos urbanos em 30 de maio de 2016 em Amesterdão, Holanda.
17 Dados disponíveis em https://population.un.org/wup/.

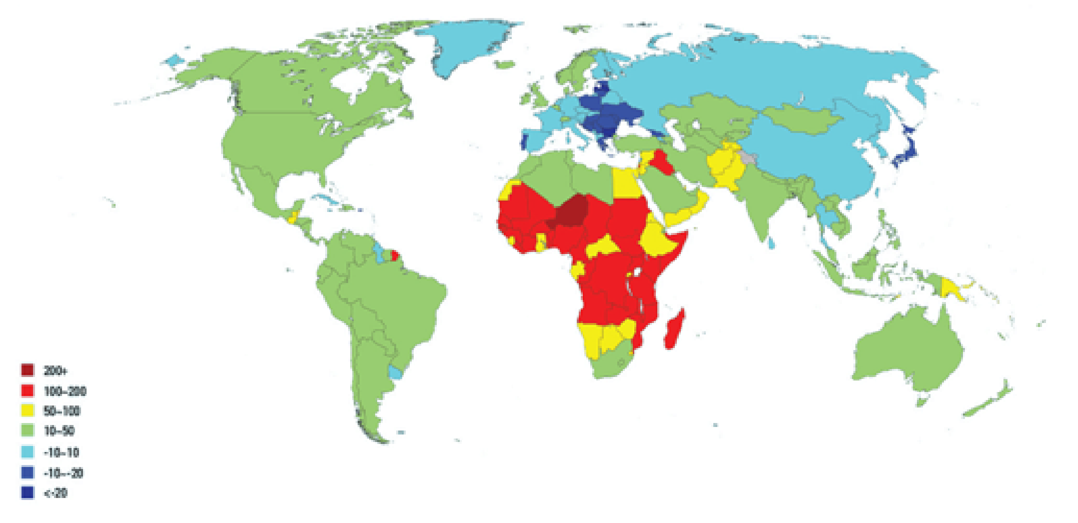


Figura 5: Perspectivas da População Mundial (2015-2050) - Revisão 2017.

		2015	2050	2100
População	Revisão em Baixa	740 813	646 343	421 915
	Revisão em Média		715 721	653 261
	Rvisão em Alta		788 325	969 329

Tabela 2: População do Continente Europeu (milhares)

		2015	2050	2100
População	Revisão em Baixa	1 194 369	2 281 343	3 109 059
	Revisão em Média		2 527 556	4 467 588
	Rvisão em Alta		2 726 996	6 236 333

Tabela 3: População do Continente Africano (milhares)

também na (re)qualificação dois territórios urbanizados.

No comunicado de imprensa do *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*[18], a "*urbanização sustentável é a chave para um desenvolvimento bem-sucedido*" (ONU, 2018b:2). Com o crescimento da população mundial, não é apenas nas áreas urbanas que é necessário garantir a qualidade de vida dos habitantes, mas também nas áreas rurais, ou seja, é necessário programar respostas com uma perspetiva integrada. Desse modo, é também importante que sejam reforçadas "*as ligações entre as zonas urbanas e rurais, baseando-se nas suas economias económicas, sociais e laços ambientais*" (ONU, 2018b:2) , ou seja, que se reforce a coesão urbana.

O crescimento da população manifesta-se com intensidades diferentes, dependendo das características de cada lugar e de fatores como o nível de desenvolvimento, a economia e o emprego. De facto, como se pode ver na figura 4, tendo como referência o ano de 2015 a população do continente Europeu apresentará um decréscimo de cerca de 12% (previsão em baixa) para o ano de 2050, agravando-se para os 34% em 2100. Numa tendência oposta, o continente Africano em 2050, segundo a previsão média, apresentará um crescimento de cerca 111%, e de 76% em 2100 (ONU,2017).

Deste modo, é necessário controlar um conjunto diversificado de desafios das cidades decorrentes da evolução demográfica e da urbanização, como também criar soluções e modelos de desenvolvimento sustentáveis.

As cidades, que albergarão cerca de 68% da população em 2050 (ONU, 2018a), consomem mais de 60% da energia global, são responsáveis por 70% das emissões de gases do efeito de estufa e da produção de lixo no mundo, cerca de 70% dos resíduos globais[19].

A redução da pobreza e os fortes impulsos no desenvolvimento são vantagens da urbanização, mas é importante salientar que tudo isto aconteceu num curto espaço de tempo e não foi devidamente controlado, o que permitiu o crescimento desordenado e de forma aleatória, criando grandes dificuldades para o desenvolvimento sustentável. Mas as cidades não representam apenas ameaças ao desenvolvimento sustentável. As cidades, que ocupam "apenas" cerca de 2% da área terrestre e representam 70% da economia global (PIB), são grandes centros de atividade e grandes centros culturais (HABITAT,2016c).

18 Mais informação em https://population.un.org/wup/Publications/
19 Dados recolhidos em http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/.

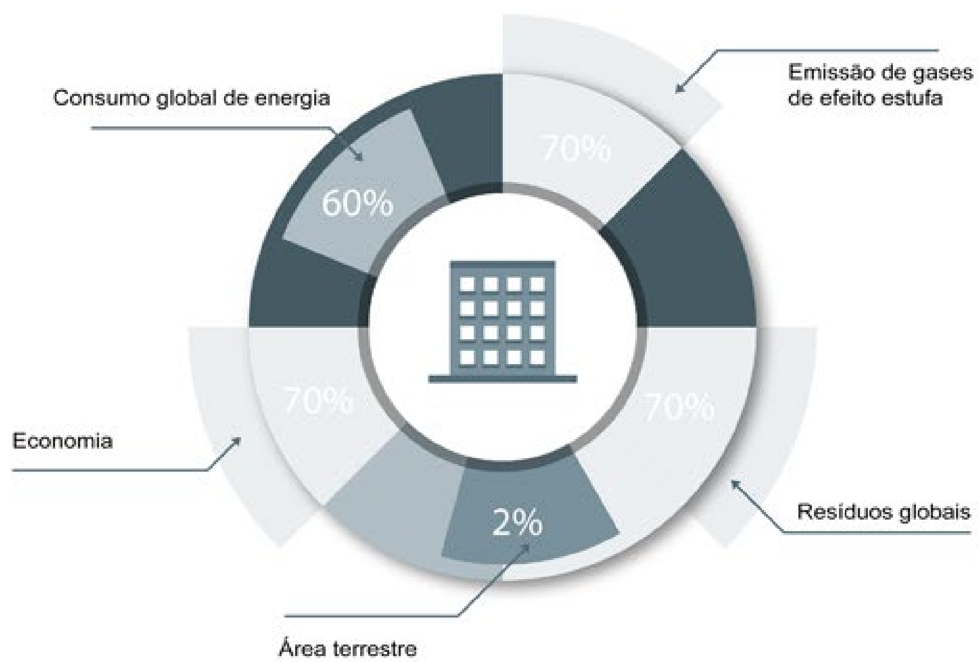


Gráfico 1: Contexto global das cidades

Num mundo em constante mutação, as áreas urbanas são os principais motores de crescimento económico e fontes de inovação, ostentando um crescimento demográfico contínuo. Paralelamente, emergem problemas e fragilidades quem têm merecido um grande empenho da comunidade Internacional na procura de respostas e soluções que se têm traduzido na definição de linhas orientadoras para as políticas a seguir. As cidades desta forma, representam um papel essencial na aplicação dessas diretrizes. Como centro político local é necessário refletir e planear as cidades com o objetivo do desenvolvimento sustentável de modo a satisfazer as necessidades da sociedade sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Deste modo, é necessário um programa/planeamento urbano assente sob visões integradas de desenvolvimento sensíveis a todos os aspetos constituintes da cidade. Cada área urbana possui caracteristicas que, com o aumento da população e a expansão urbana, podem tornar-se impercetíveis e até ser apagadas.

Em simultâneo com os compromissos assumidos internacionalmente com o desenvolvimento sustentável, a integração do Património e da Cultura, em termos gerais, deve ser reforçada. Anteriormente regulado por medidas de rígida proteção e de salvaguarda, a perceção em relação Património tem vindo a evoluir no sentido de figurar um recurso importante no desenvolvimento urbano. Esta perspetiva tem merecido relevo cada vez mais, através do reconhecimento do papel da Cultura no reforço da identidade social e no seu entendimento como motor de desenvolvimento, dependentemente sempre da particularidade de cada lugar.

As singularidades de cada área urbana podem representar um fator essencial ao seu desenvolvimento urbano. Refiro-me particularmente ao Património Arqueológico, não retirando credibilidade a outros aspetos a ter em consideração no planeamento urbano. Comparativamente com outras cidades, é uma vantagem albergar um património, por vezes único a nível mundial, podendo traduzir-se inevitavelmente num importante motor de desenvolvimento.

Com isto, surge assim uma nova consciência quer da sociedade civil quer da administração central em relação às políticas referentes ao Património em virtude dos compromissos assumidos internacionalmente com o desenvolvimento sustentável, economicamente viável, ambientalmente correto, socialmente justo e culturalmente enriquecedor.

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2080
População	8 441 312	8 889 392	8 663 252	9 833 014	9 867 147	10 356 117	10 562 178	(b) 5803217 (m) 7478186 (a) 9526857

Tabela 4: População registada nos Recenseamentos Gerais da População (IX X, XI, XII, XIII, XIV e XV) e Projeção para 2080 (Revisão em Baixa (b), Revisão em Média (m) e Revisão em Alta (a))

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2050
Percentagem da População	32,2	35	38,8	43,22	48,47	55,04	61,17	79,3

Tabela 5: Percentagem da população urbana em Portugal nos Recenseamentos Gerais da População (IX X, XI, XII, XIII, XIV, XV) e Projeção para 2050 (Revisão em Baixa (b), Revisão em Média (M) e Revisão em Alta (A))

1.3 Portugal

Em Portugal, a evolução da população segue a tendência Europeia. Em 2011, segundo os censos, foi registado o total de 10 562 178 habitantes e cerca de 72% da população residia em áreas predominantemente urbanas[20]. Desde então, a população residente em Portugal tem vindo a diminuir e em 2017 ficou registado um decréscimo de cerca de 2,5%[21] (271 151 residentes) (INE,2017a:37).

Até 2080, em todos os cenários de projeção (baixo, médio e alto) prevê-se a continuação do decréscimo populacional. A projeção em baixa indica que Portugal em 2080 poderá atingir os 5 803 217 habitantes, representando cerca de -43% da população residente em 2017 (INE, 2017b).

Contextualizando, Portugal só se tornou urbano nas últimas 3 a 4 décadas. Recuando no tempo, o total habitantes em 1890[22] era de 5 049 729, dos quais cerca de 14,9% residia em aglomerados com mais 5000 habitantes e apenas 9,1% residia em aglomerados com mais de 20.000 habitantes (Rodrigues & Pinto,1997:11). Em 1991[23], a população residente em aglomerados com mais de 5000 habitantes cresceu para 39%, enquanto nos aglomerados com mais de 20000 habitantes a percentagem subiu para 24,5 % (Rodrigues & Pinto,1997:11). Só a partir de meados da década de 1990, mais precisamente em 1994 é que a população urbana ultrapassa a população rural em Portugal (ONU,2018a).

Com o reconhecimento dos problemas e desafios criados pela urbanização, com todos estes valores e como reflexo dos debates e diretrizes da ONU, Portugal também reflete a defesa de um desenvolvimento sustentável. Nomeadamente no acordo de parceria com a Comissão Europeia, nos eixos estratégicos e nos objetivos do Portugal 2020[24] (Governo de Portugal, 2014).

20 Conceito 1070 - ÁREA PREDOMINANTEMENTE URBANA. Definição: "Integram as Áreas Predominantemente Urbanas as seguintes situações: freguesias urbanas; freguesias semiurbanas contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias semiurbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes". Disponível em http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6045.

21 Em 2017 foi registado um total de 10291027 residentes em Portugal (INE,2017a).

22 Em 1890 no dia 1 de Dezembro foi realizado o III Recenseamento Geral da População.

23 15 de abril de 1991 - XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação.

24 Tal como é referido nos documentos de apresentação oficial deste acordo de parceria, o Portugal 2020 "...adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal", reunindo a atuação dos 5 Fundos Europeus

314 Pedidos de financiamento	862M€ Investimento	96 Contratos	320M€ Investimento contratado
320 Habitações reabilitadas em áreas urbanas	613 Novos residentes	1 479 Postos de trabalho criados	10 788 Redução anual do consumo de energia primária (TEP)

Tabela 6: Os números do IFRRU 2020 (dados à data de 31 de Março de 2019)

Porém, já em 2007, foram adotados princípios orientadores de uma política de ordenamento do território, com um instrumento de natureza estratégica, que se alinham pelos objetivos do desenvolvimento sustentável. Refiro-me ao *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT), no qual destaco o Objetivo Estratégico 3 – "*Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais*"[25]. Nas ações defendidas para concretizar este objetivo, consta a orientação do desenvolvimento urbano no sentido da reabilitação urbana, mais do que da expansão urbana, comprovando que ao nível das intenções de política, Portugal já tem há tempo planos e programas para promover um desenvolvimento sustentável.

De modo a concretizar esta (re)orientação do desenvolvimento urbano, foi criado em 2009 um *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*[26] (RJRU) que foi precedido, em 2014, por um *Regime Jurídico Excecional da Reabilitação Urbana*[27] (RERU), que possibilitou a criação de empresas municipais de reabilitação urbana, conhecidas por Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).

Como o (novo) RJRU, são percetíveis as intenções de mudança de paradigma em relação à reabilitação urbana, sobretudo ao nível das políticas. De facto, instalou-se um novo discurso defendendo que a reabilitação é um processo que necessita de visões integradas e planeamento estratégico, e foram criados com esse fim novos instrumentos de política e financeiros conexos, como os que constituem a Nova Geração de Políticas de Habitação[28] ou o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020).

O IFRRU 2020 consiste num instrumento financeiro concebido pelo Governo com o apoio da União Europeia, com o objetivo de revitalizar as cidades, apoiar a revitalização física do espaço de comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação. Segundo informação consultada em 3 de Abril de 2019[29], até à data foram realizados 314 pedidos de financiamento, assinados 96 contratos e 320 habitações foram reabilitadas em áreas urbanas como demonstra a tabela 6.

Com todas estas referências, é notória a vontade de instalar uma mudança de

Estruturais e de Investimento (Governo de Portugal, 2014).

25 Lei n.º 58/2007, Diário da República n.º 170 I Série (04/09/2007), p. 6169.

26 Estabelecido com Decreto-Lei n.º 309/2009, Diário da República n.º 206 I Série (23/10/2009), pp. 7956-75.

27 Estabelecido com Decreto-lei n.º 104/2004, Diário da República n.º 107 I Série A (07-05-2004), pp. 2920-29

28 Aprovada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, Diário da República n.º 84/2018, I Série, 1.º Suplemento (02/05/2018), pp. 1784-(2)-(18).

29 Informação disponível em https://ifrru.ihru.pt/.

paradigma no desenvolvimento urbano, mas esta só ocorrerá de facto se as práticas de governação local refletirem essa mudança.

Para uma melhor perceção da definição de práticas políticas, é importante explicar que estas diferem em dois níveis. Um deles diz respeito à governança e o outro, correlacionado, diz respeito à elaboração e implementação de todos os instrumentos de gestão urbana.

No primeiro nível estão em causa todas as práticas que Ascher associa à, governança e implicam o enriquecimento da democracia através do contributo do cidadão, como parte fulcral no processo de tomada de decisões urbanas, contribuindo para a sustentabilidade do futuro das sociedades (ASCHER, 2010).

No segundo nível, estão abrangidos todos os instrumentos de gestão territorial e é de relevar que todos seguem uma hierarquia, desde o nível nacional até ao local. São instrumentos constituídos por planos urbanísticos e regulamentos administrativos que deverão defender de uma forma concertada o desenvolvimento sustentável. Assim, a sociedade espera que se instale uma mudança na forma de governar os centros urbanos, de modo a promover o seu desenvolvimento sustentável.

Se forem postas em prática as opções corretas, tornando as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, os benefícios serão globais.

No caso de Portugal, quero dizer com isto que a principal causa do tipo de ocupação do território que tempos, com uma urbanização "*desconfinada*" (DOMINGUES, 2009), não foi a inexistência de planos urbanísticos. Sempre existiram planos urbanísticos. Mesmo com os defeitos já reconhecidos, os planos regionais ou municipais não foram as principais causas, mas sim as decisões políticas de investimento e as autorizações de urbanização a nível central e local. Uma das funções dos planos urbanísticos é regulamentar a ocupação do território. Sempre cumpriram esse papel e nunca impediram a concretização de investimentos baseados em visões estratégicas para o desenvolvimento das cidades. É necessária uma gestão diferente do território, prospetiva, baseada numa análise e definição de prioridades de investimento para serem discutidas por todas as partes interessadas, incluindo o papel importantíssimo dos cidadãos neste processo.

Com o resultado da urbanização dos territórios municipais que se processou com base na primeira geração de Planos Diretores Municipais (PDM), na década de

1990, ficou evidente a falta de orientação estratégica desses mesmos planos.

Citando Adelino Gonçalves (2018:300), "...*na esmagadora maioria dos casos, a primeira geração de PDM simplesmente sujeitou os centros históricos a normativas elementares, dedicadas à proteção do edificado e adiou o seu planeamento integrado para um futuro indefinido*". Atualmente existe uma consciência maior de que estes planos não passaram de regulamentos administrativos que diferenciaram diferentes ocupações do território dos municípios e implantaram regras e usos específicos, mas sem programação para a sua implementação, além das redes de infraestruturas e de equipamentos públicos.

Centros Históricos

Associado à entrada na EU, o investimento em grandes infraestruturas rodoviárias aumentou, provocando impactos e efeitos indesejados no território, dada a ausência e/ou ineficácia de políticas que controlasse a sua ocupação. Um desses efeitos foi a segregação dos centros históricos (GONÇALVES, 2018:23-41) e as fragilidades urbanas resultantes, só serão controladas através da reabilitação urbana integrada e do seu repovoamento, de modo a integrar estas áreas no desenvolvimento.

De facto, entendo a reabilitação urbana como um conjunto de intervenções de diferentes níveis e tipos (social, económico, cultural, funcional) que visam o controlo de fragilidades diversificadas que se manifestam de uma forma expressiva em alguns setores urbanos, nomeadamente nos centros históricos, só com uma perspetiva integrada é que poderão ser alcançadas respostas resilientes.

Um dos níveis diz respeito à reabilitação do quadro físico dos centros históricos, sobretudo do edificado, além dos espaços públicos. De facto, em muitos casos, o parque edificado dos centros históricos encontra-se degradado e, em muitas situações, apresenta sinais de ruína, o que constitui uma das grandes fragilidades dos centros históricos. Outro nível de ações implica visões integradas para o desenvolvimento urbano, na medida em que diz respeito a problemas que não se resolvem apenas a reabilitação do quadro físico destas áreas, nomeadamente o seu despovoamento, o encerramento do comércio ou a existência de focos de insegurança.

Para se compreender de uma forma cabal as razões que criaram a necessidade destes níveis de intervenção nos centros históricos, serem planeados e programados de uma forma integrada, isto é, pensando o futuro destas áreas inserido nas dinâmicas de desenvolvimento dos contextos urbanos de que fazem parte, é importante ter em conta diversas características do desenvolvimento urbano desde o início da segunda metade do século passado.

Como refere Adelino Gonçalves (2018) sobre este tipo de aspetos, a primeira geração de PDM, a construção de grandes superfícies comerciais nas periferias e as intervenções que os centros históricos foram sendo sujeitos ao longo do tempo, contribuíram de forma negativa para o seu desenvolvimento.

O crescimento dos perímetros urbanos e o surgimento de novas áreas urbanas na periferia, definidos na primeira geração de PDM, superavam amplamente as necessidades reais de crescimento urbano, remetendo, às áreas dos centros históricos, a regulamentação direcionada apenas à proteção do seu edificado, adiando desta forma, o seu planeamento integrado.

Associadamente a este aspeto, o investimento em infraestruturas rodoviárias e o fácil acesso ao crédito bancário contribuíram para a periferização e dispersão urbana com a construção de novos núcleos, oferecendo mais e melhores condições em relação às áreas dos centros históricos.

Um outro aspeto está relacionado com a construção de grandes superfícies comerciais nas periferias e a inexistência de estratégias que assegurassem de uma forma efetiva a vitalidade comercial dos centros históricos. Desta forma, evitando as tensões.

Em relação às intervenções, realizadas dos centros históricos, incidiram essencialmente sobre seu edificado e foram sendo sujeitas às políticas de salvaguarda e afastadas das políticas de ordenamento e de desenvolvimento do território. Este aspecto é designado por Adelino Gonçalves (2018:272) como "*planeamento da salvaguarda*".

Este último fator, a salvaguarda do património, associada à primeira geração de PDM, passou a abranger, além de monumentos, as áreas delimitadas como centros históricos, vinculando-os de uma forma global ao mesmo tipo de inibições.

Todos estes fatores contribuíram para o abandono dos centros históricos, acelerando o seu processo de degradação e segregação em relação aos novos polos urbanos



Figura 6: Imagem ilustrativa dos quatro pilares de desenvolvimento sustentável

nas periferias. Deste modo, as consequências negativas do tipo de desenvolvimento urbano ao longo das últimas 4, 5 décadas, não têm expressão apenas no espaço físico destas áreas, mas também têm expressão em termos sociais, económicos e funcionais, como o encerramento de serviços, comércio e abandono de edifícios habitacionais. (GONÇALVES, 2018).

As políticas públicas mostraram-se incapazes de evitar esta situação, portanto, só uma estratégia verdadeiramente dedicada a promover o desenvolvimento sustentável, desencadeará as respostas necessárias à multiplicidade de fragilidades dos centros históricos.

1.4 CULTURA: 4º PILAR DO DESENVOLVIMENTO

O valor das obras construídas e preservadas outrora pelos nossos antepassados obriga-nos a nós, sociedade, a respeitar e a salvaguardar esse Património, não só material, mas também imaterial.

Sobre a sua proteção, há muito que está instalado um hábito de pensamento orientado para que este permaneça inalterado ao longo do tempo, contribuindo desse modo, para a diminuição do seu papel no desenvolvimento.

Em entrevista ao *Jornal Expresso das Ilhas*, Walter Rossa (2018:10) afirma que "*É necessário dar o salto, em termos de opinião pública e da própria lógica de funcionamento das políticas públicas, de que o património não é uma coisa parada, do passado. Património é Presente*". Esta mudança de pensamento é essencial e como exemplo destaca-se o Turismo, através do contributo de todas as suas economias associadas ao processo de desenvolvimento, como a criação de novos equipamentos hoteleiros, de novas atividades conexas ao turismo, que inevitavelmente irão gerar novos postos de trabalho.

Num contexto de decréscimo demográfico, como anteriormente referido, Portugal tem no Turismo uma importante fonte de receita, ocupando o 14º lugar[30] na lista *The Travel & Tourism Competitiveness Index 2017 Ranking* (CROTTI & MISRAHI, 2017:9). Nomeado, por três vezes consecutivas, em 2017, 2018 e 2019[31] como melhor

30 Num total de 136 países.
31 Mais informação disponível em https://www.worldtravelawards.com.

destino Turístico do Mundo nos *World Travel Awards*[32], Portugal não desperta interesse turístico apenas pela qualidade gastronomia nem pelos seus diferenciados recursos/paisagens naturais, mas também pela sua cultura e inevitavelmente, o seu vasto Património (CROTTI & MISRAHI, 2017).

Na área da Educação, o papel dos testemunhos materiais do passado continuam a possuir um importante papel no desenvolvimento. Por um lado é essencial sensibilizar os mais jovens e toda a sociedade, para a questão do Património como recurso para a educação. Por outro lado, através da realização de visitas de estudo, representa um importante apoio e complemento á sua aprendizagem por parte da comunidade escolar. Também as atividades realizadas pela comunidade científica com a contínua investigação realizada, e o vasto conhecimento produzido representam exemplos da relação do Património com o desenvolvimento.

Outro importante exemplo de como o Património pode ser relevante, é a coesão social, pois pode ser um importante fator do desenvolvimento Humano e do território onde está inserido.

Com isto, o Património Arqueológico pode cumprir todos estes papéis no desenvolvimento, através da promoção turística, do seu contributo para o ensino e para o conhecimento científico como para a coesão social e identidade local, mas é necessário ter em consideração as diferenças em termos de dimensões e impactos dos bens/sítios arqueológicos. Como exemplo e objeto de estudo desta dissertação, o Arqueossítio de Conimbriga, conta com cerca de 80% da área total por escavar/descobrir, representando assim um potencial elevado e único.

Deste modo o Património deve ser entendido através do seu papel fundamental no desenvolvimento sustentável nos centros urbanos. Tal como o Objetivo 11 dos ODS anteriormente referido, salienta a correspondência entre o Património e a Sustentabilidade.

Associada a esta mudança de paradigma em relação ao Património está a inclusão da Cultura como 4 Pilar de Desenvolvimento Sustentável.

O anterior conceito defendido por Brundtland, "*Sustainable development is one that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations*

32 Os *World Travel Awards* são galardões atribuídos como sinónimo de reconhecimento e premiação da excelência nas várias áreas do Turismo, tendo sido criados em 1993.

Figura 7: Fifteen years of Culture

to meet their own needs" assente em três dimensões – crescimento económico, inclusão social e equilíbrio ambiental –, mostrou-se insuficiente para orientar e acompanhar a evolução da sociedade (Brundtland, 1987:41).

Esta "*nova abordagem*" ao conceito de desenvolvimento sustentável está "*em primeiro lugar*" compreendida no desenvolvimento da Cultura "*como setor próprio, através do património, indústrias culturais e do turismo cultural*". Em segundo lugar, é necessário garantir que a "*cultura tenha o seu lugar de direito em todas as políticas publicas*" especialmente as relacionadas com a "*educação, economia, ciência, comunicação, ambiente, coesão social e cooperação internacional*". Dentro da governança, o objetivo da sua inclusão como fator importante de decisão, é tornar a sociedade mais "*saudável, segura*" e "*criativa*" (CGLU,2010:4-5).

Foram realizadas desde o início do século, de forma a debater o conceito que era então defendido, várias iniciativas por parte de instituições internacionais, da academia e pela sociedade.

Contextualizando, em Maio de 2004 foi aprovada a *Agenda 21 para a Cultura*, no *IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre*, realizado em Barcelona organizado pela Organização Mundial das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Documento que se carateriza por ser "*o primeiro documento com missão mundial que defende o estabelecimento da base de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural*" (CGLU, 2004:3).

No ano de 2010, no *III Congresso Mundial* da CGLU realizado na Cidade do México, o gabinete executivo da CGLU aprovou a declaração política denominada "*Culture is the 4th pillar of the Sustainable Development*". Em pleno congresso foi referida a anterior *Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural* (2001), a *Convenção sobre Diversidade de Expressões Culturais* (2005), e a A*genda 21 para a Cultura*, e conforme declarado, ficou reconhecido uma vez mais, que os três pilares anteriormente defendidos (crescimento econômico, inclusão social e equilíbrio ambiental) "*já não refletem todas as dimensões de nossas sociedades globais*" (CGLU,2010:6). Mas não só os "*Reconhecimentos*" que são incluídos a declaração, "*Afirmações*" como "*a cultura em toda a sua diversidade é necessária para responder aos desafios atuais da humanidade*" (CGLU,2010:6) estão incluídas, da mesma forma pensamentos como "*a governança em todos os níveis (local, nacional e internacional) deve incluir uma forte dimensão cultural*" (CGLU,2010:6).

Mais recentemente, em 2016, no âmbito da *II Assembleia Mundial de Governos Locais e Regionais*[33] foi assinado um compromisso a nível internacional. Dos vários compromissos presentes na declaração[34], relevo o n.º 8, "*Integrar a cultura como o quarto pilar da sustentabilidade desenvolvimento e tomar medidas para promover o património, criatividade, diversidade e coexistência pacífica*" (CGLU,2016:3).

Encontros como a I[35], como a II[36] e mais recentemente a III Cimeira da Cultura[37] da CGLU com notável participação da comunidade internacional, são exemplos do reconhecimento da importância da Cultura no Desenvolvimento Sustentável.

Não só apenas com o contributo da comunidade internacional, mas também pelo contributo da comunidade científica com vários artigos publicados sob este assunto. Segundo Jon Hawkes (2001: vii) "*os valores de uma sociedade são a base sobre a qual tudo é construído*" e "*esses valores e as formas como são expressas são a cultura de uma sociedade*". Desta forma "*para uma sociedade saudável e sustentável*" a "*vitalidade cultural é tão essencial*" como a "*equidade, responsabilidade ambiental e viabilidade económica*" (Hawkes, 2001, vii). Em relação ao planeamento público, Jon Hawkes (2001:vii), afirma que "*para ser mais eficaz, a sua metodologia deve incluir uma estrutura integrada de avaliação cultural em linhas semelhantes às que estão desenvolvidas para a avaliação de impacto social, ambiental e económico*".

Com a pluralidade de documentos doutrinários adotados internacionalmente, a consciencialização da importância do papel na Cultura no Desenvolvimento Sustentável não deve estar presente apenas no poder administrativo mas também na sociedade. A defesa da Cultura, sob um processo de cidadania, tem de partir de cada um de nós, numa evolução de pensamento assente na preocupação da preservação de aquilo que é nosso de forma a introduzirmos e acrescentarmos algo relevante, moderno e essencial de forma a passar às futuras gerações.

33 A II Assembleia Mundial foi um processo que ocorreu ao longo de 2016, composto por duas seções preparatórias e uma final realizada em paralelo com a HABITAT III. A primeira decorreu em Nova York no dia 15 de Maio, enquanto a segunda decorreu em Bogotá no dia 14 de Outubro e a última teve lugar no dia 16 de Outubro em Quito, um dia antes da HABITAT III.

34 Declaração da segunda assembleia mundial dos governos locais e regionais à HABITAT III.

35 Evento ocorrido na cidade de Bilbao, de desde o dia 18 de Março até ao dia 20 do mesmo mês do ano 2015 com o título "*Cultura e Cidades Sustentáveis*".

36 Evento ocorrido na cidade de Jeju (Jeju-do, República da Coreia) entre os dias 10 de junho e 13 de maio de 2017, com o título "*Compromissos e ações para a Cultura em cidades sustentáveis*".

37 Evento ocorrido na cidade de Buenos Aires entre os dias 3 e 5 de Abril de 2019, com o título "*As cidades lideram as ações sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável*".

II ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL: PERSPECTIVA HISTÓRICA

O território onde nasceu Portugal, já era habitado anteriormente. As formas como viveram os povos antepassados e como se construiu a sua identidade, são questões à qual a Arqueologia tem vindo a dar respostas ao longo do tempo.

São vários os processos utilizados na prospeção e deteção dos vestígios materiais que sobrevivem no tempo, como também os que são utilizados para o seu tratamento. No decorrer destes processos, como os relativos, por exemplo, ao levantamento, registo e georreferenciação com base em técnicas de prospeção direta, é notória a relação com outras áreas científicas de modo a produzir e fundamentar as suas análises e conclusões (FABIÃO, 2011).

No séc. XIX, num contexto de afirmação das ciências no mundo ocidental, nasce a Arqueologia como disciplina científica. No entanto, em épocas anteriores, são conhecidas práticas semelhantes às atuais pesquisas arqueológicas, embora realizadas através de diferentes métodos (FABIÃO, 2011).

No séc. XVI, no contexto europeu, a Bíblia era a referência histórica e cultural de cada europeu e era comum a ideia de que tudo tinha sido criado por ação divina. Deste modo, embora o passado não fosse entendido como um fato desconhecido, também não era suficientemente justificado na Bíblia. Por isso, esta página em branco no passado acabou por ser um estímulo para um fascínio da Antiguidade (FABIÃO,2011).

Em Portugal, o fascínio pela Antiguidade Clássica não foi exceção e também motivou vários eruditos a descobrirem o passado de Portugal e a construir a sua história (CARDOSO, 2000). No séc. XVIII, tal como na Europa, em Portugal as academias multiplicaram-se e foram várias as instituições criadas com o objetivo de debater temas como a Ciência, a História, a Filosofia, a Literatura e outros temas de interesse comum (FABIÃO, 2011).



Figura 8: Ilustração do terramoto de 1755.

A Real Academia da História Portuguesa foi fundada por D. João V com a responsabilidade de escrever a História de Portugal e suas conquistas. Após a sua criação vários foram os documentos publicados, dos quais merece relevo o Real Decreto de 14 de Agosto de 1721. Para Carlos Fabião (2011:49), o "*...documento é extraordinário, por constituir a primeira legislação genérica de proteção do património histórico produzida na Europa.*". Nele se pode ler que ficava determinado que "*...nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre ser* [...] [dos tempos em que no Reino] *dominaram os Fenícios, Gregos, Romanos, Godos e Arábios...*".

Deste modo, ficaram protegidos todos os edifícios e achados arqueológicos, independentemente do estado de conservação, mas também os que futuramente fossem descobertos, invocando o interesse nacional (FABIÃO, 2011). Neste contexto, surgiram as primeiras investigações arqueológicas patrocinadas pelo Rei (CARDOSO, 2000). Em termos gerais, a realização de qualquer tipo de investigação na área da arqueologia, pressupõe: a realização de um levantamento arqueológico e histórico (identificação, prospeção); um trabalho de campo (escavação); um processamento e análise, registo e salvaguarda dos vestígios; por último um processo de divulgação. Este processo linear deve ser entendido como um processo demorado e de extrema importância sem correr o risco de perder para sempre um vestígio do passado que pode ser único no mundo.

Com o terramoto de 1755 e com o incêndio que lhe sucedeu, a cidade de Lisboa sofreu enormes danos. As obras necessárias à reconstrução da cidade provocaram grandes movimentos do solo e, consequentemente, revelaram vestígios da antiga cidade Romana *Olísipo*, como, por exemplo, o criptopórtico e um teatro (CARDOSO, 2000).

A necessidade e a urgência da sua reedificação eram a principal preocupação do reino, por isso a conservação de monumentos e dos vestígios encontrados como previa a lei 1721, não foi uma prioridade (FABIÃO, 2011). De qualquer forma, não deixou de ser um momento que permitiu identificar e valorizar a existência de vestígios arqueológicos, pela sua importância para a história do reino.

No séc. XIX, o interesse pela Antiguidade era promovido pelas Academias e Sociedades de homens cultos (CARDOSO, 2000), contribuindo para que os monumentos detivessem uma grande importância pública. *A Sociedade Archeologica Lusitana*, criada em 9 de Novembro de 1849, tinha como base os estudos arqueológicos e seria destinada a prospeção e deteção das ruínas de Troia para a sua posterior divulgação,

nomeadamente através da criação de um museu público na cidade de Setúbal, onde se exibisse todo o espólio encontrado decorrente das escavações (FABIÃO, 2011).

No decorrer dos trabalhos desta Sociedade, foram encontrados vários edifícios, assim como pavimentos em mosaico, e foram publicados depois no boletim *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, em três fascículos, entre 1850 e 1851.

Contrariamente ao que foi pensado aquando da criação da Sociedade, o museu em Setúbal não foi construído. De facto, não só foi breve a existência da *Sociedade Archeologica Lusitana* (1849-1857), como demonstrou uma particularidade no âmbito da arqueologia Portuguesa que terá dificultado a concretização do projeto: ter sido o resultado de uma ação nascida no âmbito social burguês, sem nenhum apoio estatal, sustentada apenas pela quotização dos sócios e por donativos (FABIÃO, 2011). Como defende Carlos Fabião (2011:93), esta iniciativa "...*revela a atitude de uma nova sociedade liberal, burguesa e empreendedora, mas, provavelmente a sua curta existência espelha também as fragilidades da mesma*".

Contextualizando, na Europa, na segunda metade do séc. XIX, originou-se uma enorme revolução cultural. O *criacionismo*[38] dissipa-se, dando lugar ao pensamento evolucionista, onde se defende que a evolução das espécies de seres vivos é o produto de longas modificações, lentas e progressivas (FABIÃO, 2011). Resumidamente, a ciência tinha o encargo de analisar e explicar todo este processo da existência humana que não estava totalmente esclarecido pela igreja e que era tido como verdade absoluta até então (FABIÃO, 2011).

Em Portugal surgiram reflexos desta mudança de paradigma cultural. Com a procura por testemunhos que contrariassem a ideia da criação do Mundo por ação divina, foram descobertos vários abrigos pertencentes ao antepassado do Homem. Desta forma, várias explorações tiveram lugar em grutas como, por exemplo, as existentes no planalto das Cesaredas[39] e foram encontrados vestígios e produtos da indústria humana, testemunhando assim a presença humana na antiguidade (CARDOSO, 2000).

Surgiu então a Comissão Geológica do Reino em 1857, com a função de efetuar o "...*reconhecimento geognóstico do país e elaborar a respetiva cartografia em diferentes escalas*..." que se traduziria num "...*instrumento fundamental para o conhecimento dos*

38 Crença religiosa que consiste na ideia de que o processo de conceção do Universo e de todas as formas de vida tinham por base a ação divina.

39 O Planalto das Cesaredas, situa-se no centro da região Oeste de Portugal e possui uma área aproximadamente de 49km2, dividida por quatro concelhos: Bombarral, Lourinhã, Óbidos e Peniche.

recursos do subsolo, indispensáveis ao desenvolvimento do país" (BRANDÃO, 2013:866). O seu principal foco não era a pesquisa do passado do homem, mas promoveu vários trabalhos que tiveram esse contributo e foram publicados no domínio da Arqueologia da Pré-História (FABIÃO,1999).

Posteriormente, em 1863, foi criada a *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*[40] e deste modo é refirmada a consciencialização da necessidade de preservar e salvaguardar o património, embora, segundo Carlos Fabião (1999:111), não existisse "*...uma eficaz proteção dos vestígios materiais do passado, por parte de instâncias públicas e privadas...*".

Neste contexto, importa salientar duas importantes investigações realizadas. A Carta Arqueológica do Algarve de Sebastião Philippes Estácio da Veiga[41] e a Citânia de Francisco Martins Sarmento[42] (Fabião,1999).

No primeiro caso, é importante salientar que foi a primeira vez que existiu uma iniciativa legislativa dedicada à arqueologia e através de uma Portaria de 15 de janeiro de 1877, Philippes Estácio da Veiga ficou encarregue de realizar o levantamento e o reconhecimento dos locais de interesse arqueológico revelados pela grande cheia do rio Guadiana no Inverno de 1876 (FABIÃO, 2011).

Em relação ao segundo caso, Francisco Martins Sarmento trabalhou com capitais próprios centrando a sua pesquisa na descoberta das origens de Portugal que por vezes era identificado na literatura antiga (FABIÃO, 2011). As suas explorações em Briteiros[43] e em Sabroso, "conferiram-lhe renome internacional", que se refletiu na visita de vários arqueólogos estrangeiros que participaram no *IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* que teve lugar em Lisboa em 1880 e deste modo contribuiu para o desenvolvimento de Guimarães (CARDOSO, 2000:17). Inúmeras pesquisas e registos fotográficos foram realizados por Francisco Martins

40 *A Associação dos Architectos Civis* "*...recebeu o patrocínio régio em 1867 passando a denominar-se Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*" (FABIÃO,1999:111). Com a saída do nome "Arquitetos" e com a implementação da República em 1910, passou a denominar-se Associação dos Arqueólogos Portugueses.

41 Sebastião Philippes Estácio da Veiga (1828-1891) formado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica de Lisboa (1837-1911). O seu interesse pelo estudo do Património Arqueológico "ascende, de facto, à década de 1960" através da publicação de uma das suas obras, intitulada de Povos Balsenses "na qual aborda a antiguidades romanas encontradas na quinta de Torre d'Artes, perto de Tavira" (Cardoso & Gradim, 2004:67). Foi eleito para a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 13 de Novembro de 1873, desvinculando-se em 1875.

42 Francisco Martins Sarmento (1833-1899) concluiu o curso em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1853 mas o seu reconhecimento advém sobretudo da área da Arqueologia com a exploração da Citânia de Briteiros. Como escritor, publica em revistas e em jornais científicos. O gosto pela fotografia está presente pela sua utilização em contexto científico, como registo e seguidamente como divulgação.

43 Francisco Martins Sarmento detinha uma propriedade em Briteiros. Em 1874, iniciou o seu reconhecimento e posteriormente realizou as suas primeiras escavações. (FABIÃO, 2011)



Figura 9: *oppidum* de Conimbriga (1970)

Sarmento, deixando um vasto conhecimento científico no contexto da Arqueologia e da História de Portugal, posteriormente reconhecido com a criação da Sociedade Morais SARMENTO[44] em sua homenagem, que se mantém ativa atualmente.

Continuando no século XIX, a Associação dos Architectos Civis foi encarregue em 1880 de criar a primeira lista de monumentos nacionais portugueses, estando "finalmente completa" no ano de 1904 (FABIÃO, 2011:158). Somente em 1910[45], foi publicado e aprovado pelo Governo o diploma onde estabelece a classificação dos Monumentos Nacionais Portugueses (CUSTÓDIO,1993:53). Com este documento ficou demonstrada a fraca expressão do património arqueológico nos bens classificados (FABIÃO, 2011:158). De facto, do total de 468 monumentos, apenas cerca de 18% eram bens arqueológicos. Comparativamente com o presente ano de 2019, o Património Arqueológico ocupa cerca de 21% num total de 810 Monumentos Nacionais[46].

Mais tarde, no ano de 1893, foi fundado o *Museu Ethnográfico Português* pela iniciativa de José Leite de Vasconcelos[47] e segundo Carlos Fabião (2011:167), "*Na primeira década do século XX...*" era considerado o "*...mais poderoso ativo organismo...*" no contexto da Arqueologia Portuguesa. Em 1895 é editada a sua primeira publicação da revista científica, *O Arqueólogo Português* e atualmente é denominado como Museu Nacional de Arqueologia (MNA) (FABIÃO, 2011).

Em 1932, com a publicação do Decreto 21117[48], foi atribuída ao Museu a "prioridade na realização" de todos os trabalhos arqueológicos que viessem a ser realizados em Portugal (FABIÃO, 2011:171), o que suscitou a discórdia entre alguns arqueólogos e um dos rostos desse descontentamento foi Mendes Correia[49]. No ano seguinte é criado o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia[50], entidade de utilidade pública, mas com direito privado, com sede no *Museu Ethnográfico Português.* Segundo Carlos Fabião (2011:171), "*Assim estalou o conflito entre as duas mais relevantes personalidades da Arqueologia portuguesa de então*", resultando em "*...sérios prejuízos para a disciplina e para a sua imagem*" (FABIÃO, 2011:171).

Foi neste contexto que nasceu a "*...mais importante realização da Arqueologia*

44 Sociedade Martins Sarmento é uma instituição cultural fundada em Guimarães em 1881.
45 No Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910
46 Dados recolhidos em http://www.patrimoniocultural.gov.pt.
47 José Leite de Vasconcelos (1858-1941) – importante arqueólogo Português, formado em Ciências Naturais em 1881 e em 1886 formou-se em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.
48 Diário do Governo n.º 91/1932, Série I de 1932-04-18 . Regulador das escavações arqueológicas em Portugal.
49 Mendes Correia (1888-1960) - antropólogo português, formado em Medicina em 1911, e em 1921 torna-se professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto da cadeira de antropologia.
50 Decreto n.º 22338. Em Diário do Governo n.º 64/1933, Série I de 1933-03-20.

portuguesa da época: a escavação e musealização da cidade de Conimbriga" (FABIÃO, 2011:173).

A ideia e o conhecimento da presença de ruínas romanas não era novo na época. Ao longo do tempo, várias instituições e personalidades ficaram ligadas à sua investigação e divulgação.

Em 1873 teve início o estudo do local e segundo Carlos Fabião (2011:173), com o contributo da "*instituição Coimbrã, O Instituto, Academia Científica e Literária criada em 1852*". Desta forma, foram realizados trabalhos meramente à base de "acções de pesquisa de objectos, pela abertura de valas e sondagens em diferentes sítios em diferentes locais do sítio arqueológico" (FABIÃO,2011:173).

Em 1929 através de uma parceria da Universidade de Coimbra com a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais[51] (DGEMN), foi adquirida uma parcela de terreno com o objetivo de criação de um espaço de aprendizagem prática de Arqueologia que teve como seu promotor Virgílio Correia[52] (FABIÃO, 2011). O seu reconhecimento está inteiramente ligado à pesquisa da cidade Romana de Conimbriga. Já em 1912 teria realizado uma escavação a encargo do *Museu Ethnológico*, anteriormente denominado *Museu Ethnográfico Português*, onde foi identificado a camada pré-romana do sítio (CORREIA, 1916).

No ano de 1930 ocorreu o XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, que teve lugar em Coimbra e no Porto. Deste modo, foi essencial dar a conhecer à comunidade internacional que Portugal promovia a Arqueologia e também conservava os seus monumentos (FABIÃO, 2011).

A conservação e divulgação dos vestígios resultantes dos trabalhos realizados em Conimbriga, foi assegurada com a construção do Museu Monográfico de Conimbriga, tendo sido inaugurado em 1962, deste modo toma forma "*uma das mais importantes referências da Arqueologia portuguesa*" (FABIÃO, 2011:175).

Nos anos seguintes, tiveram lugar várias campanhas de investigação em Conimbriga. Destas, merece um relevo particular o projeto de investigação arqueológico[53] luso-francês *Mission Archéologique Française au Portugal* sob a direção

51 Antigo serviço central do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território do governo de Portugal, criado através do Decreto-Lei n.º 204/80.

52 José Virgílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) – arqueólogo, professor universitário, Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1911, e Doutorado em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1935.

53 Projeto que contou com 6 trabalhos de escavação: 1964-1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971.

de Robert Etienne[54], João Manuel Bairrão Oleiro[55] e Jorge de Alarcão[56] que, através dos seus trabalhos e publicações[57], dinamizaram a imagem internacional de Conimbriga, como a sua "imagem de qualidade do sítio" (FABIÃO, 2011:175).

O seu potencial e valor arqueológico é imenso, continuando a ser no Presente, "uma referência incontornável da Arqueologia portuguesa" (FABIÃO,2011:175)

Em 1974 nasce um novo Portugal com a revolução de 25 de Abril e apesar de a Arqueologia e o Património Arqueológico não terem tido uma atenção imediata ao nível das políticas públicas, a atividade da arqueologia prosseguiu "particularmente a de âmbito universitário" (FABIÃO, 2011:179).

Com a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1980, a área da Arqueologia é valorizada no seio da "administração central portuguesa" (FABIÃO,2011:179). Neste contexto são lançados novos projetos arqueológicos, como por exemplo o Campo Arqueológico de Mértola (CAM). Este projeto é um exemplo importante de como o património arqueológico pode constituir um dinamizador de uma pequena vila cada "isolada" e despovoada no interior do país. Com o contributo das atividades do CAM, a vila de Mértola passou a ser considerada como um local de referência através do seu património arqueológico e assim reforçou o valor do seu Património como recurso, não só social e cultural, mas também económico (FABIÃO, 2011).

No âmbito do ensino superior, a arqueologia alcançou algum relevo na década de 1980 através da criação das primeiras licenciaturas, o que contribuiu para o aumento do número de pessoas com formação superior nesta área disciplinar (FABIÃO, 2011). Desta forma, estavam criadas condições "...o*bjetivas e duradouras para o estudo, valorização e adequada divulgação do nosso património arqueológico, objeto e fonte inesgotável de investigação.*" (CARDOSO, 2000:18)

Em relação à Cultura e ao Turismo, é de relevar a iniciativa conjunta destes ministérios com o objetivo de "*...criar a primeira rede de centros interpretativos de sítios*

54 Robert Étienne (1921-2009), historiador francês, frequentou a École Normale Supérieure (1942-1946) e a École Pratique des Hautes Études (1946). Doutorado em 1958, defendeu uma tese de doutoramento *Le culte imperial dans 10 péninsule Iberique d' Auguste à Dioclétien*. Em 1983, recebeu a honrosa distinção honoris causa pela Universidade de Coimbra. (Alarcão, 2009)

55 João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000) formou-se em 1947 em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor até 1993 (data da sua jubilação) e de investigador fundou o Instituto de Arqueologia em 1954 e em 1959, lançou a revista *Conimbriga*. Foi também o primeiro diretor do Museu Monográfico de Conimbriga (Alarcão, 2000)

56 Jorge de Alarcão (1934) é licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Coimbra e Professor catedrático (aposentado) do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Mais informação disponível em http://www.uc.pt/uid/cea/investigadores/investigadoresphd/jorgealarcao.

57 Coleção *Fouilles de Conimbriga* dividida em 7 volumes, (1974-1979).

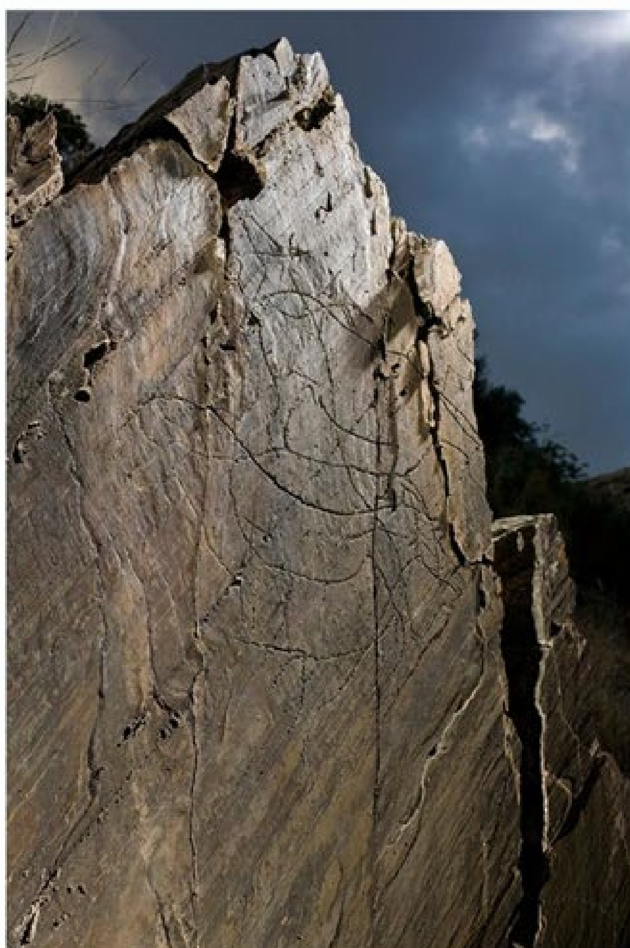


Figura 10: Rocha 1 da Canada do Inferno - Fotografia de Pedro Guimarães. Parque Arqueológico do Côa

e conjuntos arqueológicos no Sul do país..." através do apoio dos fundos da Comunidade Económica Europeia (FABIÃO, 2011:180).

Outro marco importante na História da Arqueologia Portuguesa aconteceu na década de 1990 e diz respeito à identificação do conjunto de arte rupestre do Vale do Côa. Em resumo, em 1994 é divulgada a arte paleolítica do Côa; em 1995 os trabalhos já iniciados para a construção de uma barragem são suspensos com o objetivo de conservar o vasto acervo; em 1996 com o objetivo de estudar, conservar e divulgar o seu património foi criado o Parque Arqueológico do Vale do Côa[58] (PAVC); e em 1998 foi inscrito na Lista de Património da Humanidade da UNESCO.

Neste mesmo contexto, no âmbito Nacional das Políticas em Relação ao Património Arqueológico é criado o Instituto Português de Arqueologia[59] (IPA).

Desta forma, as ações de salvaguarda e valorização deste património que seria afetado pela construção da barragem, foram importantes para a afirmação da Arqueologia em Portugal (FABIÃO,2011). Neste contexto, em 1997, o parlamento português aprovou, para ratificação[60], a Convenção de Malta[61] e dessa forma, reforçou a importância da salvaguarda do património arqueológico e segundo Carlos Fabião (2011:181) "*Assim nasceu, literalmente a arqueologia profissional...*".

Os processos de análise e interpretação, como a recuperação dos vestígios materiais do passado, integram-se na atividade profissional do arqueólogo. As "metodologias" referentes a estes processos "têm sido objeto" de estudo por vários pensadores, contribuindo assim para a sua evolução e para o surgimento de novas técnicas e, consequentemente, possibilitando novas abordagens e novas respostas a perguntas sobre passado que anteriormente era impossível responder (WISEMAN,1980:279).

Também a criação de novos instrumentos científicos, como o Varrimento Laser 3D Terrestre (VL3DT)[62] e a Fotogrametria Digital Terrestre (FDT)[63], são exemplos

58 A partir de 2011 através do Decreto-Lei n.º 35/2011 publicado em Diário da República n.º 47/2011, Série I de 2011-03-08, foi criada a *Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa*, "*com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural que lhe está afeto*".

59 Criado em 1997 (Decreto-Lei n.º 117/97), extinto em 2006 (Decreto-Lei n.º 215/2006). As suas funções foram incorporadas no Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. (IGESPAR) juntamente com as do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR).

60 Através da Resolução da Assembleia da República n.º 71/97.

61 A Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, teve lugar em La Valetta, Malta no dia 16 de Janeiro de 1992. Contextualizando, este acordo substitui a anterior Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património Arqueológico, assinada em Londres a 6 de Maio de 1969.

62 O Varrimento Laser 3D "*pode ser descrito como um processo que utiliza a luz laser, com uma cadência muito elevada, para efetuar a medição de uma cena tridimensional*" (Mateus, 2012:28).

63 A Fotogrametria "*é a ciência, e também a arte, que estuda os processos pelos quais se pode derivar informação, em geral métrica, sobre um objecto através de medições efetuadas em fotografias do objecto*" (Mateus, 2012:28).

de como a ciência pode ser um importante complemento à pesquisa arqueológica e à sua divulgação (MATEUS,2012). Mas não é apenas na esfera da Ciência que derivam projetos com possíveis contributos á Arqueologia.

Como exemplo, o projeto multidisciplinar intitulado "*Mosaico – Conimbriga e Sicó*"[64] está integrado no CREATOUR[65], tendo como base o Património de Mosaico Romano presente nos municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Ansião, integrando a área das Ruínas Romanas de Conimbriga, da Vila Romana do Rabaçal e do Complexo Monumental de Santiago da Guarda respetivamente. Sob orientação de uma equipa[66] constituída por elementos provenientes de diferentes áreas de conhecimento, são promovidas várias iniciativas culturais, atividades públicas, e workshops com o objetivo de estudar e valorizar o Mosaico Romano através da utilização de instrumentos digitais na sua recriação, desenho e documentação gráfica, do contacto físico com o Mosaico e com as suas técnicas de conservação e restauro e por fim, o contacto dos participantes a Arte e o todo o processo criativo envolvido no Mosaico.

Só através da constante preocupação pela descoberta e sistematização do passado foi possível à Arqueologia responder a imensas questões levantadas pela História. O seu contributo é essencial para a compreensão do passado, mas também é importante a sua participação no "*desenvolvimento de legislação*" de salvaguarda e promoção do património arqueológico (WISEMAN,1980:284).

No contexto Português, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) é atualmente o organismo que "*...tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País*"[67]. Este organismo resultou da fusão do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR) e o Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. (IMC).

64 É um projeto criado pelo MosaicoLab que tem como sede o Museu Monográfico de Conimbriga. O seu principal objetivo tem como base a aplicação do "Turismo Criativo" cimentado sob o valor do Mosaico Romano no "eixo de Romanização de Sicó" como "recurso cultural fundamental para a prossecução de estratégias inteligentes de desenvolvimento sustentável e responsável do território". Mais informações em https://mosaicolab.pt/pt/.

65 Tem como objetivo "*Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena Dimensão e em Áreas Rurais".* Consiste num "*projeto de investigação multidisciplinar baseado numa abordagem teórico-prática de processos colaborativos. Este projeto visa contribuir para o desenvolvimento de um setor de turismo criativo sustentável, em cidades de pequena dimensão e áreas rurais em quatro regiões de Portugal, designadamente, Norte, Centro, Alentejo e Algarve*." Mais informação em http://creatour.pt/

66 Segundo o site https://mosaicolab.pt/pt/ (acesso em 8 de Fevereiro de 2019), a equipa é composta por: Dr. Humberto Figueiredo (Coordenador), doutorado em Belas-Artes pela Universidade Complutense de Madrid; Dr. Jorge Cardoso, professor no Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e doutorado pela Universidade do Minho; Dr. Virgílio Hipólito Correia e Pedro Sales, Mestre em Reabilitação do Património Edificado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

67 Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, publicado em Diário da República n.º 102/2012, Série I de 2012-05-25.

A salvaguarda é essencial, pois o património é um forte elemento de construção de identidade das comunidades e/ou das nações, mas poderá também representar um fator determinante no seu desenvolvimento. Neste sentido, tal como defende Carlos Fabião (2011:182), além de todo o conhecimento científico produzido nas atividades arqueológicas, é desejável "*...que as apostas locais e regionais possam constituir importantes polos de desenvolvimento sustentado*".

III SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

3.1 Riscos: naturais e antrópicos

Os sítios arqueológicos são a prova material da existência de civilizações anteriores. Os seus recursos são singulares, finitos e constituem uma importante herança cultural que deve ser valorizada e salvaguardada de modo a transmiti-la às gerações futuras (PEREIRA, 2009).

A passagem deste legado não depende apenas das medidas de proteção que sobre ele recai, face aos riscos. Em *World Report 2000 on Monuments and Sites in Danger* (ICOMOS, 2000), foram identificados vários riscos, provenientes de causas naturais, sociais ou económicas.

Fenómenos como as tempestades ou os terramotos, são riscos naturais, mas outros fenómenos como a erosão costeira, a deterioração natural de materiais (ex. corrosão), a ação de calor ou frio, também constituem riscos para os sítios arqueológicos (ICOMOS, 2000). No mesmo relatório são identificadas algumas repostas que deverão ser dadas a partir do desenvolvimento tecnológico, com a criação de novas ferramentas e meios de alerta e a criação de soluções que minimizem os impactos negativos desses fenómenos no património. Como exemplo, a erosão costeira associada ao aumento de nível do mar, colocará em risco vários vestígios arqueológicos do sudeste dos Estados Unidos. Neste caso, com uma subida de apenas um metro do nível do mar, resultará a perde de mais de 13000[68] dos seus sítios arqueológicos no Digital Index of North American Archaeology (DINAA) (ANDERSON *et al.*, 2017:7).

Os comportamentos humanos são uma importante herança cultural, mas alguns constituem uma ameaça para os bens culturais. O terrorismo ou os conflitos sociais e políticos, por exemplo, podem constituir riscos para o património arqueológico (ICOMOS, 2000). Por esse motivo, não causa admiração que os órgãos nacionais e

68 Mais dados disponíveis em https://journals.plos.org/plosone/article/figure?id=10.1371/journal.pone.0188142.t001.

internacionais dedicados à salvaguarda do património, deliberem no sentido da sua proteção. De facto, em 1954, sob iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), teve lugar em Haia sob Organização UNESCO, a *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*[69] na sequência da destruição massiva de bens durante a Segunda Guerra Mundial. (BANDARIN, 2007:19)

Na verdade, as atividades humanas relacionadas com o desenvolvimento são geradoras de diversas ameaças ao património. Aliás, a salvaguarda do património é fruto da reação às ameaças criadas pelos impactos do desenvolvimento. O turismo é outro exemplo e a sua massificação representa várias ameaças ao património e, de um modo particular, aos sítios arqueológicos (PALUMBO, 2002). Com o crescimento significativo de visitantes, aumenta a probabilidade de ocorrerem danos nos vestígios ou nos equipamentos e estruturas de apoio às visitas. São locais sensíveis e muitos apresentam limitações para a construção de infraestruturas novas e adequadas. Além disso, o comportamento inadequado dos visitantes também pode provocar vários danos no património, o que reforça a importância da consciencialização das práticas corretas nas visitas (ICOMOS, 2000).

Como consequência deste tipo de impactos, em 1963, as cavernas de Lascaux[70], França, foram encerradas ao público devido aos efeitos negativos da presença humana, devido ao dióxido de carbono resultante da respiração (LISON, 2018:110). Anterior ao seu encerramento ficou registada, em 1962, a visita a cerca de 100.000 pessoas Desta forma, a solução encontrada passou pela construção de uma réplica natural de forma a possibilitar o conhecimento das gravuras sem causar nenhum tipo de dano (Lison,2018:112).

O Centro Internacional de Arte Rupestre alberga a quarta réplica construída – Lascaux IV –, inaugurada em dezembro de 2016 (LISON, 2018:110), num edifício moderno onde predominam as mais recentes ferramentas digitais, como a realidade virtual em telas 3D (LISON, 2018:115). Segundo Céline Lison (2018:115), são esperados cerca de 400.000 visitantes por ano.

A poluição é também uma ameaça ao património arqueológico (ICOMOS,2000) e os seus impactos podem ser irreversíveis. Como exemplo, em Roma, na Coluna de

69 No dia 14 de Maio este encontro simboliza o primeiro acordo adotado sob a temática da proteção do patrimônio cultural durante os conflitos armados.

70 Mais informação em https://www.lascaux.fr/fr.

Trajano, os mais apurados detalhes que, de acordo com Gaetano Palumbo (2002:6), eram visíveis há cerca de "*cinquenta anos atrás*", foram destruídos pela ação das chuvas ácidas.

Como consequência da globalização e da expressão física das dinâmicas de desenvolvimento no território e nas cidades, os sítios arqueológicos estão cada vez mais ameaçados. Por isso, são necessárias políticas fortes que os protejam, mas que não os segreguem, pois a perda do património arqueológico também deriva da fraca participação do papel da cultura na economia e no desenvolvimento sustentável. De facto, a aplicação de estratégias de ordenamento inadequadas, também resultam em "*ilhas*" de um passado sem qualquer relação com o presente (PALUMBO, 2002:5).

Na verdade, os regimes de proteção do património e as políticas públicas dedicadas à sua salvaguarda, também pode constituir ameaças ou provocar efeitos perversos. A implementação de "...*leis assentes em conceitos desatualizados*..." ou a "... *falta de envolvimento da comunidade*...", são fraquezas deste tipo identificadas pelas mais altas instâncias dedicadas ao património (ICOMOS, 2000:§9).

Sumariamente, as ameaças aos sítios arqueológicos, dificilmente serão resolvidas de uma forma "*definitiva*", mas podem ser "*geridas*" de forma a diminuir e "*controlar*" os seus impactos negativos (DEMAS, 2002:27).

3.2 A Abordagem HUL e a gestão integrada do património

A proteção de recursos culturais está inteiramente ligada ao desenvolvimento e, ao longo da História, foram sendo publicados vários documentos doutrinários com o objetivo de os proteger, mantendo-se ainda válidos. Porém, ao longo das últimas três décadas foi-se instalando uma visão diferente para as políticas de salvaguarda que evolui a par do processo que levou à integração da cultura na agenda internacional para o desenvolvimento. Como resultado deste processo foi adotada pela UNESCO em 2011 a Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (HUL)[71].

Desde então, a comunidade científica tem-se empenhado no exercício da chamada "abordagem Paisagem Urbana Histórica', contribuindo para que se entenda

71 *Historic Urban Landscape*, adotada na 36.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, no dia 10 de Novembro em Paris.

que a Recomendação não é apenas mais uma "carta do património". No fundo, a Paisagem Urbana Histórica é uma atualização das abordagens da gestão do património, um "*conceito-ação*" tal como o identifica Walter Rossa (2015:494), com o qual são identificadas várias direções a seguir para integrar o património, considerando devem ser adaptadas às situações específicas de cada local (BANDARIN & van OERS, 2012:212). Neste sentido, a herança cultural deve ser preservada, mas a sua integração no planeamento de políticas e práticas gerais, quer a nível local quer num contexto urbano mais amplo, é essencial, e o património deve ser entendido também como um recurso importante do desenvolvimento (BANDARIN & van OERS,2012:214).

De acordo com a mesma recomendação, o património e a cultura, de um modo geral, com os seus valores e significados, são integrados nos processos de decisão local, com metodologias baseadas na participação cívica e na identificação de valores-chave, para definir planos de ação e metas com o objetivo de salvaguardar o património em desenvolvimento (BANDARIN & van OERS, 2012:215). Para isso, como defendem Francesco Bandarin e Ron van Oers (2012:215), é necessário o uso de instrumentos e métodos que reforcem o conhecimento e criem bases para o planeamento e gestão do património, com o objetivo de "*proteger a integridade e autenticidade dos atributos*" dos bens culturais. Além destes, defendem também o uso de instrumentos financeiros, de modo a "*reforçar e apoiar um desenvolvimento inovador e gerador de receitas*", bem como sistemas de regulamentação que "*devem refletir as condições locais*", sob "*medidas legislativas e regulamentares destinadas à conservação e gestão dos atributos tangíveis e intangíveis do património urbano, incluindo os seus "valores sociais, ambientais e culturais*" (BANDARIN e van OERS, 2012:215).

Desta forma, a gestão do património não é dissociável do planeamento urbano em termos gerais, mas antes um domínio de atividades que deve estar inserido nas políticas públicas locais, tendo por base a ideia de que elas não envolvem apenas as ações que visam assegurar a sua "*preservação*", embora sejam indispensáveis no processo de desenvolvimento (LIPE, 2009:43).

Com este entendimento, um sítio arqueológico deve ser entendido como um "*recurso cultural*" e, na sua gestão, devem ser identificados os "*recursos que valorizam esse sítio*" e de que forma é que podem ser compreendidos "*como benefícios públicos*" (LIPE, 2009:41) sem comprometer a sua sustentabilidade.

Segundo William Lipe (2009:43), devem ser tido em conta seis fatores nos

programas de gestão dos recursos arqueológicos. Em primeiro lugar a "*identificação*" do próprio sítio é essencial no seu processo de gestão, porque só desse modo será possível conhecer e dar a conhecer o(s) recurso(s) presente(s) no território. Após o seu reconhecimento é necessário considerar todas "*as suas características*" e "*os seus valores*" como recursos inseridos em determinados contextos históricos, o que é para Lipe (2009:43) um segundo fator.

No processo de gestão de um sítio arqueológico, é necessário dar respostas aos efeitos negativos derivados de um desenvolvimento assente essencialmente no crescimento económico. Como exemplo, as consequências negativas da expansão urbana, com novas construções, podem conduzir à destruição de inúmeros recursos arqueológicos presentes nos terrenos que darão lugar a essas edificações. Deste modo, é essencial um "*planeamento proativo*", que não se baseie na obtenção de respostas após o desaparecimento desses recursos, mas que "*selecione*" antecipadamente esses lugares para sua "*preservação*" e que dessa maneira contribua para o seu "*estudo*" (LIPE, 2009:43).

Outro fator a ter em consideração na sua gestão é a implementação de medidas de modo a "*promover a preservação dos recursos arqueológicos a curto e a longo prazo*" de modo a dar continuidade ou no caso de novos achados, iniciar o processo de conservação para no futuro legar às futuras gerações (LIPE, 2009:43).

Além da sua conservação é necessário também recuperar os vestígios arqueológicos. Alvo de inúmeras ameaças, como referido anteriormente, muitos dos recursos quando são encontrados estão em elevado estado de degradação e desta forma, é importante garantir que todos os "*registos e coleções anteriores sejam devidamente recuperados*" (LIPE, 2009:43).

Por fim, William Lipe (2009:43) refere, um sexto último e último sexto fator, relacionado com a criação de processos de divulgação e iniciativas que proporcionem o acesso "*direto ou indireto*" aos valores do património arqueológico a, pelo menos, alguns segmentos da sociedade. Valores esses que representam a principal razão para a gestão desses mesmos recursos (LIPE, 2009:43).

O entendimento e a identificação dos valores associados ao património têm sofrido alterações ao longo do tempo (LIPE, 1984). Como refere William Lipe (2009:41), nos "*valores dos recursos arqueológicos*" estão compreendidos a "*preservação, pesquisa, herança cultural, educação, estética e economia*" e, enquanto elementos fundamentais na

gestão do património, é importante salientar que os valores enumerados resultam da atribuição de "*significados e valores*" de determinados "*indivíduos ou grupos*" inseridos em diferentes contextos (DÍAZ-ANDREU, 2017:2).

A preservação dos bens culturais é um dever do cidadão e uma tarefa do Estado, ou seja, também é um direito. Como meio passivo direcionado para a investigação ou para outros benefícios, a preservação pode ser considerada um valor e um benefício em si própria. Como exemplo, o programa Passport in Time (PIT)[72] da US Forest Service[73] envolve voluntários em diversos projetos de proteção e conservação de recursos culturais nos EUA, de modo a garantir a sua investigação e a sua passagem às futuras gerações (LIPE: 2009:47).

A investigação nos sítios arqueológicos representa uma importante fonte de conhecimento. Um dos seus contributos para a sociedade é a informação derivada das investigações, servindo como prova e relato de um passado (LIPE, 2009:49).

Num contexto em continua mudança e evolução, o contributo da ciência é essencial. Novos métodos e novas ferramentas de pesquisa estão a ser criados, possibilitando cada vez mais pesquisas multidisciplinares. A investigação nos sítios arqueológicos representa uma importante fonte de conhecimento.

Um dos seus contributos para a sociedade é a informação derivada das investigações, servindo como prova e relato de um passado (LIPE, 2009:49). O seu valor está inteiramente relacionado com a divulgação das suas análises e conclusões. Por vezes a falta de incentivos e falta de financiamento são ameaças à pesquisa arqueológica, comprometendo tanto a atividade como a posterior divulgação. É fundamental a sua divulgação como promoção da investigação, assim como dos próprios sítios, pois, segundo William Lipe (2009:50), "*nem todos os pesquisadores tem acesso a informação, quanto mais do público em geral*".

Desta forma, podem ser usados vários meios possíveis para a sua divulgação, como a criação de espaços urbanos ou novos edifícios, através do contributo da Arquitetura, com o a realização de atividades/eventos culturais, com a criação de sistemas expositivos "*ambulantes*" – com o objetivo de levar o conhecimento às pessoas, não só as pessoas às coisas – e por último as publicações produzidas e a internet.

---

72 Passport in Time (PIT) é um programa de voluntariado patrocinado pelo serviço florestal dos EUA. Os seus participantes trabalham conjuntamente com arqueólogos profissionais e historiadores em atividades diversas como pesquisa arqueológica e escavação, restauração e análise de artefatos. Fonte http://www.passportintime.com/

73 Serviço Florestal dos Estados Unidos (Agência estatal).

O conhecimento produzido possibilita o acesso a "*experiências, ideias e informações*" que cada intérprete utiliza na "*construção dos seus próprios entendimentos do passado*"e deste modo, o valor educacional está inteiramente relacionado com esta aquisição de conhecimento, derivada do "*contato direto*" do público com os recursos arqueológicos (Lipe,2009:53-58).

A aprendizagem pode ser compreendida de vários modos. Através das escavações, como componente prática, são momentos importantes de aprendizagem ao longo da formação em Arqueologia. Noutro sentido, segundo Pedro Carvalho (2014:16), com a abertura das "*escavações ao público, transfere-se conhecimento e sensibiliza-se esse mesmo público para a causa do património*". Por outro lado, os museus, como todos os equipamentos culturais associados aos sítios arqueológicos, estão inteiramente relacionados com a comunicação educativa. As suas coleções são um importante complemento à educação formal nas escolas. Com o contacto direto, o entendimento e a perceção das realidades do passado são facilitadas. Como também defende Pedro Carvalho (2014:8), os museus, ou os centros de interpretação, constituem "*um equipamento cultural de excelência, altamente pedagógico, comunicativo e formativo, capaz de atrair diferentes públicos, desde a comunidade escolar e local, aos turistas*".

As publicações e os documentos de divulgação, também devem seguir esta estratégia, incutindo o valor educativo do património ao público em geral, incluindo, naturalmente, os mais novos. Como refere William Lipe (2009) as atividades culturais, lúdicas ou até científicas, realizadas de forma a valorizar os sítios arqueológicos, podem abranger várias áreas do conhecimento e incluir o valor educativo. Para os mais novos ou para o público em geral, as atividades podem ser direcionadas para a comunidade escolar, através de atividades curriculares ou extracurriculares, por entidades externas ou apenas pela entidade reguladora do sítio. A dinamização e a inovação são fatores inteiramente ligados às atividades com o objetivo de alcançar um maior número de públicos.

Os vestígios arqueológicos, presentes em várias regiões, "*marcam a sua identidade e que podem projetá-las para o exterior, podendo objetivamente contribuir para a construção do seu próprio futuro*" (CARVALHO, 2014:7). De acordo com este princípio, a divulgação cultural realizada através dos museus, ou por outros equipamentos, deve ser direcionada também para públicos jovens, de modo a reforçar a consciencialização "*desde muito cedo, a reconhecer e a avaliar devidamente a importância destes recursos*"

(CARVALHO, 2014:9). Deste modo, a "*educação patrimonial (e cívica), acabará por constituir uma solução educativa que contribuirá, a seu modo, não só para estimular o exercício de uma cidadania ativa e plena, como poderá constituir a prazo uma resposta objetiva às necessidades de desenvolvimento sustentável*" dos territórios na qual estão inseridos (CARVALHO, 2014:9).

Os sítios arqueológicos também possuem valores económicos, compreendidos na sua preservação e gestão, através da "*comparação de custos económicos*" com os "*benefícios monetários e não monetários*" (LIPE, 2009:61). Segundo Randall Mason & Erica Avrami (2002:13), "*Valores económicos são frequentemente [utilizados] para descrever todos os outros tipos de valor em termos de uma única variável – preço*".

Segundo Luís Fernandes Morais (2010:6), o património não se encontra "*no domínio da produção material, por isso, as fórmulas correntes da economia clássica, oferta vs. procura, ou mesmo da economia política marxista, teoria do valor, não podem ser aplicadas linearmente a este caso*". Desta forma é essencial a identificação dos seus contributos positivos na economia.

O turismo arqueológico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento económico de um território, mas é necessário ter em consideração que apenas alguns sítios "*podem servir como atrações que atraem multidões*" (LIPE, 2009:61) e, neste sentido, impulsionem o desenvolvimento local. Apenas os sítios arqueológicos fortemente reconhecidos, poderão ser impulsionadores económicos, os restantes, mais desconhecidos, dificilmente obtêm um papel económico relevante. Por esse motivo, o seu orçamento é cada vez mais limitado, podendo levar mesmo ao abandono (RAPOSO, 2011).

Em relação aos sítios fortemente marcados pelo turismo, é notório o contributo do desenvolvimento tecnológico, possibilitando ao visitante um entendimento do passado num "*contexto mais amplo*." (LIPE, 2009:61)

Outro impacto relevante na economia diz respeito à criação de emprego. Num contexto fortemente marcado pela urbanização, é importante garantir a criação de empregos nos territórios de baixa densidade populacional e os sítios arqueológicos neles situados podem revelar-se importantes motores de desenvolvimento. (CARVALHO, 2014).

Outros valores são mencionados por outros autores. O "*valor estético*"

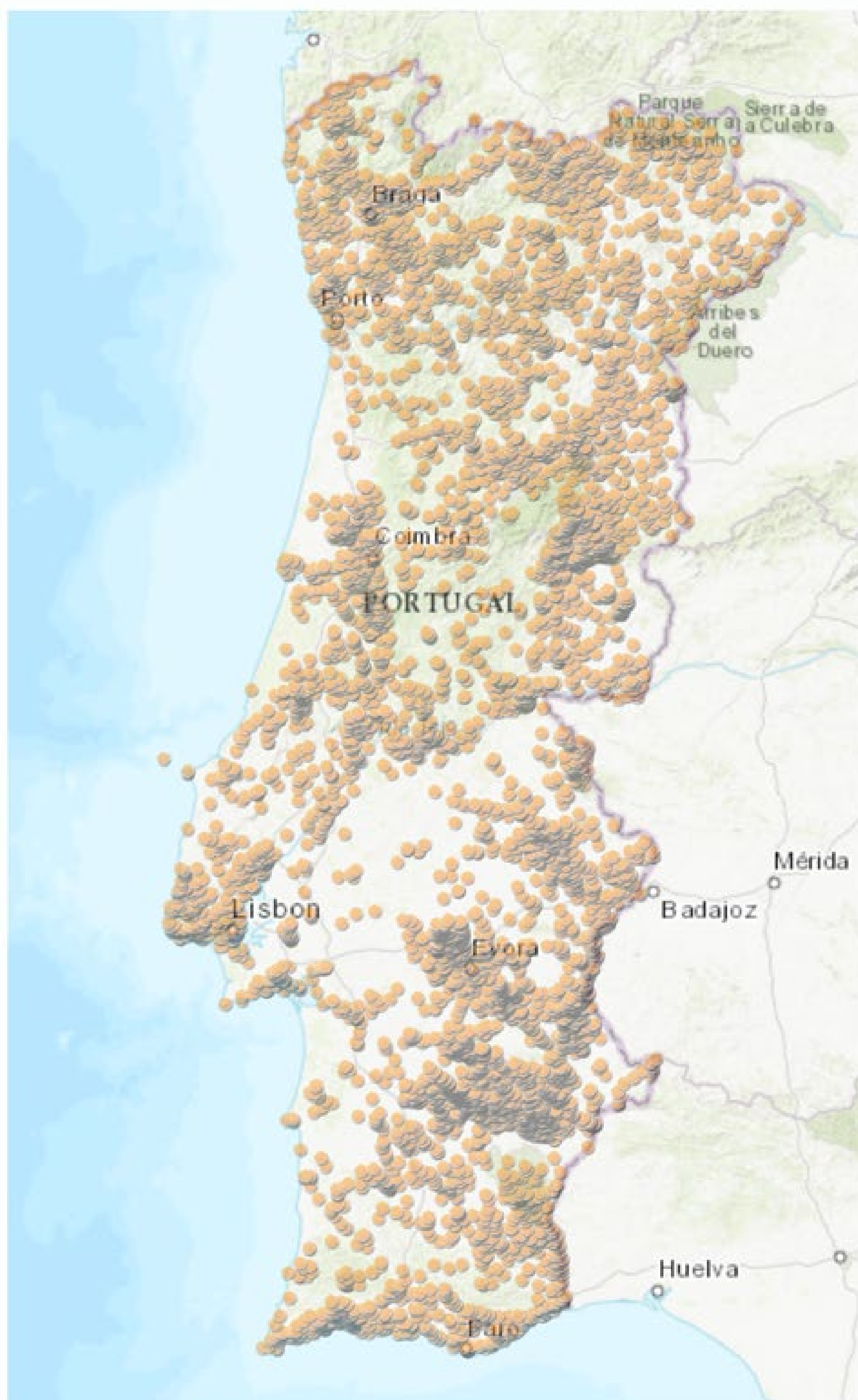


Figura 11: Localização dos sítios arqueológicos registado no Portal do Arqueólogo à data de 8 de Julho de 2019

(Lipe,2009), o "*valor natural*", o "*valor espiritual e religioso*", e o "*valor natural*" (Mason & Avrami, 2002).

Toda esta pluralidade de sentidos é importante para a gestão dos sítios arqueológicos e para a sua conservação. Os vestígios materiais não são dissociáveis dos seus valores. Só através de "*um processo baseado em valores*" é possível atingir uma "*conservação sustentável*" do património arqueológico, através da "*aberta e ampla participação, focada no futuro*" (Mason & Avrami, 2002:25).

3.3 Casos de estudo

No contexto português estão identificados 34753 sítios arqueológicos[74].

Abrangendo vários contextos históricos é o período Romano que merece destaque. Cerca de 28%[75] dos sítios identificados diz respeito à época Romana comprovando assim o forte impacto, de outrora, no território Português.

Neste contexto, é selecionado um conjunto de sítios que serviram de base para o desenvolvimento da estratégia defendida no presente trabalho.

Tendo em conta a estratégia "*Arqueologia em Desenvolvimento*", foram selecionados o caso das Ruínas de Troia, da Escola Profissional de Arqueologia (EPA) e por último o caso das Ruínas de Conimbriga, objeto de estudo deste trabalho. Exemplos que permitem analisar os resultados e efeitos produzidos na gestão de um sítio arqueológico, sob uma gestão privada, no caso de Troia, sob uma gestão pública, no caso de Conimbriga, e no caso da Escola, o seu contributo através da investigação para o desenvolvimento do sítio Arqueológico.

Considerando os aspetos referidos nos capítulos anteriores e a caraterização dos presentes casos de estudo, tendo em conta as estratégias e mecanismos seguidos no seu desenvolvimento, na sua evolução e como resultado, o seu impacto no território, representam desta forma, um importante contributo para o desenvolvimento do trabalho.

74 Pesquisa realizada no dia 8 de Julho de 2019, no Portal do Arqueólogo.
75 Corresponde a 9505 sítios. Informação disponível no dia 8 de Julho de 2019.



Figura 12: Localização das Ruínas Romanas na Península de Troia

Troia

Na península de Troia está situado "...*uma das mais excecionais indústrias de salga de peixe do império Romano...*" (MONTEIRO & FARIA, 2006:274).

Inserido no concelho de Grândola, a sua envolvência é marcada pela presença do Oceano Atlântico, de um lado, e do outro o estuário do Sado, fazendo parte de uma paisagem dunar inserida na Rede Natura 2000[76]. De âmbito europeu, o seu objetivo é salvaguardar a biodiversidade dos diferentes habitats naturais presentes (SEQUEIRA *et al.*,2009:14).

Ao longo do tempo, várias transformações naturais e urbanas foram ocorrendo na paisagem de Troia. Por ação de marés, ventos ou processos de sedimentação decorrentes de correntes marítimas que contribuíram para a alteração da orla costeira da Península. Em termos urbanos, os terrenos que anteriormente eram de uso agrícola, dão lugar a empreendimentos turísticos e imobiliários, que vão surgindo e marcando a paisagem, tornando-se ícones de Troia (FERREIRA,2004:73).

Devido à sua implantação e à forte presença de recursos marinhos e fluviais, foi construído no final do século I a.C. o centro de produção de salgas de peixe, mantendo-se ativo até meados do século III d.C. (MONTEIRO & FARIA, 2006:274). Deste modo, foi desenvolvendo-se um aglomerado urbano quando, do qual existem vestígios de "*termas, necrópoles, um mausoléu e uma basílica paleocristã*" (PINTO *et al.*, 2014:29). As suas características envolventes foram importantes para o seu desenvolvimento, mas contribuíram também para a sua destruição e abandono.

Segundo Silva e Cabrita (1966:148), "*várias têm sido as hipóteses estruturadas com o objetivo de explicarem a destruição e abandono da povoação Romana de Troia*". De origem natural, foram analisados vários factos[77] compreendidos em três grupos: "*Ruínas inundadas pelas águas da praia-mar*"; "*Ruínas submersas*" e "*sedimentos com fácies de estuário cobrindo as ruínas*" (SILVA & CABRITA,1966:150-151). Após a análise e em forma de conclusão, Silva e Cabrita (1966:152-154) reconhecem as seguintes causas como explicação para a destruição da povoação Romana de Troia: "*Inundação provocada*

76 A Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/ 97, de 28 de Agosto, que elencou a 1ª fase da Lista Nacional de Sítios, no âmbito da Rede Natura 2000, atribuiu ao Estuário do Sado o código PTCON0011.

77 Os factos enumerados pelos autores estão compreendidos em três grupos: "*Ruínas inundadas pelas águas da praia-mar*"; "*Ruínas submersas*" e "*sedimentos com fácies de estuário cobrindo as ruínas*" (Silva & Cabrita,1966:150-151).



Figura 13: Ruínas Romanas de Troia

por vagas sísmicas"; "*Ação erosiva do Rio Sado"* e "*Submersão motivada por um fenómeno de transgressão marinha*".

A evolução do seu aglomerado urbano deveu-se essencialmente às fábricas de processamento do peixe, "*A necessidade de mão-de-obra terá sido determinante na evolução do sítio*" (PINTO *et al*.,2016:311). Através dos vestígios encontrados, as construções indicam a presença de tipologias "*rés-do-chão e de primeiro andar*" (PINTO *et al*,2016:315).

O interesse por este património conduziu inúmeros eruditos a visitar a Península. "*Pompeia de Setúbal*" foi a denominação dada por Hans Christian Andersen[78] às ruínas de Troia após uma visita a Portugal em 1866 (ANDERSEN,1972).

As primeiras escavações tiveram lugar no séc. XVIII, por determinação de D. Maria I que, durante uma "viagem fluvial", ficou impressionada pelos vestígios ali presentes (CARDOSO, 2014:13). Posteriormente, em 1849 a *Sociedade Archeologica Lusitana*, como referido no capítulo II, desenvolveu importantes trabalhos de escavação em Troia, desde a sua criação até Outubro de 1856 (CARDOSO, 2014:13), ano em que os trabalhos foram suspensos.

Segundo a Plataforma do Arqueólogo Português[79], as escavações seguintes tiveram início quase 100 depois, em 1948[80], e desde então foram realizadas diversas campanhas arqueológicas, como sondagens e prospeções, trabalhos de conservação, restauro e valorização.

O património singular de Troia foi classificado em 1910 como Monumento Nacional[81]. A sua classificação como Património Mundial da UNESCO é um objetivo a ser alcançado no futuro e o seu processo, já foi iniciado. A candidatura à Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial foi iniciativa da equipa de arqueólogos responsáveis pelo sítio de Troia, tendo como diretora Inês Vaz Pinto[82]. Apresentada

78 Hans Christian Andersen (1805-1875) foi um notável escritor e poeta dinamarquês. *O Patinho Feio*, *O Soldadinho de Chumbo*, e *A Pequena Sereia* são algumas das obras reconhecidas internacionalmente. O seu contributo e gosto pela literatura juvenil, foi reconhecido através do reconhecimento da sua data de nascimento (2 de Abril) como o Dia Internacional do Livro Infantojuvenil. Em 1956, em sua honra, é batizado com o seu nome, o prémio que é considerado o Nobel da literatura infantil e juvenil, criado pelo The International Board on Books for Young People (IBBY).

79 O Portal do Arqueólogo é uma plataforma direcionada ao público em geral, a profissionais e entidades na área da arqueologia, com o objetivo de disponibilizar informações da base de dados da DGPC. Fonte: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php

80 Trabalhos que tiveram o seu término em 1955 e a sua direção esteve a cargo de Manuel Heleno.

81 Através do Decreto de 16-06-1910, Diário do Governo n.º 136, de 23-06-1910.

82 Inês Vaz Pinto (1961) frequentou o Curso de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa (1979-1983). Em 1986 termina o curso de Mestrado em Arqueologia Clássica, na Universidade do Arizona, Tucson, E.U.A. e é doutorada em Arqueologia na Universidade Lusíada em 1999.

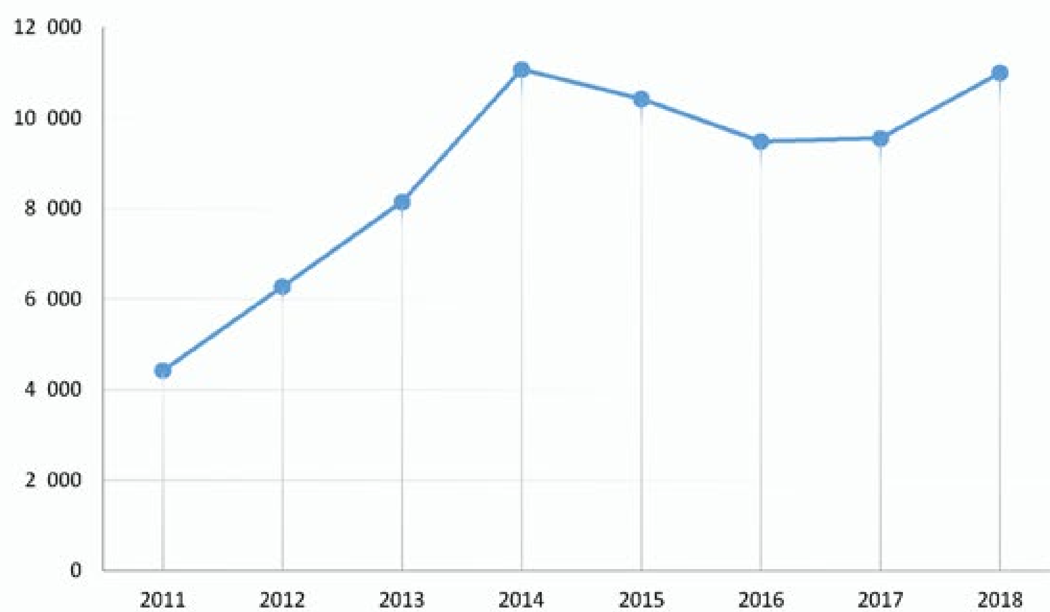


Gráfico 2: Número de Visitantes das Ruínas por Ano

em 2014 depois de um longo processo de preparação da candidatura, que implicou o desenvolvimento de alguns pontos, como a apresentação e discussão na Comissão Portuguesa da UNESCO, em 2015, tendo sido aprovada em Maio de 2016, no dia 30.

Em 2005, foi celebrado um Protocolo entre o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) e o Instituto Português de Arqueologia (IPA), com a entidade privada, detentora do território, Imoareia - Sociedade Imobiliária, S. A., atualmente denominada Troiaresort, Sgps, S. A., atribuindo-lhe a gestão, conservação e valorização do sítio arqueológico.

A gestão do sítio é feita com um orçamento anual e o valor associado aos vencimentos da equipa de arqueólogas, "*representa o maior custo fixo*" (BRUM, 2013:59), seguido pelos que se relacionam com a conservação e manutenção do sítio. As receitas diretas, além do financiamento privado anual, derivam da bilheteira dos visitantes e das atividades e espetáculos realizados, como o "*Cavalo de Tróia contado pelos romanos*". Em relação às receitas indiretas, não existe nenhum mecanismo, nem entidade que contabilize as mesmas receitas associadas às Ruínas de Troia. Mas é importante considerar o seu contributo à economia na envolvente, nomeadamente através da utilização de diferentes serviços, como o alojamento, a restauração e transportes.

O gráfico 2 demonstra a evolução do número de visitantes das Ruínas de Troia. Esta informação é importante para avaliar o impacto das medidas adotadas no processo de gestão do sítio, de forma à perceção do retorno económico atingido, como à sua valorização. Os números de visitantes registados dividem-se em vários segmentos: passantes (turistas e visitantes que vêm de fora), clientes Troia Resort (detentores de um desconto), grupos em excursão (famílias, amigos, associações culturais, grupos seniores, etc.). Relacionadas com o valor educativo, são registadas visitas guiadas abertas ao público em geral, assim como à comunidade escolar, como outras atividades pedagógicas.

De 2011 até 2016, o período de abertura esteve compreendido entre Junho e Agosto, mantendo-se encerrado apenas aos domingos. Em 2017 o período foi alargado até Outubro e desde o ano passado, passou a ser desde Março a Outubro. Apesar deste período de abertura, é importante salientar que o sítio arqueológico mantém a sua oferta turística e educativa ao longo de todo o ano, embora seja necessária a marcação exclusiva de grupos, com um número mínimo de 10 pessoas. Esta oferta inclui visitas

guiadas, abertas ao público em geral como às escolas, como atividades diversificadas[83].

No processo de gestão dos sítios são procuradas parcerias e patrocínios de modo a obtenção de mais apoios financeiros e uma maior divulgação pública. No âmbito deste tipo de atividades da gestão do sítio, em 2013 foi assinado um protocolo com a Associação Mutualista Montepio, permitindo a entrada gratuita do seus associados e familiares e apoiando assim, a divulgação e dinamização do próprio sítio.

Em 2014 foi assinado um protocolo com a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), na qual foi garantido o financiamento para parte do restauro da pintura mural da Basílica de Troia. Ainda no ano de 2014 a marca *Coca-Cola*, através de uma campanha publicitária, brindava os seus consumidores com prémios semanais e viagens incluindo Miami, Santorini e Troia.

No dia 16 de Maio de 2015 foi assinado outro protocolo, desta feita com a Fundação Buehler-Brockhaus[84] e a entidade gestora do Troia Resort, de forma a promover novas ações de restauro da pintura mural da Basílica, como contributo para a investigação, salvaguarda e valorização do sítio.

Mas as parcerias não envolvem apenas entidades privadas. As ligações com instituições públicas, como a DGPC e as Universidades, são um importante contributo para a produção contínua de conhecimento.

Relacionado com a sua localização estão identificados alguns riscos como a forte probabilidade de ocorrência de ventos fortes, a elevada percentagem de humidade, e o desenvolvimento de vegetação devido às condições do próprio solo da região, que podem favorecer a corrosão das ruínas que se encontram expostas (MONTEIRO & FARIA, 2006).

A proximidade com o Oceano Atlântico constitui também uma ameaça relacionada com o risco de erosão "*...provocado pela ação da ondulação de geração local e das marés no estuário do Sado*" (SILVEIRA *et al.*, 2014:260). A ausência de proteção adequada face os riscos naturais, pode provocar danos irreversíveis no património. No final de 2006, teve início o processo de enchimento de areias para proteção das ruínas provenientes da zona Norte da Península, local onde decorriam os trabalhos de implantação de novos empreendimentos turísticos (SILVEIRA *et al.*, 2014).

83 Nas atividades estão entendidos: passeios pedestres e outras atividades lúdicas e educativas. Para mais informação consultar o endereço do Troia resort: http://www.troiaresort.pt/.

84 A Fundação Buehler-Brockhaus, é constituída por Marion Buehler-Brockhaus e Hans-Peter Buehler, casal alemão e está sediada em Setúbal.

De forma a avaliar a exposição do sítio, a sua vulnerabilidade face às mudanças climáticas e os riscos naturais inerentes ao seu Património, as ruínas de Romanas de Troia são um dos sítios[85] incluídos no desenvolvimento do *Projeto Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizacional Resources Management*[86] (STROM). O seu principal objetivo é "*desenvolver modelos preditivos e ferramentas de diagnóstico não-intrusivas para prevenir os efeitos das alterações climáticas e das catástrofes naturais no património construído, numa lógica de colaboração e combinando metodologias ecológicas inovadoras e sustentáveis*" (MAGALHÃES *et al.*,2018:171).

Em relação à sua programação cultural, não existe estatística relacionada de modo a compreender os seus reflexos diretos e indiretos. Mas é importante relevar as atividades como forma de valorização e promoção do sítio. Eventos como a "*Noite de Estrelas*", "*Sunsets Musicais*" e "*Mercado Romano*", revelaram-se importantes na dinamização das ruínas em diferentes contextos. De relevar, é também o "The Troia Summer Project'' pelo importante carácter educativo. Este projeto é um programa de escola de campo que permite aos intervenientes experienciarem um projeto científico num contexto único. A realização deste projeto resulta da colaboração entre o Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património[87] (CEAACP), o American Foreign Academic Research[88] (AFAR) e Troia Resorts.

Além dos vários eventos realizados como forma de valorização e divulgação do singular Património Arqueológico de Troia, foram realizados vários trabalhos com o mesmo objetivo. Contextualizando, desde 2007 a 2010 foram realizados trabalhos preparatórios como escavações, libertação de areias, preparações de terreno, como trabalhos de conservação e restauro.

A primeira fase de valorização consistiu na recuperação de uma parte do sítio arqueológico e na instalação de um percurso de visita nessa área, com um projeto de arquitetura paisagista. Em 2010 foi construído um percurso de visita e uma bilheteira de modo a complementar e a melhorar a visita por parte do seu público. Em temos de projetos de menor envergadura, depois de aberto o percurso ao público, a estratégia

85 As Termas de Diocleciano (Itália), o Centro Histórico de Rethymno (Creta), a aldeia de Mellor (Reino Unido) e das ruínas de Ephesus (Turquia) também estão inseridos nos locais inseridos na rede de trabalho STORM.

86 O projeto STORM foi um dos dois projetos vencedores do Programa Disaster Resilience & Climate Change do Horizonte 2020, promovido pela União Europeia

87 É uma Unidade de Investigação & Desenvolvimento (UI&D) na área da Arqueologia Sedeado na Universidade de Coimbra foi fundado em 1993 por docentes e investigadores das Universidades de Coimbra e Porto. Mais informação disponível em https://www.uc.pt/uid/cea.

88 É uma organização sem fins lucrativos dedicada a proporcionar aos estudantes do ensino secundário e universitário uma oportunidade de experienciarem o mundo da Arqueologia através da realização de trabalhos práticos (escavações no próprio local) ou teóricos, participando em seminários. Fonte: https://www.goafar.org/.



Figura 14: Percurso de visita

seguida incidiu na captação de novos grupos de visitantes, desde a comunidade escolar à comunidade adulta/sénior e na aposta na comunicação digital. Em 2011 foram aplicados painéis explicativos e sinalética de orientação e a abertura ao público ocorreu no dia 1 de Março.

A segunda fase tem como objetivo a recuperação da Basílica, um edifício singular, mas que tem sofrido diversos atrasos pelo grande investimento que está associado. O projeto de substituição da sua cobertura já foi iniciado e a longo prazo irão ser realizadas novas escavações com o objetivo de aumentar o conhecimento em relação ao monumento.

A estratégia de valorização futura compreenderá a Oficina de salga[89] nº4, a necrópole, as sepulturas de mesa, a rota aquária e todas as áreas contíguas.

A proteção das estruturas presentes na orla costeira em relação à erosão marinha é uma necessidade futura, assim como a proteção das oficinas salga em relação à chuva e ao crescimento da vegetação.

A sua implantação, numa área diretamente direcionada para o turismo, serve de complemento às ruínas de Troia, como atração turística cultural, favorecendo o seu desenvolvimento e divulgação.

Num sítio que se encontra parcialmente descoberto, as escavações a realizar no futuro não estão excluídas da estratégia a ser seguida. Num contexto de orçamentos finitos, ressalta o contraste da infinidade de inúmeras atividades e áreas por descobrir, sempre assente sob uma vontade de fazer mais e melhor.

Em suma, são evidentes as inquietações e barreiras no processo de gestão, desde a carência de meios económicos à de meios humanos, da necessidade de proteção à vontade de desenvolvimento do conhecimento e das ameaças à valorização.

89 Uma Oficina de Salga é constituída por tanques (*cetárias*) de várias dimensões destinado à salga e ao fabrico de diversos molhos (ex: *garum*). Em Troia foram encontradas 25 oficinas (Pinto et al, 2014:30).

Escola Profissional de Arqueologia

A Escola Profissional de Arqueologia é um caso de estudo importante para poder-se avaliar os contributos da investigação para e o desenvolvimento local.

A arqueologia é uma atividade inteiramente ligada ao ensino superior. Até 1990, a oferta formativa na área da Arqueologia era "*exclusivamente garantida pelas Universidades e Institutos Superiores*" (DIAS,1999:417). O desenvolvimento da disciplina em Portugal revelou a necessidade de criação de técnicos intermédios que auxiliassem os diretores científicos, os Arqueólogos, no processo de investigação Arqueológica, através de uma formação com uma importante componente prática adquirida "*em contexto de trabalho*" (DIAS, 1999:417).

No final da década de 80 foi criado o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP), que se dedicou à promoção e dinamização do novo ensino profissional em Portugal. Contextualizando, após o 25 de abril as Escolas Profissionais Industriais foram sendo desvalorizadas, houve um período de quase renúncia ao ensino profissional e deste modo tornou-se evidente a necessidade de reativar o ensino profissional.

A Escola Profissional foi criada em 1990 e através da Portaria n.º 795/2000[90] conjunta do Ministério da Cultura[91] e Ministério da Educação[92], teve início o primeiro curso de Assistente de Arqueólogo.

A necessidade de criação da escola foi reconhecida ao longo dos trabalhos que foram sendo feitos em *Tongobriga* desde 1980[93]. Como mentor e responsável pela investigação em Tongóbriga, Lino Tavares Dias[94] constatou a carência de técnicos e operários especializados (DIAS,1999).

Como parceria entre o Ministério da Cultura e da Educação o investimento da sua criação foi totalmente público. O seu financiamento provém do orçamento de estado como também de candidaturas aos fundos relativos ao ensino profissional.

90 Portaria n.º 795/2000, publicada em Diário da República n.º 218/2000, Série I-B de 2000-09-20.

91 Ministério da Cultura através do IPPAR.

92 Ministério da Educação través do GETAP.

93 Foram realizados os primeiros trabalhos (escavação) no dia 1 de Agosto de 1980, tendo terminado no dia 30 de Dezembro do mesmo ano.

94 Lino Tavares Dias (1951) é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano 1978 e em 1995 é Doutorado em Arqueologia pela Universidade do Porto. Entre 1992 e 1998 foi Director da Escola Profissional de Arqueologia.



Figura 15: Escola Profissional de Arqueologia (EPA)



Figura 16: Localização das Ruínas de *Tongobriga*

A sua localização na aldeia do Freixo, no concelho do Marco de Canaveses, resulta da reabilitação e do reaproveitamento de edifícios existentes. No edifício sede, foram feitas algumas adaptações, mas sempre com os sobrepostos de obedecer a todas as regras arquitetónicas que o próprio IPPAR definia através da classificação da Área Arqueológica do Freixo[95] como Monumento Nacional em 1986[96]. O aproveitamento de antigas habitações surgiu com a necessidade de instalação de todos os equipamentos inerentes à formação, como salas de aulas, cafetaria, biblioteca, sempre sem alterar a identidade do lugar. A escola não construiu nenhum edifício novo, embora haja referência a um concurso de arquitetura para a construção de uma nova escola[97].

A aldeia possui apenas 8 residentes permanentes, número bastante diferente do das pessoas que a escola movimenta durante o período letivo. Num total de 100 pessoas[98], apenas alguns dos alunos de fora do concelho residem na aldeia durante a sua formação e desta forma foi criada uma dinâmica com alguns dos residentes da aldeia. Além dos contributos financeiros, proveniente das rendas, em termos sociais, a população maioritariamente do sexo feminino com idades a rondar os 70 anos, viúvas em alguns casos, encontra também algum conforto e companhia.

O envolvimento da comunidade escolar com os habitantes não está presente apenas na relação com os alunos residentes na aldeia, mas também através da relação como "cuidadores" em eventuais necessidades dos habitantes, como por exemplo em necessidades relacionadas com o transporte e desta forma, a escola é assume um importante e dinamizador da aldeia.

Tanto a aldeia, como a escola, o seu desenvolvimento está inteiramente relacionado com a proximidade das ruínas da cidade Romana de *Tongobriga*. A EPA frui particularmente deste fator, desde o seu contributo prático ao ensino da Arqueologia à singularidade como "sala de aula".

Tongobriga, antiga cidade Romana localizava-se onde atualmente está implantada a aldeia do Freixo. Construída no final do século I d.C., atingindo o seu apogeu na segunda metade do século II d.C., "com a construção do *Forum* e os demais edifícios públicos, que a impuseram como centro de atração e decisão" (ROCHA *et*

95 Imóvel afeto à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) através da Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 Agosto 2009.

96 Decreto do Governo n.º 1/86, publicado em Diário da República n.º 2/1986, Série I de 1986-01-03.

97 A proposta vencedora foi a do escritório *Menos é Mais* - Arquitetos. Mais informação disponível em http://menosemais.com/pagina-projetos.

98 O corpo docente é constituído por 20 elementos, os serviços administrativos integram 10 pessoas e nos restantes 70 estão contabilizados os alunos.



Figura 17: Fotografia do Centro interpretativo



Figura 18: Fotografia dos Laboratórios e escritórios da Área Arqueológica

al., 2015:44). Como comprovam os vestígios encontrados, a cidade de *Tongobriga* permaneceu ocupada até ao final do século VII d.C., tendo sido posteriormente "*abandonada e desintegrada*" e "*habitada na era medieval*" (ROCHA *et al.*, 2015:44).

Com a passagem do tempo os usos de outrora, associados à anterior cidade, vão se alterando, dando lugar a usos relacionados com a atividade agrícola, contribuindo assim para a modificação da paisagem.

Foram vários os projetos realizados em *Tongobriga*.

Em 1981 foi instalado na Área Arqueológica do Freixo um Gabinete de Investigação[99] permanente. Um edifício que, até ao presente, "continua a ser fundamental para gestão e investigação de todo o sítio arqueológico" (Rocha *et al.*, 2015:38).

Construções de apoio como: a remodelação de casa da aldeia para sanitários públicos e de apoio aos trabalhos de escavação e visitantes em 1993; a conclusão e início de utilização do edifícios dos Laboratórios e escritórios da Área Arqueológica do Freixo em 1993; a remodelação de casa da aldeia para Receção/Loja em 1999; a construção de Auditório em 2003; a construção de restaurante/cafetaria em 2003[100]; a construção do Centro Interpretativo em 2004[101] e a construção dos armazéns/reserva de espólio/garagens em 2003, constituem importantes contributos para desenvolvimento e valorização da própria Área Arqueológica como da própria aldeia onde está inserida através dos visitantes (gráfico 3, p. 116).

Ao longo dos trabalhos de investigação em *Tongobriga*, a EPA, nomeadamente após a sua criação, desempenhou um papel fundamental como parceira da Estação Arqueológica do Freixo.

A estação possui, um técnico superior em Arqueologia, em técnico superior em História, um técnico intermédio, dois assistentes operacionais para limpezas e três operários de manutenção. Uma equipa reduzida que não possui os recursos humanos necessários nem recursos financeiros para poder recrutar e contratar elementos para realização do trabalho de campo. Deste foma, a Escola, através dos seus alunos, possui os recursos humanos necessários e complementares à realização desses trabalhos.

Como exemplo, nas Escavações[102] realizadas na zona habitacional em 1998 contaram com a parceria da EPA.

99 Projeto de arquitetura do Arquiteto Fernando Maia Pinto.
100 Com início de utilização em 2011.
101 Com início de utilização em 2016.
102 Trabalhos iniciados no dia 31 de Agosto de 1998 e terminados no dia 31 de Dezembro de 1999.

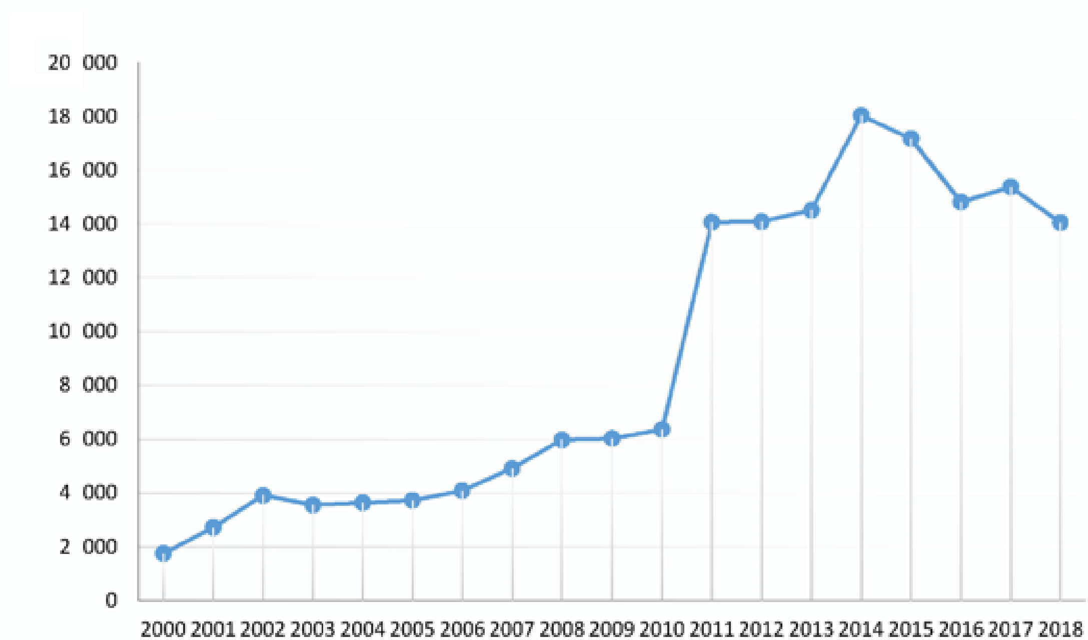


Gráfico 3: Número de Visitantes das Ruínas por Ano

Ambos os projetos de investigação da Estação Arqueológica desenvolve, que envolvam escavações arqueológicas, são desenvolvidos sempre em parceria com os alunos e a escola.

Outras parcerias são estabelecidas em vários eventos, como no *Mercado Romano*[103] e nas *Olimpíadas da Antiguidade*[104], como também na realização de novos projetos, como o projeto[105] de remodelação do Museu Municipal Carmen Miranda[106], sob coordenação[107] da EPA e o projeto idealizado para a recuperação do campo desportivo, de forma a albergar as pessoas afetas aos trabalhos de campo durante um largo período de tempo. Projeto inteiramente relacionado com o turismo, investigação, fundamentado em protocolos com Universidades Nacionais e Estrangeiras.

Desta forma os impactos positivos da EPA, não são percetíveis apenas na aldeia, mas também no concelho do Marco. Similarmente, na Estação Arqueológica o contributo da EPA provem das várias gerações de alunos que foram contribuindo para a evolução das campanhas arqueológicas e dos trabalhos que se vão desenvolvendo.

Todas estas atividades e parcerias têm contribuído para a evolução da própria Escola como para a sua adaptação no contexto territorial.

O desenvolvimento da Escola tem acompanhado a evolução da Arqueologia e de outras áreas em Portugal. A sua oferta formativa não é apenas a criação de técnicos intermédios numa área que anteriormente não existia. O objetivo principal é a formação de jovens na área do património cultural possibilitando o ingresso diretamente no mercado de trabalho ou mesmo a progressão nos estudos. Este prosseguimento é o caminho defendido pela Escola, pelo conhecimento adquirido ao longo do curso ser considerado uma valência no futuro curso superior na área da Arqueologia. São vários os casos de alunos que ocupam cargos em Câmaras mas como exemplo, o Jorge Sampaio[108] frequentou o curso Assistente de Arqueólogo, seguidamente frequentou o ensino superior, entrou no Côa como assistente de arqueólogo e posteriormente

103 Evento que tem como objetivo divulgar o Património singular de *Tongobriga* através da realização de uma reconstituição histórica do período Romano.

104 Evento sob organização da EPA que consiste numa prova desportiva inspirada nas Olimpíadas Da Antiguidade Clássica envolvendo os alunos das escolas do concelho do Marco de Canaveses. Lançamento do disco, lançamento do dardo, salto em comprimento, corrida de velocidade, estafeta e Jogos Romanos de Tabuleiro são as modalidades a ser disputadas.

105 Projeto arquitetónico que prevê a criação de um polo cultural.

106 Museu situado em Marco de Canaveses que integra um de acervo museológico, um espaço de exposições temporárias e uma sala em honra da ilustre marcoense (natural de Marco de Canaveses) Carmen Miranda.

107 Dos trabalhos de inventariação, consolidação, conservação e restauro do diverso espólio presente.

108 Jorge Davide Marinho Simões Sampaio (1974) é licenciado em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense. Em 2009, concluiu o mestrado em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Assumiu o cargo de presidente interino através do despacho da Fundação Côa Parque de dia 13 julho 2017. Lugar ocupado pelo arqueólogo António Martinho Baptista, que entretanto se aposentou.

assumiu o cargo de técnico-científico do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa de forma interinamente até que estivesse concluído o processo referente ao Concurso Internacional para admissão de um novo responsável técnico-científico.

São vários os casos de sucesso que estudantes que iniciaram a sua formação na EPA, comprovando assim a sua importância na formação no campo da Arqueologia. Segundo análise realizada pela Escola cerca de 60% dos alunos prosseguiram os estudos e estão a trabalhar na área da Arqueologia.

A Oferta de formação profissional em Assistente de Arqueólogo está limitada apenas a duas Escolas. A Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra[109] oferece também uma oferta formativa nesta área.

Em termos de elementos a frequentar o curso, segundo a Escola, duas turmas por cada ano é o correto, de forma a não sobrecarregar o mercado de trabalho com mão de obra que depois não irá ter colocação. Neste contexto o seu funcionamento é concretizado através de uma rede. São realizados pareceres a empresas de modo a perceber qual a necessidade e a qual a área formativa a iniciar em cada ano letivo.

A sua oferta formativa incide principalmente na História e na Arqueologia[110]. Referente ao ano letivo 2019/2020 estão abertas as inscrições para os cursos profissionais de Assistente de Arqueólogo, de Técnico de Fotografia, de Técnico de Animação em Turismo e Operador de Fotografia[111].

A adaptação a novas formativas é uma intenção da EPA. Um novo curso "Técnico de recuperação do património edificado" será uma nova oferta formativa. É um curso pertinente quando atualmente se fala por inúmeras vezes em reabilitação, e os centros históricos. É expectável uma grande afluência a esse curso que terá como base a reabilitação a nível de madeiras, estuques, argamassas, no fundo, elementos únicos que testemunham o passado. Com a nova construção está preparada para o novo, para o uso de novos materiais e desta maneira as artes e ofícios ligados a reabilitação vão-se perdendo.

Existe um gabinete de apoio aos antigos alunos que realiza inquéritos permanentes. Em relação à turma do ano 2016/2017 passado estão 80% a trabalhar mas nem todos na área da Arqueologia.

109 Compreendendo o ciclo de formação 2019-2022.
110 Área de Educação e Formação nº 225 (História e Arqueologia).
111 Consiste num Curso de Educação e Formação (CEF) Tipo III que após conclusão confere uma certificação equivalente ao 9ºano de escolaridade (3º ciclo).

De forma a projetar a imagem da escola são realizadas diversas atividades.

Além da própria publicidade, a Escola faz e dispõe de uma serie de atividades denominadas por "*oficinas de educação patrimonial*". Com o objetivo de divulgação da própria oferta formativa, também está evidente a componente de educação patrimonial.

Atividades como "*Arqueólogo por um dia*", onde é pretendido simular os trabalhos de um arqueólogo, "*Produção de mosaicos Romanos*" onde é proposto aos mais jovens produzirem mosaicos com materiais diferentes como a argamassa, e oficinas de conservação e restauro são exemplos das atividades realizadas ao longo do ano de forma a consciencializar a importância da "educação patrimonial" e cativar novos estudantes.

Em 2018, foi desenvolvido um projeto denominado "*Projeto de museus pelo mundo*" que consiste num projeto *postcrossing* como forma de divulgação do património cultural. Após a receção de postais, provenientes de qualquer parte do mundo, é realizada uma prova fotográfica tendo como fundo a própria aldeia ou o complexo das ruínas de Tongóbriga com objetivo de divulgação do seu património e dar continuidade ao conceito. No mesmo ano, foi-lhe atribuído uma menção honrosa na categoria "Comunicação Online" nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

A Escola Profissional de Arqueologia frui, de forma singular no contexto Nacional, da sua proximidade com os vestígios arqueológicos de *Tongobriga*. O diverso material produzido pela Escola, ao longo da formação dos seus alunos, é um importante contributo para a investigação Arqueológica. Mas não é só na área da investigação que a Escola assume um papel importante, mas igualmente na divulgação e na reconstituição do Património singular de Tongobriga, como nos seus efeitos positivos no território onde está inserida.





Imagem 19: Fotografia aérea do *oppidum* de Conimbriga (2019)



Figura 20: Fotografia aérea do *oppidum* de Conimbriga (2019)

Conimbriga
Ocupações do oppidum

Com localização na aldeia de Condeixa-a-Velha, concelho de Condeixa-a--Nova, as ruínas da antiga cidade Romana estão inseridas na área do Maciço do Sicó, onde predominam as paisagens cársicas (CUNHA *et al.*, 1996). Um território marcado e desenhado por serras e planaltos calcários, onde podem ser identificados vários aquíferos subterrâneos e vários efeitos derivados "*dos processos de evolução cársica do relevo*" (CUNHA *et al.*, 1996:3). Em conformidade com as características do solo, a vegetação está compreendida em diferentes zonas de carrascais[112], de brenha[113] e de mata onde predominam o carvalho-cerquinho, a azinheira e o sobreiro (CUNHA *et al.*, 1996:10-14).

Em oposição às singularidades topográficas da Serra do Sicó, *Conimbriga* beneficiou também das planícies, ricas em recursos agrícolas, presentes na área do atual concelho de Condeixa-a-Nova e da sua proximidade ao Vale do Mondego

A sua implantação, sobre um esporão calcário compreendido entre dois vales fluviocársicos[114], a sul e a Norte, beneficiou também da suas características geostratégicas permitindo a sua defesa e um maior controlo territorial.

Todas estas singularidades, presentes neste território, contribuíram de forma positiva para a fixação de diferentes comunidades ao longo do tempo.

Antiga *civitas* da antiga província da Lusitânia, *Conimbriga* teve uma ocupação anterior ao período Romano (figura 21, p.124), como comprovam os vestígios encontrados referentes a Idade do Bonze (século IX a.C.) e a Idade do Ferro (CORREIA,1993a).

A fixação Romana em *Conimbriga* está inteiramente relacionada com a fim da expedição de *Decimus Iunius Brutus*, em 136 a.C., e a sua integração no "orbe romano" (CORREIA & DE MAN, 2010:299). Inserido no *conventus scallabitanus*, o território do antigo *oppidum* de Conimbriga tinha como limite natural a Nascente, a Serra da Lousã, a Sul, o Maciço do Sicó, a Norte, o território estendia-se até ao rio Mondego e

112 Moita de arbustos silvestres.
113 Extensão coberta de mato denso.
114 Formação comporta por grandiosas vertentes escarpadas.

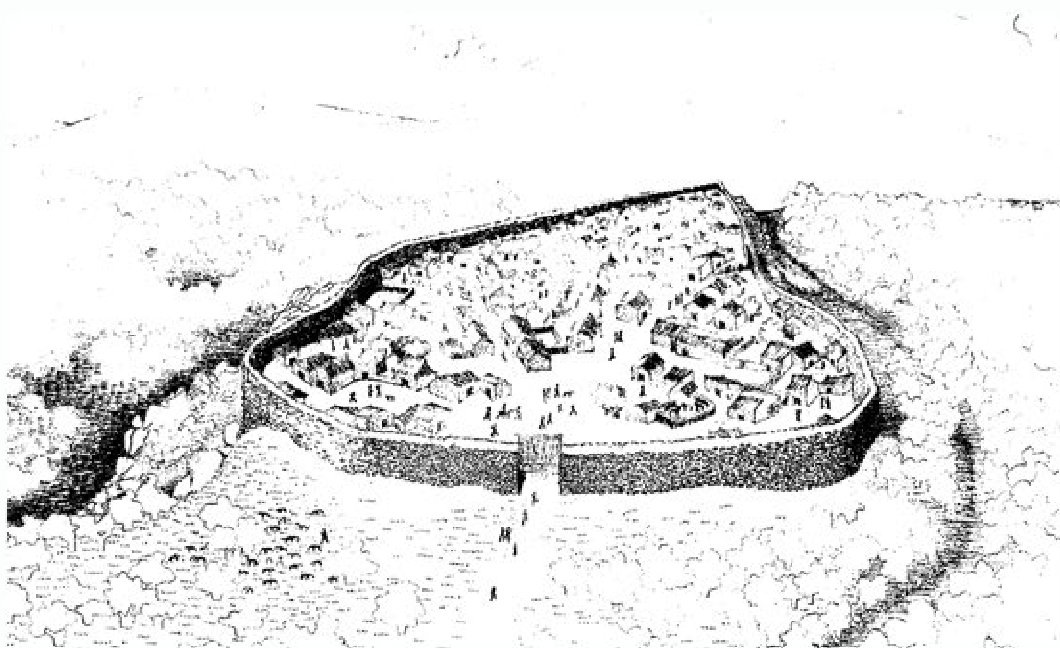


Figura 21: Castro pré-romano de Conimbriga segundo Miguel Pessoa

a Poente até ao Oceano Atlântico (ALARCÃO, 2009:205).

A ascensão do estatuto de *oppidum* a cidade romana ocorreu no reinado de Augusto. Como reflexo desta transformação foram construídos importantes edifícios públicos, como a muralha, o aqueduto, o fórum, as termas a sul do fórum, novas vias de acesso e inúmeras construções habitacionais privadas. Este programa urbanístico nos finais do século I a.C., surge de acordo com "*as novas necessidades e gostos da civilização conquistadora*" (ALARCÃO, 2009:212).

A muralha com mais de 2 km de comprimento delimitava uma área de cerca de 23 hectares (ALARCÃO, 2009:212). Como anterior referido, o limite natural sul do oppidum, o canhão fluviocársico do rio dos mouros, como o nome indica, no seu ponto mais baixo corre o rio dos Mouros. O abastecimento de água à cidade *Conimbriga,* através do rio, estava assim condicionado pelo desnível altimétrico. Desta forma foi construído um aqueduto com cerca de 3,5 km de extensão com o objetivo de garantir o abastecimento de água à cidade. Com início na localidade de Alcabideque onde existem diversos nascentes e onde a posição altimétrica ronda os cem metros de altitude, tal como *Conimbriga*, os romanos encontraram desta forma a solução refente ao abastecimento de água da cidade.

Como centro de poder, económico e, político, segundo Pedro Alarcão (2009:214) "*Os materiais datáveis, associados à sua construção, situam o fórum de Conimbriga em cerca de 15-10 a.C.*". As termas foram construídas em torno do ano 10 a.C., como sinal da "*cultura do lazer e da higiene*" presente na cultura Romana (ALARCÃO,2009:67).

Seguidamente, na época de Cláudio (41 d.C.-54 d.C.) e de Nero (54 d.C.-68 d.C.), *Conimbriga* não sofreu grandes transformações urbanas, apenas é de relevar a remodelação do fórum com a anexação de uma basílica e construção do anfiteatro com uma dimensão considerável a rondar os 98 metros, no eixo maior e por 86 metros no eixo menor, implantado sob o limite Norte da cidade, no vale da aldeia de Condeixa-a-Velha, (CORREIA, 1994).

Sob o período flaviano, novas transformações tiveram lugar em *Conimbriga* no período de imperador Vespasiano (69 d.C.-79 d.C.) (CORREIA *et al.*, 2000: 272). É neste contexto que o estatuto de *Conimbriga* é elevado a *municipium*, impulsionando dessa forma uma nova renovação (ALARCÃO, 1990:26). Em termos urbanos, foram construídas as grandes termas do Sul e o antigo fórum deu lugar a um novo fórum, "*reservado exclusivamente à função religiosa, ao culto do Imperador*" (ALARCÃO,



Figura 22: Tentativa de reconstituição de Conimbriga, do Alto Império. Desenho a aguarela da autoria de José Luís Madeira (1991)

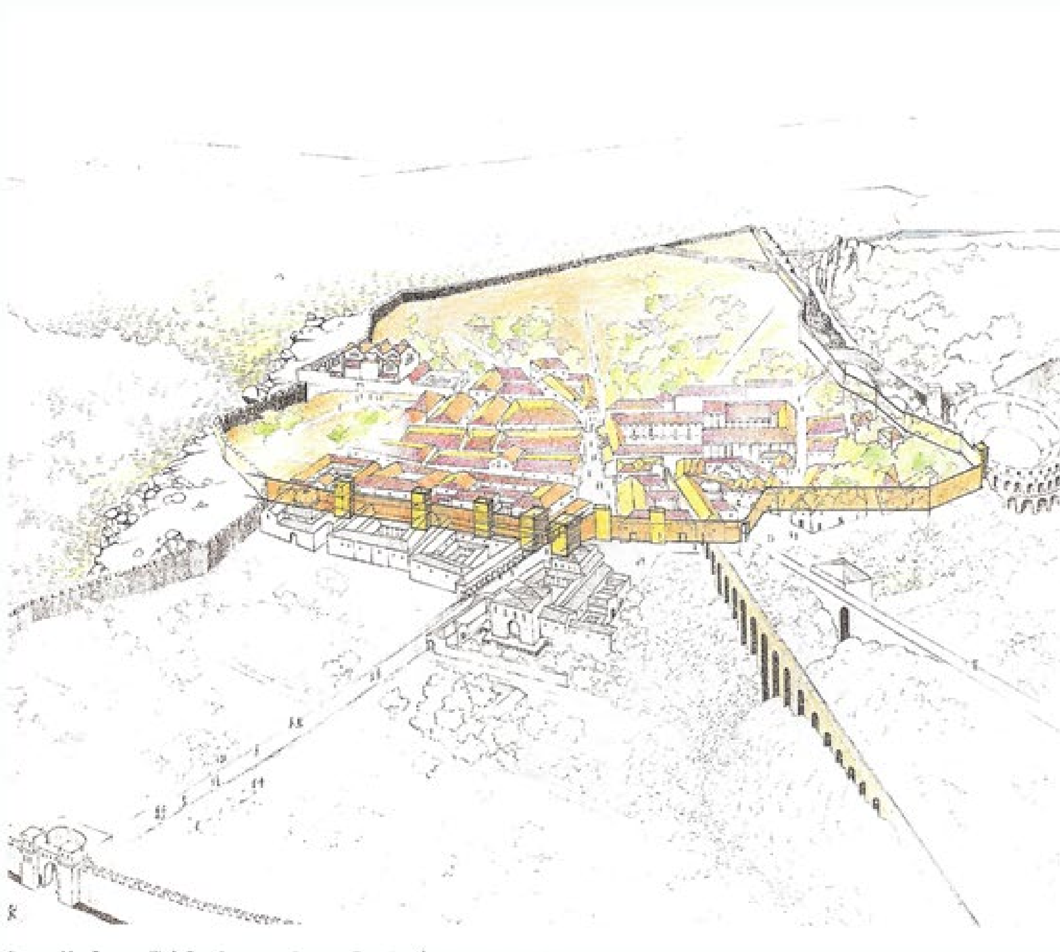


Figura 23: Reconstituição da segunda muralha do séc. III ao IV - Desenho a aguarela da autoria de José Luís Madeira (1991)

2009:230).

Desta forma, "*Conimbriga viveu o seu período de apogeu, a partir do período flaviano, até ao final do século 111 d.C.*" (ALARCÃO, 2009:243). A evolução da cidade, no contexto romano, está também relacionada com sua posição como centro viário em relação à estrada que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Olissipo* (Lisboa), beneficiando dessa forma, de condições favoráveis às trocas comerciais (CORREIA, 2010).

Em relação ao período tardo-imperial, uma nova transformação urbana teve lugar na cidade. Sob ameaça de invasões bárbaras e como consequência, a instabilidade política, social e económica, é construída uma nova muralha entre os anos finais do século III e o início do século IV d.C. (ALARCÃO, 2009:244). Com uma função meramente defensiva, a área anteriormente delimitada da cidade é dividida em duas partes, excluindo vários edifícios da área muralhada. A área Oriental fica deste modo desprotegida, onde anteriormente "*se encontravam grande parte das domus e as Termas da Muralha, bem como o vale norte, sacrificando o anfiteatro da cidade e as construções adjacentes*" (ALARCÃO,2009:244). Desta forma a área da cidade fica reservada ao planalto, como no seu passado, tirando partido das encostas, Sul e Norte, como meio natural como "*garantia*" de defesa através de "*um dispositivo defensivo com maior eficiência*" (ALARCÃO,2009:245).

Posteriormente, com ataques dos suevos em 465 e 468 d.C., parte da cidade for destruída. A ocupação da cidade continuou durante a época medieval mesmo com a transferência do Bispado de *Conimbriga* para *Aeminium*, no ano 585 d.C. (ALARCÃO, 2004). Neste contexto, vai tendo lugar um certo despovoamento da antiga cidade de Conimbriga, e como consequência da deslocalização, novos povoamentos, como é o exemplo o lugar da atual aldeia de Condeixa-a-Velha, vão sendo criados que através da fixação de certas por parte de algumas famílias, para o vale, a Norte. A data certa do seu despovoamento não está identificada, mas é conhecido que a cidade terá permanecido ocupada até cerca do século XII (DE MAN & SOARES, 2007:288-293) e posteriormente ao seu abandono, o planalto foi utilizado para uso agrícola e para extração de pedra calcária.

Todas estas transformações que tiveram lugar no território de *Conimbriga* são explicadas, descritas e comprovadas ao longo dos séculos através da investigação que desde muito cedo foi realizada no local. Muitos conhecimentos provêm dos trabalhos que revelaram várias estruturas que podem ser atualmente visualizadas no sítio



Figura 24: Planta de Conimbriga, de 1899. Autor E. Belo Ferraz



Figura 25: Escavações em Conimbriga sob os terrenos agrícolas (1935)

arqueológico. Desta forma, "*em Conimbriga muito há ainda por revelar, uma vez que apenas uma parte diminuta de que terá sido a cidade se encontra escavada*" (ALARCÃO, 2009:205).

Intervenções/Trabalhos

Na sua área total, apenas cerca de 15% se encontra a descoberto, como resultado dos longos trabalhos de investigação que tiveram e continuam a ser realizados em *Conimbriga*.

Numa primeira fase (1873-1929), como anteriormente referido, está entendido o início do estudo de Conimbriga, através do Instituto de Coimbra.

Posteriormente em 1899, através do patrocínio da rainha D. Amélia, o mesmo Instituto de Coimbra "realizou as primeiras sondagens oficiais" (ALARCÃO, 2009:252). Trabalhos que tiveram como resultado, o descobrimento de vários fragmentos de pavimentos em mosaico.

Em 1910, integra a Lista de Monumentos Nacionais[115] e a sua divulgação cresce em termos nacionais e internacionais.

No ano de 1912 é realizada uma nova sondagem a cargo do Prof. Virgílio Correia e patrocinada pelo *Museu Ethnológico* na qual foram encontrados vestígios, anteriormente identificados, referentes ao período Pré-Romano (CORREIA,1916).

Numa segunda fase de intervenções (1929-1962), no período entendido entre 1930 e 1948 tiveram lugar outros trabalhos de "escavação, consolidação e reconstituição" sob a direção da DGEMN (ALARCÃO,2009:254). Em 1930 foi encontrada a Porta da Muralha do Baixo-Império, em 1937 a Casa de Cantaber foi alvo de trabalhos de reconstituição e de escavação. Posteriormente em 1939 sob direção do Prof. Vergílio Correia foi escava a área referente à Casa dos Repuxos.

Os trabalhos de intervenção da DGEMN foram essencialmente de "*consolidação do que havia sido descoberto*" (ALARCÃO,2009:279). Desta forma, em 1951 tem lugar em *Conimbriga* a primeira "*campanha de restauro dos mosaicos*", na casa dos Repuxos

115 Através do Decreto de 16-06-1910, Diário do Governo n.º 136, de 23-06-1910.



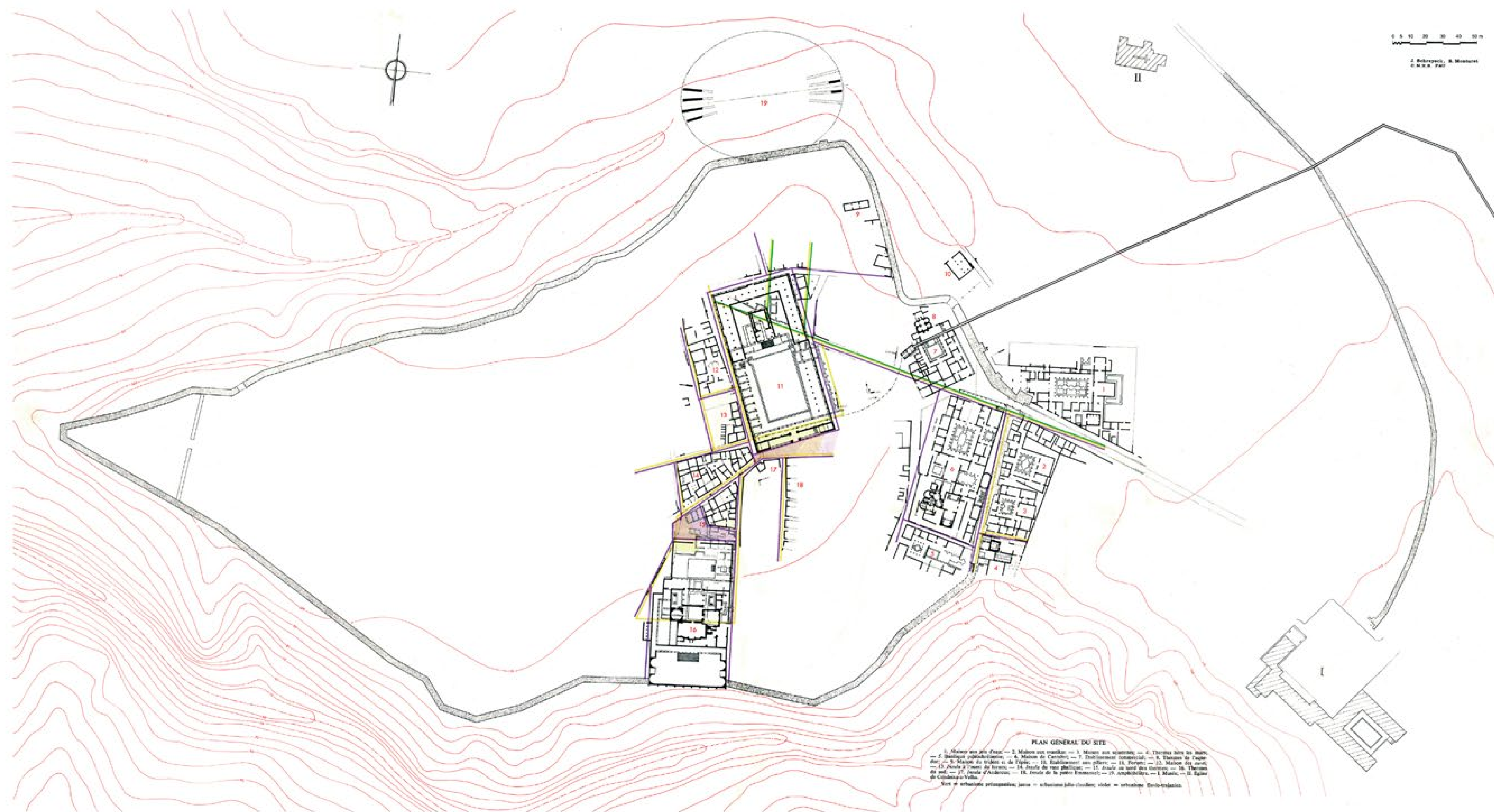


Figura 26: Planta geral de Conimbriga (1977)

sobre o mosaico do Sileno (ALARCÃO, 2009:279).

Seguidamente numa terceira fase, "*áurea*" de Conimbriga (1964-1998) (CORREIA, 2008:72), no período entre 1964 e 1971 ocorreram mais uma vez novas campanhas de escavação, sob coordenação da Universidade de Bordéus e pelo Museu de Conímbriga (ALARCÃO, 2009:300). Divididas em doze campanhas, as escavações Luso-francesas tiveram como centro de estudo "*o centro monumental da cidade romana e um conjunto de ínsulas, na sua proximidade*" conforme descritas na Coleção *Fouilles de Conimbriga* (ALARCÃO *et al.*, 1979).

Sob a Intervenção do Instituto Português de Património Cultural[116] (IPPC) entre 1986-1994, os trabalhos foram meramente de conservação. Neste contexto foi construída a cobertura, tal como é conhecida atualmente, da Casa dos Repuxos em 1986 através da reformulação, por parte do arquiteto Luís Soromenho Marreiros, do projeto anterior de Trindade Chagas que previa uma cobertura em estrutura de madeira (ALARCÃO, 2009:306).

Mais recentemente, por intervenção do Instituto Português de Museus[117] (IPM) (1996-2006) em articulação com o Museu Monográfico de Conimbriga, foi implementado um novo Programa de Conservação e Valorização das Ruínas de *Conimbriga* propondo a intervenção no Fórum e nas Termas do Aqueduto e as a Sul do Fórum (ALARCÃO, 2009:313). Desta forma surge o projeto, realizado por Cruz & Alarcão - Arquitetos, contemplando também a criação de um percurso de visita, tal como é conhecido atualmente. Intervenção que para além do objetivo de proteção, assume "o papel pedagógico que deve ter o património, criando assim maiores instrumentos de perceção e compreensão do monumento" (ALARCÃO, 2009:314-315).

Desta forma, a área aberta ao público aumentou de encontro com "*a missão essencial da instituição: a fruição dos vestígios do passado expostos pelo labor dos arqueólogos*" (CORREIA & RUIVO, 2015:147).

Esta primeira fase de valorização (1999-2004), "*cujos primeiros passos se tinham dado em 1994*", além da abertura ao público da área das anteriores escavações, abrangeu fundamentalmente trabalhos de conservação e valorização. Citando Virgílio Hipólito Correia & José Ruivo (2015:147) "*...respondeu a três pontos programáticos essenciais:*

116 Integrado na Secretaria de Estado da Cultura, foi criado através do Decreto-Lei n.º 59/80 na sequência de uma reestruturação administrativa.

117 Na sequência da extinção do IPPC, em 1990 foi criado o Instituto Português de Museus (IPM). Em 2007 através do Decreto-Lei 97/2007 foi criado o Instituto de Museus e da Conservação (IMC) através da fusão do Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) (1997-2007) com do IPM.

proteger adequadamente os vestígios do povoado pré-romano (...)*; tratar, do ponto de vista arquitetónico, as coberturas de proteção dos vestígios pré-romanos e a sua relação com os monumentos flavianos* (...); *adicionar valências adequadas à situação atual do sítio, do ponto de vista cultural e sociológico*". Em suma, esta intervenção "*...deve considerar-se uma primeira fase de um programa mais geral*". (CORREIA & RUIVO, 2015:147).

Numa segunda fase, está compreendido o Projeto de Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga, já elaborado em 2002 por Virgílio Hipólito Correia[118]. No projeto de desenvolvimento de Conimbriga, está prevista a "expansão do projeto museológico, com a construção de uma série de infraestruturas de apoio em Condeixa-a-Velha" (ALARCÃO, 2009:374). Compreendendo uma nova entrada/bilheteira com respetiva receção e instalações sanitárias, uma sala de exposições temporárias e um alojamento para investigadores, tem como objetivo constituir um motor de desenvolvimento da localidade adjacente de Condeixa-a-Velha e desta forma fortalecer as relações entre Conimbriga e a aldeia, "quebradas praticamente desde ali se iniciaram as escavações" (ALARCÃO, 2009:375).

A "*expansão do perímetro das Ruínas para os seus limites naturais*", "*o tratamento de todo o espaço aberto ao público*", a criação de "*espaços para a realização de uma gama vasta de atividade culturais dentro do perímetro arqueológico*"e a criação de "*condições de fruição das áreas monumentais da cidade*" permitindo a "*fluidez de circulação entre o Parque e o espaço urbano envolvente, como forma de potenciar o impacto turístico no tecido socioeconómico local*" são "*elementos essenciais desse quadro geral de desenvolvimento*" (CORREIA & RUIVO, 2015:147-148). Elementos que devem "*proporcionar os requisitos*" necessários ao aumento do números de visitantes e do seu tempo de permanência durante a visita, como a melhoria das condições de fruição por parte do público, quer por parte da equipa do Museu (CORREIA & RUIVO, 2015:148).

Em 2009, através do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), é aprovada a segunda fase do Projeto de Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga (2009-2020) com seguintes objetivos: "*1) promoção do perímetro arqueológico enquanto parque urbano; 2) o reforço da imagem patrimonial e atração de públicos; 3) a valorização de ativos e atração e fixação de recursos qualificados*" (CORREIA & RUIVO, 2015:148).

118 Virgílio Nuno Hipólito Correia é licenciado em História, na variante de Arqueologia pela Universidade do Porto em 1984. Em 1993 concluiu o mestrado em Arqueologia na Universidade do Porto e doutorado em História, com especialidade de Arqueologia pela Universidade de Coimbra em 2011. Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga de 1999 a 2017.

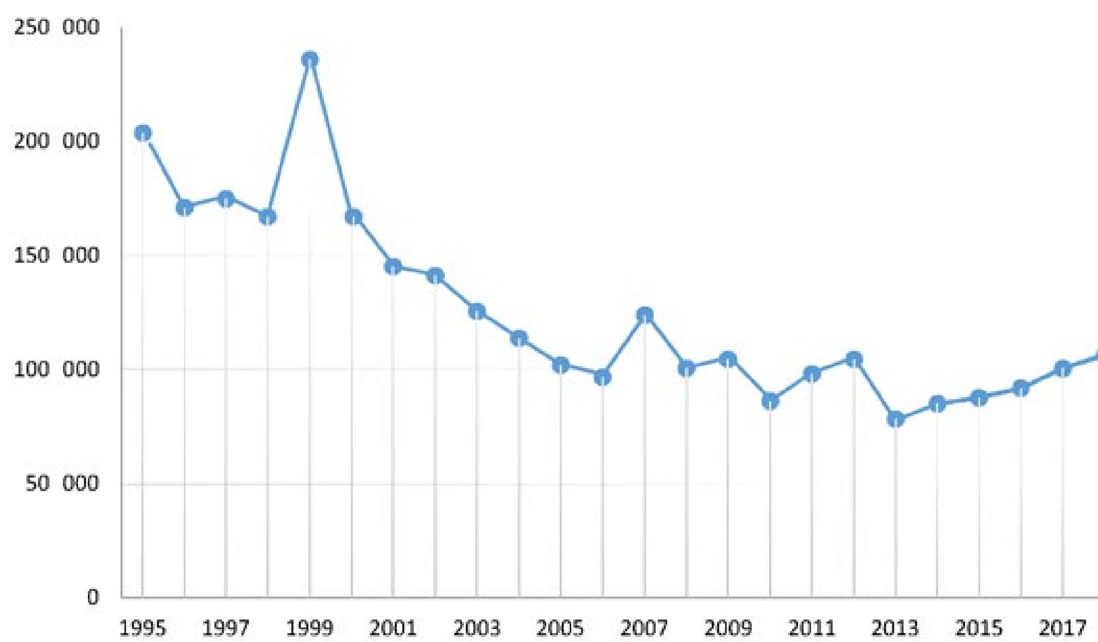


Gráfico 4: Número de Visitantes das Ruínas por Ano

Neste sentido, no dia 9 de Junho de 2015, foi assinado um protocolo de colaboração entre a DGPC e a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (CMC) com o objetivo de ampliar e promover o perímetro arqueológico, em linha com a segunda fase do projeto Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga. Projeto que, no mesmo ano, foi candidato a fundos comunitários ao abrigo do programa Portugal 2020. Outro marco importante, que teve lugar no Museu Portugal Romano em Sicó (PO.RO.S.), no dia 1 de Setembro de 2016 com a assinatura da missiva, entre os dezanove municípios[119] que compõem a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), de apoio à realização de investimentos no complexo de Conimbriga referentes à segunda fase do mesmo Projeto, demonstrando a o interesse na valorização do património singular de Conimbriga.

Como resultado destas formalidades e das inúmeras intervenções realizadas em Conimbriga, além do seu próprio objetivo de proteger, conservar e valorizar, está presente a criação de conhecimento científico. Este deve ser entendido também, como importante recurso cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável "das comunidades que atualmente ocupam o território em questão, valorizando o património local e potenciando o desenvolvimento económico da região" (CORREIA & RUIVO, 2015:150).

Museu Monográfico

Com o início dos trabalhos realizados em Conimbriga surge a necessidade de armazenar e estudar todo o tipo de vestígios encontrados.

Em simultâneo com os trabalhos iniciados em 1873, o Instituto de Coimbra, funda o seu Museu de Arqueologia com os objetivos de preservação e exposição de todos os materiais derivados dos trabalhos realizados em Conimbriga (ALARCÃO, 2009).

No decorrer dos trabalhos, os vestígios encontrados vão aumentando tal como a divulgação de Conimbriga vai atravessando fronteiras "*interessando cada vez mais*

119 Composto pelos os municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.



Museu Monográfico de Conimbriga, anos 60 do séc. XX

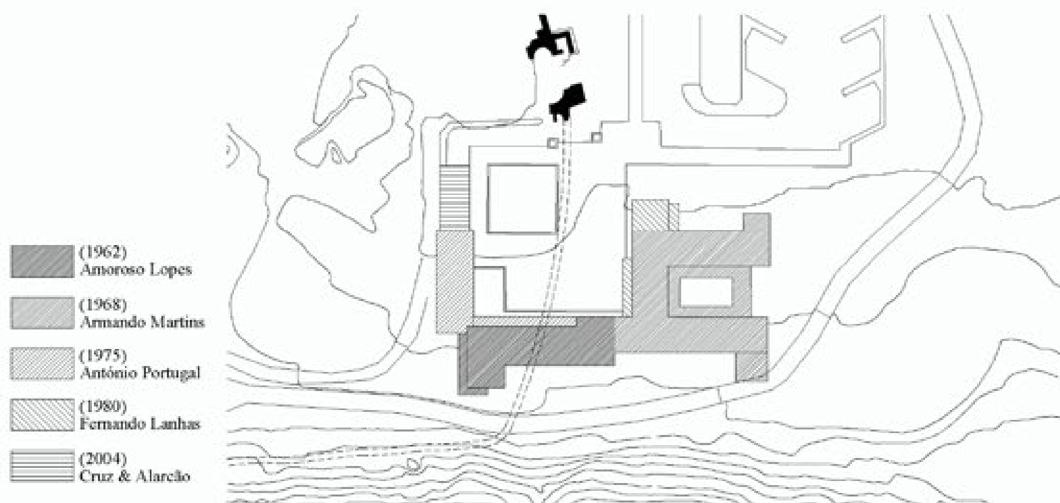


Figura 28: Museu, evolução. Autor: Filipe Coelho (2016)

estudiosos e o público em geral" (ALARCÃO,2009:353). Desta forma, segundo Pedro Alarcão (2009:353) "*São estas as razões que justificaram a criação de um museu no local, que viria a ser o primeiro museu monográfico português.*"

Desde a descoberta da casa dos Repuxos, em 1940, o Prof. Vergílio Correia "*solicitava a construção de um edifício que albergasse*", entre outros edifícios, "*um pequeno museu para expor o material recolhido*". (ALARCÃO,2009:353).

No mês de Abril do ano 1959, Amoroso Lopes[120] apresenta a primeira proposta para o *Museu Monográfico de Conimbriga* e no ano seguinte são iniciados os trabalhos de construção. Seguidamente, em 1962, é inaugurado o primeiro Museu de um sítio arqueológico edificado em Portugal (LOPES, 1959). Projeto, de forma simples, composto por dois pisos que contempla no piso térreo, um átrio de receção, três salas de exposição permanentes e uma sala de convívio orientada sobre o o*ppidum* e o rio dos Mouros. Em relação à cave, é composta pelas áreas de serviço e as áreas de apoio ao Museu, como um laboratório e armazém de depósitos dos vestígios arqueológicos.

Contextualizando, em 1964, são iniciadas as campanhas luso-francesas. O material resultante dos trabalhos vai aumentando como a necessidade de os investigar e conservar, e as áreas do recente museu vão se mostrando insuficientes. Facto que contribuiu também, foi a particularidade do Laboratório ser único a nível Nacional, recebendo assim, material derivado de outros sítios arqueológicos (Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964, p.29).

Derivado a estes fatores, em 1965, Bairrão Oleiro[121] solicita a ampliação das instalações (ALARCÃO, 2009:365) na qual, no ano seguinte, através de uma visita, "O ministro Arantes e Oliveira aprova a pretensão de ampliar o Museu Monográfico de Conimbriga" (ALARCÃO, 2009:366).

Em 1968, é adjudicado o projeto de ampliação a Armando Alves Martins por parte da DGEMN (ALARCÃO,2009:368). Apresentado o projeto final, em 1970, a ampliação (1170m^2) era composta, no rés do chão, por três novas salas de exposição, um auditório e instalações de modo a albergar investigadores. Referente ao piso inferior, a ampliação (413m^2) previa a construção de um laboratório e sala de desenho, arquivo e secretaria como áreas técnicas ao Museu.

Sob direção de Adília Alarcão, em 1971 são iniciados os trabalhos de ampliação

120 Arquiteto-chefe de 4º Secção da Direção dos Monumentos Nacionais de Coimbra.
121 Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga à época.



Figura 29: Entrada Museu Monográfico de Coimbra (2019)

do museu (ALARCÃO, 2009:370). Terminados em 1974, é precedido, no ano seguinte, do projeto de ampliação e alterações de António Portugal, albergando as instalações sanitárias de apoio às ruínas (aprovados em 1969) e de apoio ao Museu (ALARCÃO, 2009:370) e em 1980, a área envolvente é alvo de uma reformulação paisagística desenvolvida pelos arquitetos Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral.

No decorrer dos trabalhos, o Museu volta a reabrir, dez anos depois, as portas ao público em Abril de 1985, totalmente reformulado (ALARCÃO, 2009:372).

Em 1997, através de "um protocolo entre o Instituto Português de Museus e o Fundo do Turismo" é lançado o projeto de instalação de um Posto de Turismo[122], projetado pelo gabinete Cruz & Alarcão - Arquitetos, que contemplará uma nova bilheteira (ALARCÃO, 2009:373).

Um museu construído na década de 60 do século XX, e reformulado na década seguinte é, segundo Virgílio Hipólito Correia & José Ruivo (2015:150), atualmente um equipamento "*funcionalmente insuficiente e em acelerada degradação*."

Compreendida na segunda fase do Projeto de Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga, está a ampliação do Museu, através do encerramento do atual pátio exterior por um volume de dois pisos, compreendo no piso inferior, um novo Centro de Restauro de Mosaicos e no piso do rés do chão a criação de novas salas de exposições temporárias e de arquivo de apoio à Biblioteca.

No futuro, e compreendido numa terceira fase do Projeto de intervenção em Conimbriga, "*passará um dia, necessariamente, por uma profunda remodelação do Museu Monográfico ou, numa visão mais pragmática – tanto em termos de eficácia, como de custos associados –, pela construção de raiz de um novo Museu, com um contributo arquitetónico que lhe adicione uma valência e um motivo de interesse suplementar, que a atual arquitetura está longe de oferecer*." (CORREIA & RUIVO, 2015:150).

Os Museus através do seu papel social, "*de lugares de memória e de instituições de conservação dos vestígios do passado*" possuem "*a capacidade de se tornar parceiros dinâmicos e agentes da evolução da comunidade em que se inserem, afirmando a necessidade e a urgência do seu papel cultural e educacional*" (CORREIA & RUIVO, 2015:150).

122 Com inauguração em 2004.

Gestão do Museu Monográfico

A gestão do sítio arqueológico de Conimbriga está a cargo do Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional[123], sob direção do Dr. José Ruivo[124], serviço dependente da DGPC.

Na sua gestão estão entendidas as ameaças às suas estruturas, de alvenaria e estuque, derivadas às condições e "agentes atmosféricos e a amplitudes térmicas que ultrapassam por vezes os 30º, comuns de um sítio arqueológico ao ar livre (CORREIA & RUIVO, 2015:143). A sua exposição pública é de igual forma importante a ter em consideração na sua gestão. Como exemplo, "*por meados do século passado Conimbriga integrava os roteiros turísticos promovidos e divulgados pelo então Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular* (S.N.I.)" (CORREIA & RUIVO, 2015:143). Segundo Virgílio Hipólito Correia & José Ruivo (citado por OLIVEIRA 2004) também a sua "*ligação umbilical à Universidade de Coimbra promoveu o local como ponto de passagem e motivo central de atração para visitas escolares provindas de todo o país, constituindo desde logo a coluna dorsal dos movimentos de público*" (CORREIA & RUIVO, 2015:143).

A atração de diversos públicos está incluída nos "*objetivos perseguidos em Conimbriga*", através da cativação assente no "*desenvolvimento e publicitação de um projeto cultural de longo alcance, onde a Conservação do Património e a divulgação do Conhecimento através da Investigação Arqueológica se cruzam com o Desenvolvimento Local Sustentável*" (CORREIA & RUIVO, 2015:143).

Como sítio mais visitado em Portugal, são percetíveis os momentos de crescimento e de decréscimo dos visitantes. Em determinados contextos, como é exemplo a Expo 98, o museu, no ano seguinte, atinge o número máximo de visitantes. Outro momento de crescimento registado, em 2007, por contributo do concurso televisivo *As sete maravilhas de Portugal*, promovido pelo canal privado TVI, onde Conimbriga foi um dos candidatos. Em relação aos momentos onde foi registado um

123 Através do despacho n.º 2458/2017, o Museu Monográfico de Conimbriga passou a denominar-se Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional.

124 José da Silva Ruivo é licenciado em História na variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 1996 obtém o grau de Mestre em Arqueologia e em 2009, pela mesma instituição é doutorado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É diretor do Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional desе 2017 até ao presente.

decréscimo do número de visitantes é importante salientar que podem ser motivados por questões afetas ao próprio Museu, como é exemplo a queda registada em 2003-2004 devido à inexistência de um horário de Verão, reduzindo dessa forma "*em 2 horas diárias o período de visita entre Maio e Setembro*" (CORREIA & RUIVO, 2015:143). Fatores como, a crise económica e o decréscimo demográfico, através da redução do número de alunos e das visitas escolares, são fatores transversais ao Museu (CORREIA & RUIVO, 2015:143).

Desta forma, é essencial a criação de "*...novas estratégias de captação de públicos...*" derivadas de projetos de "*valorização do sítio*", com a construção de novos equipamentos, de "*divulgação e promoção, na informação e nos serviços prestados ao visitante*" e "*da oferta cultural*" (CORREIA & RUIVO, 2015:144-145).

Das parcerias estão compreendidas as instituições: a Associação Cultural Ritornello, na realização de um espetáculo de ópera no dia 10 de junho (Aniversário do Museu), e que conta já com sete edições; a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, na realização do evento de recriação histórica "*O Vislumbre de um Império*", que se realiza em meados de junho, e que conta com seis edições; o Mundo da Corrida, na realização do Trail de Conimbriga – Terras de Sicó, que se realiza no último fim de semana de Fevereiro e que vai na décima edição; a MosaicoLab, com a realização de workshops sobre mosaico romano; o Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra e com a Liga dos Amigos de Conimbriga na realização do Festival de Teatro de Tema Clássico (FESTEA) que conta já com vinte e uma edições e o Centro de Estudos Cinematográficos da Universidade de Coimbra na realização de um ciclo de cinema.

A Candidatura da cidade romana de Conímbriga a Património Mundial da UNESCO representa também um vetor importante de desenvolvimento para o território de Condeixa, de Coimbra e de Portugal, mas também na valorização do Património e na atração de novos públicos Nacionais e Internacionais. Processo coordenado pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova e sua Assembleia Municipal, e pela Associação Defesa do Património Cultural Ecomuseu de Condeixa que têm trabalhado conjuntamente, na promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco.

São várias as estratégias e os eventos pensados de forma a valorizar Conimbriga. A nível Nacional, é caracterizada pela sua singularidade, de poder ser escavada na sua

totalidade. Desta forma, além do conhecimento científico produzido das intervenções iniciadas há 120 anos, é necessário considerar os cerca de 80% da área que resta escavar da antiga cidade Romana e todo o conhecimento daí proveniente.

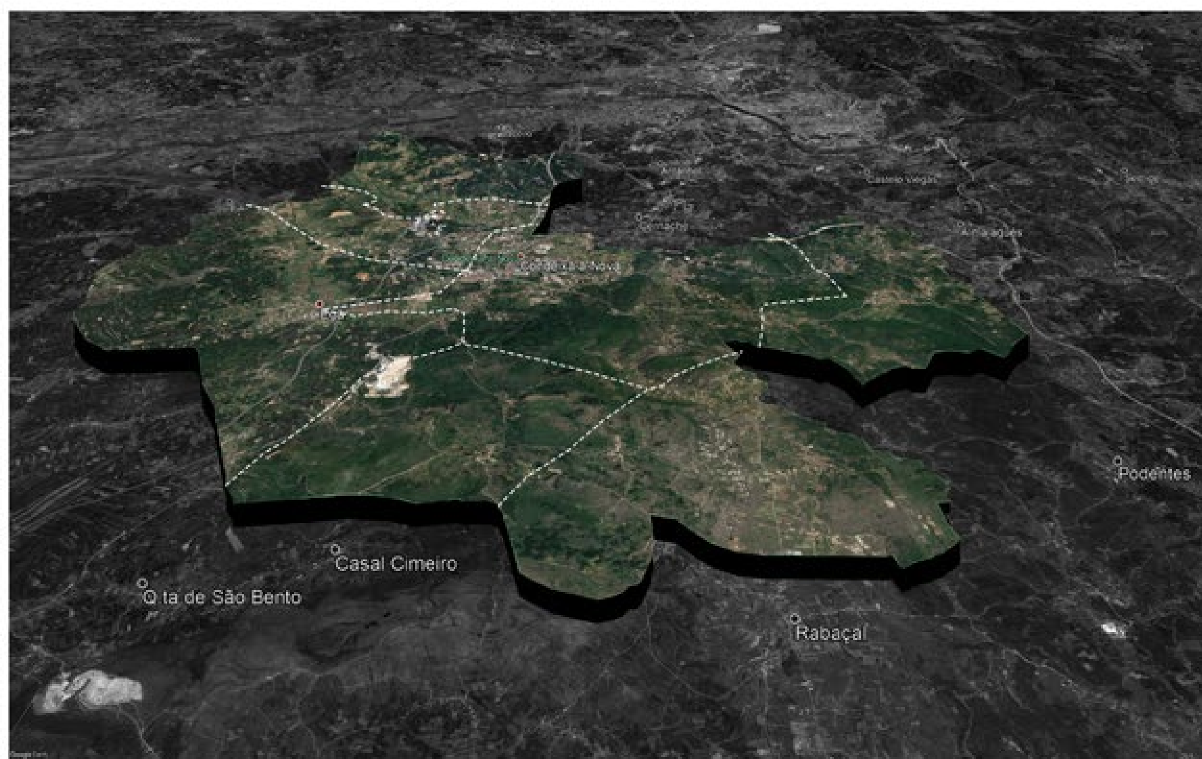


Figura 30: Localização Condeixa-a-Nova

IV PROPOSTA

4.1 Objeto da estratégia

Localização de Condeixa-a-Nova

O concelho de Condeixa-a-Nova, inserido no distrito de Coimbra, possui uma área de cerca de 140 km2. Tem como limite Norte, o concelho de Coimbra, a leste, o de Miranda do Corvo, a sueste o de Penela, a sudoeste e oeste o de Soure e a noroeste o de Montemor-o-Velho e é composto por sete freguesias: Anobra, Ega, Furadouro, União de Freguesias de Sebal e Belide, União de Freguesias de Vila Seca e Bendafé, Zambujal e União de Freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha.

Evolução Histórica/Urbana

Após o abandono de Conimbriga, como anteriormente referido, parte da população fixou-se no vale a Norte do oppidum onde outrora se erguera a cidade romana. O desenvolvimento deste povoado, denominado por Condeixa-a-Velha, teve como base parte dos antigos edifícios romanos, através da utilização das estruturas romanas parcialmente destruídas durante as invasões, mas também através do aproveitamento das suas ruínas para uma fácil obtenção de materiais de construção.
A própria denominação de Condeixa-a-Nova pressupõe a existência de uma Condeixa anterior. Em 1219 aparece nomeado pela primeira vez o lugar de Condeixa-a-Nova, implantado mais a Norte, distingue-se do anterior, passando desta forma a designar-se por Condeixa-a-Velha. No séc. XIII, o lugar não possuía uma área superior a 800m2, e o seu desenvolvimento era entre a atual Igreja Matriz e a Rua Wenseslau Martins de Carvalho (Rua Nova).

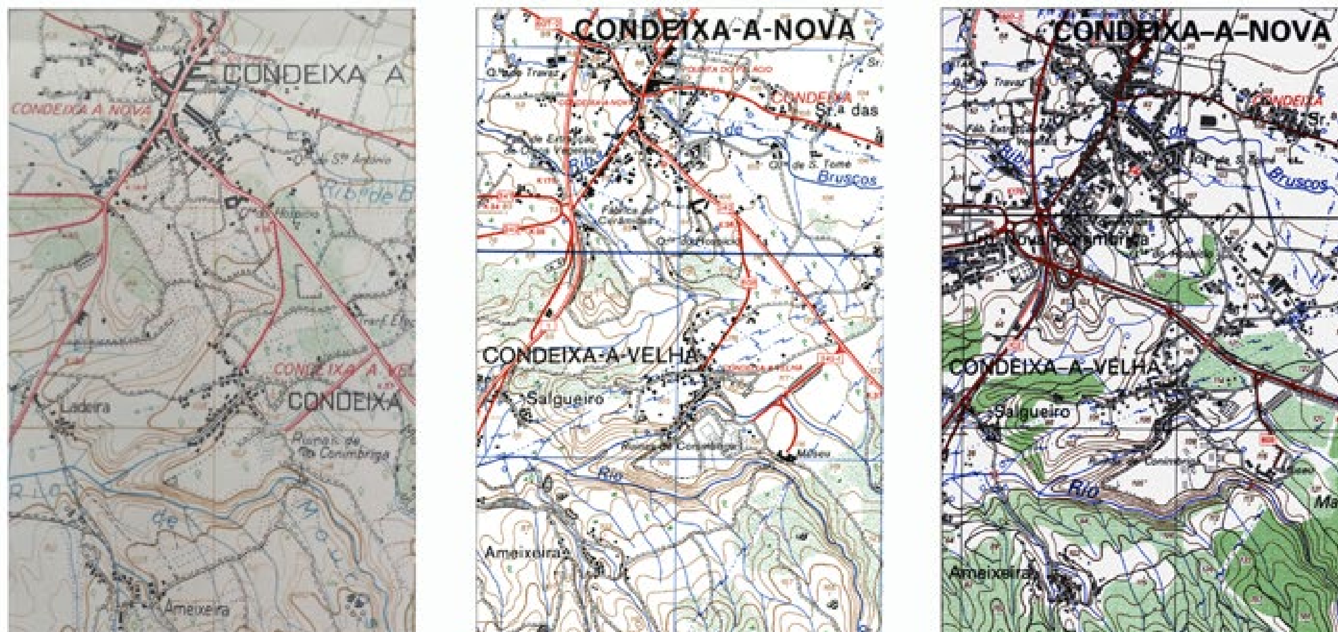


Figura 31: Evolução da estrutura urbana através da cartografia (carta militar 1951, 1983 e 2003)

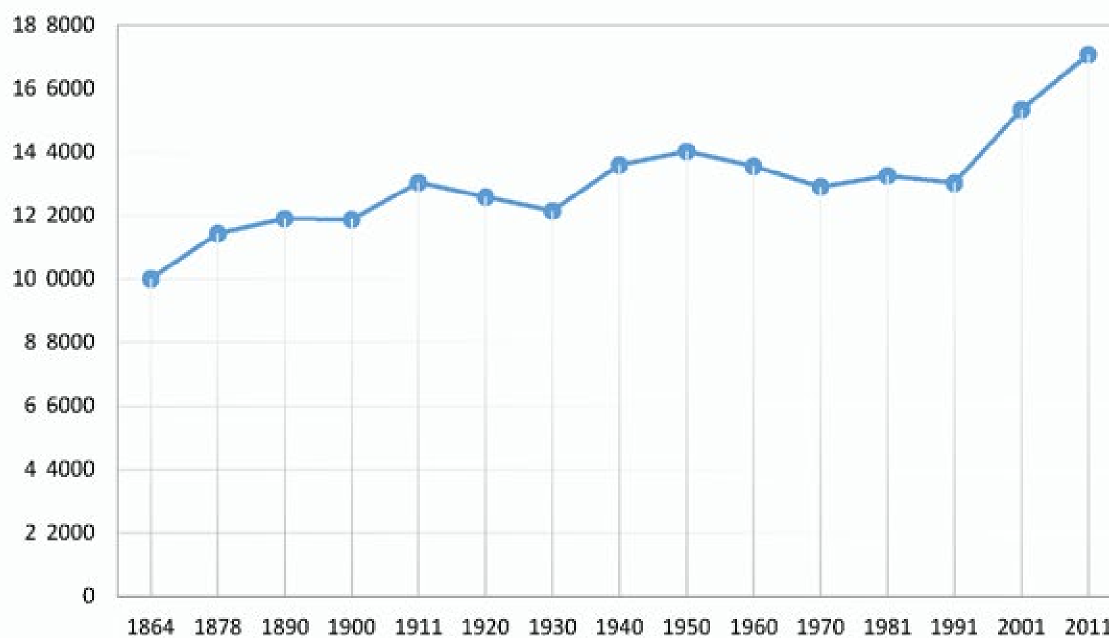


Gráfico 5: População Residente em Condeixa-a-Nova

Em 1514, é atribuído o foral por D. Manuel I mas, embora dispondo de foral, Condeixa-a-Nova continuou a pertencer a Coimbra. Posteriormente em 1541, é constituída a freguesia de Condeixa-a-Nova.

Inserido no importante itinerário que liga a cidade de Lisboa à cidade do Porto, o município beneficiou consideravelmente da sua localização. Condeixa, com esta característica favorável a seu desenvolvimento, cresceu e ganhou significativamente importância em termos geográficos, como local de passagem estratégico, tornou-se num local importante para viajantes e comerciantes. Desta forma, em 1601, Condeixa já albergaria cerca de "*200 vizinhos*" (CONCEIÇÃO, 1983:19).

No princípio do sec. XIX, a evolução de Condeixa foi interrompida com a terceira invasão ao território português por parte das tropas Francesas e neste contexto, Condeixa é destruída e incendiada. A atual Igreja Matriz, que havia sido edificada em1502 a mando do Rei D. Manuel, foi destruída como também as várias casas apalaçadas que eram caraterística deste território.

No dia 17 de Abril de 1838, por intermédio de D. Maria II, Condeixa alcança a sua independência administrativa, deixando de pertencer ao município de Coimbra, seguidamente, em 1845, o município de Condeixa é elevado à categoria de vila.

Com os danos causados por parte da invasão Francesa no séc. XIX, Condeixa ultrapassou todas as dificuldades erguendo-se novamente. O crescimento voltou a ser evidente neste território, através de novas edificações como em área, ultrapassando em os restantes aglomerados do município. De pequeno lugar, de outrora, a vila torna-se próspera e movimentada, assumindo o seu poder social e económico.

A evolução da população de Condeixa é um sinónimo do crescimento deste território ao longo do tempo. Como identifica o gráfico da população Condeixa, apresenta um crescimento demográfico nos últimos anos.

Em termos urbanos, ao longo do tempo, a sua evolução está inteiramente associada à presença de importantes vias de comunicação, tal como no seu passado, no contexto romano. A presença de importantes vias de comunicação permitiu a fixação de novas pessoas, mas também marcou, em termos formais, a malha urbana de Condeixa, orientando o seu desenvolvimento sob esses eixos.

No presente, Condeixa-a-Nova é um sistema urbano polinucleado, ou seja, é composto por vários núcleos e de diversos tipos, nomeadamente: aldeias; a vila;

NOME	Localização	Data (Alvará)	Lotes (nº)	Taxa de ocupação (%)	População Ano	Hab
Bairro do Ciclo	Condeixa-a-Nova	*	53	100%	1970	12 902
					1981	13 257
Urbanização da Faia	Condeixa-a-Nova	1985	56	92.8%	1981	13 257
					2001	15 340
Urbanização Nova Conimbriga I	Condeixa-a-Velha	1996	113	89.3%	1991	13 027
					2001	15 340
Urbanização Quinta do Barroso	Sebal	2000	125	58.4%	1991	13 027
					2001	15 340
Urbanização do Sebal	Sebal	2001	62	22.5%	1991	13 027
					2001	15 340
Urbanização da Barreira	Condeixa-a-Nova	2005	61	31.14%	2001	15 340
					2011	17 078

Tabela 7: Tabela de Loteamentos que contêm um número superior a cinquenta lotes. (*) informação não disponível

urbanizações recentes; área industrial e centro histórico. O núcleo de Condeixa-a-Nova é o centro do município e é onde se localiza a maioria dos serviços públicos, onde estão implantados todos os equipamentos de ensino e de saúde, todos os equipamentos desportivos como também os espaços de lazer. Com um sentido diferente do núcleo central existem vários núcleos habitacionais com diferentes dimensões. Como se pode ver na tabela 7, são vários os núcleos identificados onde o número de lotes de habitação é superior a cinquenta, como também se pode ver que aumentou o número de habitantes registados nas mesmas datas.

Caracterização do território

Como qualquer outro território, Condeixa tem as suas próprias características e os seus fatores positivos e as suas fragilidades. Beneficia, por exemplo, da sua localização e proximidade a núcleos de serviços e atrações. Como exemplo, Coimbra, através da sua oferta em serviços de saúde, ensino, investigação, turismo, e comércio, a Montemor-o-Velho e Figueira da Foz através do desporto, turismo e bens alimentares.

Condeixa beneficia também da proximidade a importantes infraestruturas rodoviárias, principais e complementares, e das excelentes condições físicas do território (solos e recursos hídricos) e das características paisagísticas do Baixo Mondego com solos favoráveis para a produção agrícola e ricos em recursos hídricos.

Desta forma, a pluralidade de vias de comunicação tem permitido ao território de Condeixa tirar partido da proximidade dos núcleos urbanos mais próximos. Por sua vez, as condições únicas do seu território, permitem a produção de diversos bens agroalimentares de qualidade que justificam o reforço na promoção deste setor de atividade presente ao longo da História de Condeixa. As suas características paisagísticas constituem também uma singularidade, rica em valores que justificam o reforço no turismo cultural e no turismo de natureza.

O sistema urbano de Condeixa beneficia da sua localização central no contexto da CIM-RC, um território com cerca de 4336 Km2 e com um efetivo populacional de cerca de 440 mil habitantes (registados em 2016) , apresenta um decréscimo de 32 mil em relação ao ano de 2001. Desta forma é relevante o facto dos 19 municípios



Figura 32: Buracas do Casmilo

que compõe a CIM-RC apresentarem diferentes crescimentos. Entre 2001 e 2016, Condeixa é uma exceção, registando um crescimento de cerca de 2 mil habitantes, juntamente com a Lousã e Montemor-o-Velho. Todos os restantes 16 apresentam valores de crescimento demográfico negativos. Como exemplo, Coimbra como capital do distrito, no mesmo intervalo, apresentou um decréscimo populacional de cerca de 13 mil residentes.

Um território predominantemente verde, enquadrado desde o maciço de Sicó ao Paúl de Arzila, com superfícies essencialmente planas, embora a Sul e Sudeste encontra-se um sistema montanhoso composto pelas serras de Janeanes e do Furadouro. Com terrenos favoráveis à atividade agrícola, com áreas naturais de elevado valor paisagístico e geológico, beneficia de uma paisagem composta por áreas protegidas, áreas florestais e vários recursos hídricos.

O Paul de Arzila, inserido na Rede Natura 2000, é composto por duas unidades paisagísticas: o campo, correspondente a uma planície aluvial sujeita a inundações com encharcamento permanente em alguns locais; e o monte, corresponde às encostas que delimitam a planície aluvial.

As áreas florestais correspondem às grandes manchas de pinheiros, eucaliptos e carvalhos, como exemplo, a Mata da Abufarda, esta originalmente coberta por carvalhos, azinheiras e sobreiros, embora alterada ao longo do tempo, ainda conserva numerosas espécies características da floresta mediterrânica.

Pertencente também às paisagens naturais com valor paisagístico estão as Buracas do Casmilo, que são formações rochosas que consistem em entrâncias localizadas nas vertentes do canhão fluviocársico presente no Vale das Buracas.

Todos estes recursos naturais marcam e valorizam a paisagem do território de Condeixa.

A proximidade com o maciço da Serra do Sicó, Condeixa, beneficia das suas características naturais mas também do projeto intermunicipal Terras de Sicó.

Em 1995, a Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (ADSICÓ), com o objetivo de uma intervenção mais abrangente no território, promove a criação da Terras do Sicó como aposta em um projeto de território e uma marca de referência a favor do desenvolvimento local e das suas populações.

O território *Terras de Sicó* situa-se na Região Centro de Portugal, englobando

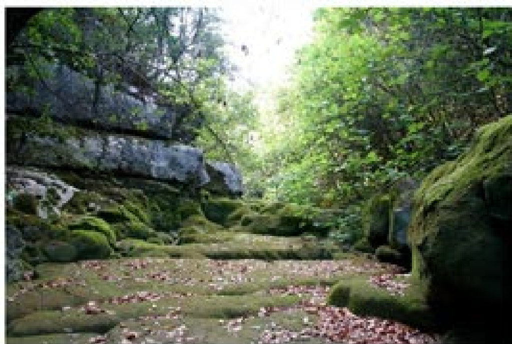




Figura 33: Leito do Rio dos Mouros

Figura 34: Canhão fluviocásico do Rio dos Mouros

a totalidade da área dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Pombal, Soure e o próprio município de Condeixa-a-Nova, em torno do maciço da Serra de Sicó, somando um total aproximado de 1.500 km2.

Em relação à sua hidrografia, é de notar a forte presença de águas correntes que garantem a atividade agrícola comum no concelho. Das linhas de água presentes no território destacam-se: o Rio dos Mouros, a Ribeira de Cernache, a Ribeira de Condeixa e a Ribeira de Alcabidque.

Outra vantagem instalada em Condeixa é constituída pelo património arqueológico que regista a romanização das terras de Sicó, como as Ruínas de Conimbriga, já anteriormente referidas e as ruínas da Villa Romana do Rabaçal. Recentemente, este legado foi valorizado com a criação do PO.RO.S. Museu Portugal Romano em Sicó, cuja organização expositiva procura sintetizar e facilitar o conhecimento para todos os tipos de públicos das marcas romanas ainda hoje presentes na nossa cultura, contribuindo para a sua valorização e projeção. Aberto ao público no dia 06 de Maio de 2017, implantado no antigo solar da Quinta de São Tomé é um espaço de referência na divulgação da Romanização, através de um espaço museológico dinâmico, interativo e educativo.

Estas características relacionadas com a utilização das mais recentes inovações tecnológicas unidas à História, valeram, em 2018 a distinção com o prémio Heritage in Motion. Neste sentido é importante salientar, que através do uso da tecnologia, como recriação do passado, o PO.RO.S representa um importante complemento a quem visita as Ruínas de Conimbriga e o respetivo Museu Monográfico.

Em Maio de 2019, dois anos após a sua abertura ao público, o museu registou a marca dos 35 000 visitantes. Desta forma, reflete o elevado interesse e curiosidade por parte do público pelo conceito inovador de apresentar a História da Romanização das Terras de Sicó.

Este interesse pelo património arqueológico é evidente também no município de Penela, que após vários anos de recolha, estudo e análise de achados arqueológicos da Villa Romana do Rabaçal, como promotor, lançou o concurso[125] público de conceção de um Complexo Arqueológico da Villa Romana do Rabaçal com o objetivo de assegurar a conservação/preservação, a visita, a interpretação e a exposição do património presente.

125 Concurso que termina, no presente ano, no dia 3 de Outubro.

Neste contexto das Terras de Sicó, a herança cultural romana através do património arqueológico, representa um papel e um significado importante.

Além destes aspetos positivos e características únicas, é de referir as atividades empresariais e a própria indústria, que têm ajudado a elevar e a projetar o nome Condeixa, nomeadamente através das indústrias cerâmicas, com uma vasta tradição neste território, e da unidade industrial responsável pela fabricação de produtos farmacêuticos, dermocosméticos e suplementos alimentares.

Mas se Condeixa tem estes fatores que valorizam o seu território, também tem outros que criam desequilíbrios. Entre estes, destaca-se a construção de novas urbanizações na periferia, e as importantes infraestruturas rodoviárias presentes no território.

No primeiro caso, embora a construção de novas urbanizações na periferia tenha contribuído para o aumento populacional do concelho, não deixa de ser verdade que também contribuiu para reforçar a desagregação urbana e para o despovoamento do centro histórico de Condeixa, em virtude da fragilização da centralidade que já constituiu em tempos.

Por sua vez, as infraestruturas rodoviárias, que têm como principal função servir a ligação entre lugares, geram também impactos negativos no território como fraturas nos territórios confinantes.

Condeixa está inteiramente ligada à antiga cidade romana de Conimbriga. Com um impacto considerável no território, o contexto Romano representa apenas uma parte da História de Conimbriga. Desde Bronze Final à época Alta Idade Média, a cidade resistiu ao longo do tempo. Posteriormente, com o seu abandono, nasceu uma nova Condeixa mais a Norte. Com uma localização central a nível regional e nacional, Condeixa, beneficia também da sua proximidade a importantes vias de comunicação, colocando o município numa posição favorável ao seu desenvolvimento.

Com estas caraterísticas, o seu espaço físico, a sua evolução demográfica, socioeconómico e cultural, o sistema urbano de Condeixa, sofreram ao longo das últimas décadas grandes transformações.

O crescimento demográfico contínuo está relacionado com a expansão das áreas construídas, tanto no perímetro urbano de Condeixa-a-Nova e de outros núcleos, como com a construção de novas urbanizações.

Neste sentido, é importante contextualizar que as principais alterações à urbe de Condeixa, com efeitos na sua estrutura, provem da passagem de uma sociedade predominantemente rural, para uma sociedade maioritariamente urbana, em que predominam as atividades secundárias e os modos de vida urbana.

As alterações mais determinantes e com efeitos estruturais, traduziram-se na passagem de uma sociedade predominantemente rural, para uma sociedade maioritariamente urbana, em que predominam as atividades secundárias e os modos de vida urbana. No entanto, Condeixa está ainda a "adaptar-se a esta realidade e os principais desafios que se colocam ao seu sistema urbano traduzem-se no reforço do policentrismo intraurbano que justifica o título do exercício *O(s) Centro(s) em Condeixa*.

4.2 O(s) centro(s) em Condeixa

Contexto do exercício

Como referido inicialmente, esta dissertação em projeto tem como base o exercício *O(s) Centro(s) em Condeixa, Estratégia e táticas para reforçar a coesão de um território polinucleado* assente sob o tema: *Planeamento estratégico da reabilitação e da salvaguarda*. Como objetivo, está a problematização das áreas urbanas antigas de Condeixa e o ensaio de estratégias que visem o controlo dos seus aspetos negativos de forma a reforçar a coesão urbana.

A estratégia desenvolvida neste projeto pretende controlar algumas fragilidades de Condeixa e tirar partido de algumas vantagens instaladas neste sistema urbano, como também criando outras vantagens.

Como tema e contexto de fundo do exercício está o processo de transformação do sistema urbano de Condeixa e a resposta aos seus desafios.

Várias respostas foram definidas em documentos de programação de políticas locais e gestão urbanas. Como exemplo, em 2007 foi lançado o instrumento de orientação estratégica da política autárquica denominado *Condeixa 2020. O Futuro Começa Hoje*, mais tarde o *Plano de Ação da Agenda 21 Local* (2009) e em 2015 através da revisão do PDM.

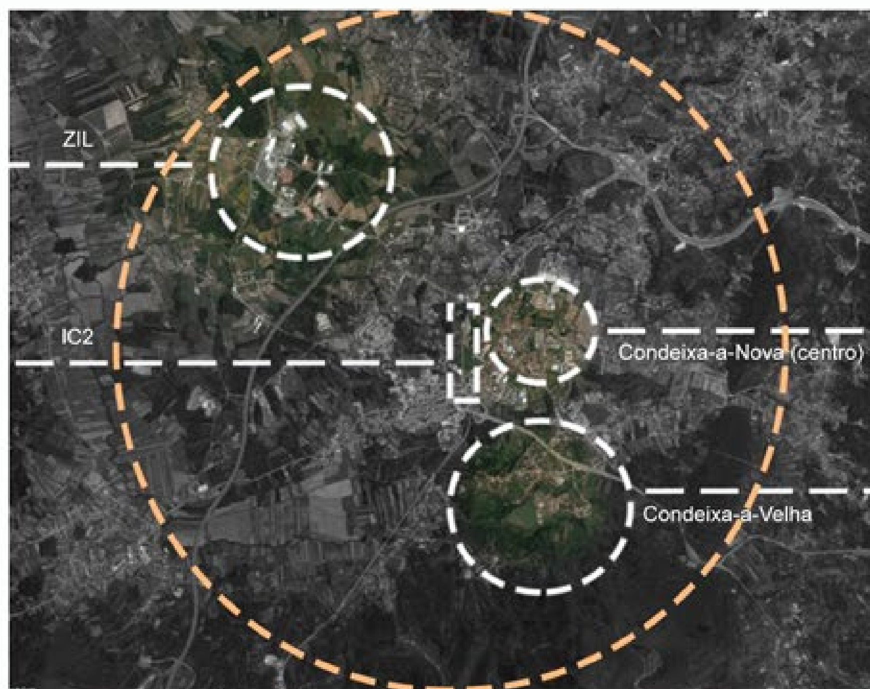


Figura 35: Setores do exercício O(s) centros em Condeixa

Como exemplos dessas soluções, enquadradas nos Objetivos Estratégicos Globais (competitividade económica, valorização territorial e ambiental e potencial humano e desenvolvimento social), a sua realização firmou-se em um conjunto diversificado de metas e objetivos específicos com o foco nos valores paisagísticos, culturais e económicos de Condeixa, está a construção do PO.RO.S, a requalificação de espaços públicos na área central de Condeixa-a-Nova, a criação e valorização de espaços verdes ou a consolidação da zona industrial ligeira de Condeixa (ZIL), que se desenvolverá sob a aposta na instalação de equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial (restauração, serviços bancários, unidades de comércio, refeitório, etc). (CMC, 2009)

A ambição sociopolítica de responder a estes desafios existe e está presente nestes instrumentos de gestão territorial. A sua concretização necessita de intervenções multissetoriais, nomeadamente, de requalificação de redes de sistemas urbanos (transportes e vias, saneamento, iluminação, etc.), de reabilitação/refuncionalização do edificado de Condeixa-a-Velha e da área central de Condeixa-a-Nova, de criação de equipamentos e serviços/programas funcionais em falta para projetar as atividades mais importantes de Condeixa. Apenas desta forma, o reforço da coesão do sistema urbano de Condeixa será alcançado e afirmando a sua centralidade no Sistema Metropolitano do Centro Litoral e em Portugal.

As linhas estratégicas de desenvolvimento presentes nos instrumentos de gestão foram tidas em conta numa primeira fase do exercício de *Perceção e avaliação crítica*.

A análise crítica do território incidiu na identificação das qualidades e fraquezas, das áreas e tipos de estratégias a seguir, de modo a impulsionar o desenvolvimento de Condeixa, segundo os setores de intervenção definidos no enunciado do exercício:

1) Criação de uma área/plataforma que se assuma como uma "montra" do sistema urbano de Condeixa;

2) Reabilitação da área urbana central de Condeixa-a-Nova;

3) Consolidação da ZIL, com a integração de equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial e produtiva;

4) Valorização e integração do arqueossítio de Conimbriga e da envolvente do complexo, incluindo Condeixa-a-Velha.



Apoia à Agricultura

Condeixa Marca

Cx Factory







Figura 36: Proposta IC2: de Itinerário que Desagrega a Avenida que Une.

A estratégia é concretizada através de um conjunto de intervenções próprias, de acordo com objetivos específicos identificados para as suas áreas de intervenção, que deve ser entendida como um produto de todas as estratégias seguidas por cada grupo de trabalho.

Desta forma, em conjunto ou individualmente são esperadas "ondas de choque" que podem refletir-se, mais precisamente, no contexto de intervenção ou nas suas árias adjacentes e assim contribuir para o reforço da coesão do sistema polinucleado de Condeixa e a sua afirmação no Sistema Metropolitano do Centro Litoral.

IC2: de Itinerário que desagrega a Avenida que Une

Com esta estratégia é pretendido a transformação do atual troço IC2 que atravessa Condeixa, numa avenida de forma a contribuir para a promoção e união do território e a requalificação do espaço público adjacente. Transformando-o numa avenida arborizada, de modo a diminuir o trafego automóvel deste sector, a proposta cria uma variante como alternativa rodoviária mais afastada do centro de Condeixa. Proposta esta que está prevista no PDM, embora com uma solução/trajeto diferente.

De forma a valorizar a rica biodiversidade ambiental presente em Condeixa é proposto a criação de um Centro de Interpretação da Natureza e um parque agrícolas. Os objetivos principais desta intervenção vão ao encontro das intenções do Plano de Ação da Agenda 21 Local, mais precisamente o Diagnóstico da Sustentabilidade que exprime a preocupação de proteger o meio ambiente através do incentivo à mudança comportamental por parte da sociedade.

Relacionada com a promoção de Condeixa, faz parte a proposta de ConDeixa Marca (Condeixa Deixa Marca). Com implantação numa pré-existência, o seu objetivo passa pela promoção da cultura, da tradição e dos produtos locais, e pela transmissão desse saber e conhecimento à comunidade. Nesta proposta são considerados espaços de restauração/degustação, espaços de exposição e lazer, criando dessa forma uma "montra" do Concelho.



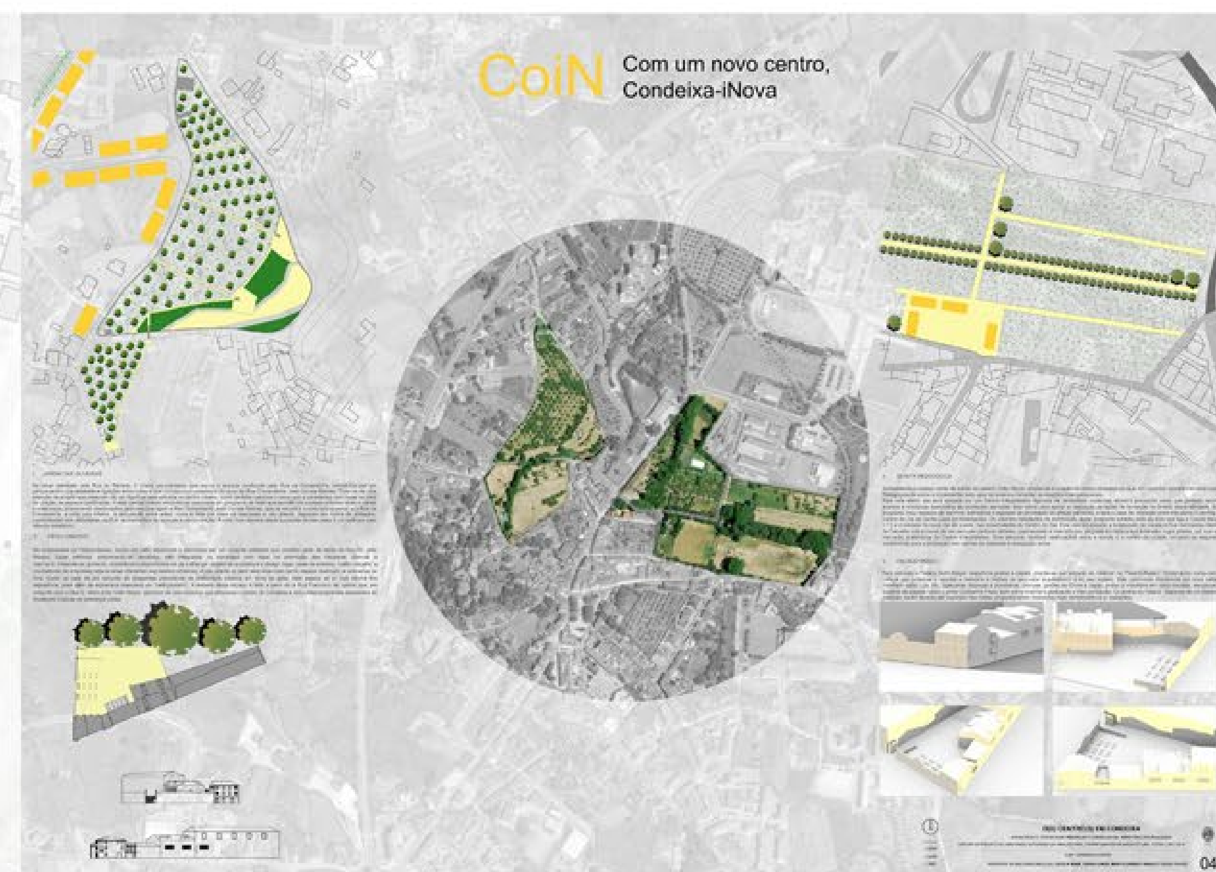
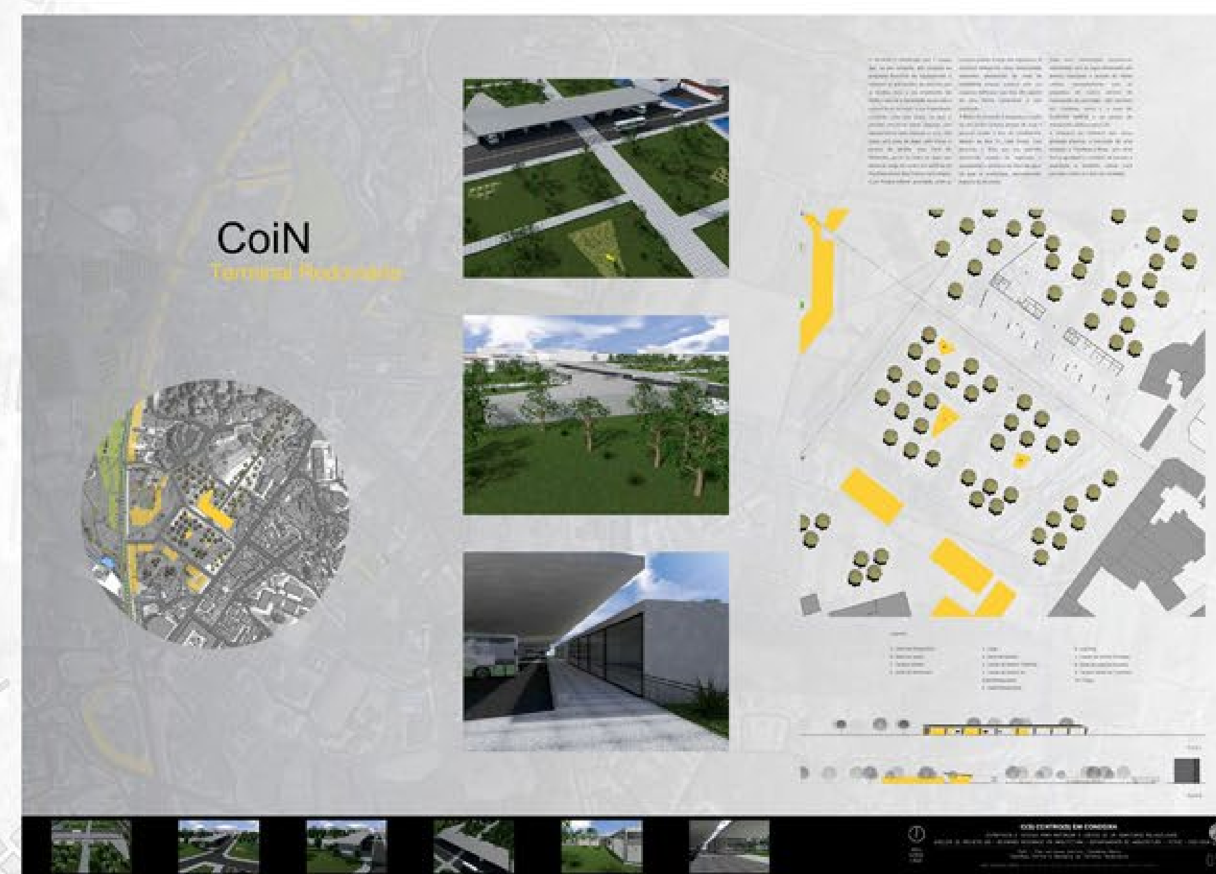


Figura 37: COIN. Com um Novo Centro, Condeixa Inova



Outra proposta deste grupo, é criação da *C ao Cubo*. Através da reabilitação das antigas instalações da Central Cerâmica de Condeixa, de modo a responder às necessidades industriais da atualidade, assumindo também uma série de arranjos públicos para melhorar a vivência social daquele lugar e marcando a entrada e saída Norte da vila.

Reabilitando as antigas instalações da antiga Fábrica Cerâmica de Conimbriga, a estratégia cria a Cx-Factory com o objetivo de albergar o conceito de produção cerâmica relacionada com a criatividade e exclusividade, marcando visualmente a entrada e saída de Condeixa, pelo lado Sul.

Relacionada com esta produção criativa está a proposta para um edifício especifico para a exposição desse mesmo material. Implantado no outro lado da avenida, o programa contém vários núcleos expositivos e com diversos programas de apoio como salas de restauro, armazéns, administração, cafetaria e estacionamento.

CoiN: com um novo Centro, Condeixa Inova

Referente ao setor da área urbana central de Condeixa-a-Nova a proposta defende um conjunto de medidas que valorizam o espaço verde enquanto característica fundamental da identidade deste núcleo urbano, não apenas pelo desenho, mas também através da sua integração nas dinâmicas da cidade.

De forma a potencializar a reabilitação urbana, a refuncionalização de edifícios devolutos e o repovoamento do centro de Condeixa-a-Nova, a estratégia deste setor propõe a criação de um Centro de Inovação que se situará nas instalações do antigo Hospital. É também proposto a criação de um Centro de Interpretação Agrícola, um Centro de Indústrias Criativas junto ao Palácio Soto Maior, um parque urbano junto à Casa dos Arcos e um novo Terminal Rodoviário. Com estes equipamentos são esperados vários impactos de carácter social, cultural, e ao nível do espaço público, de modo a contribuir para o objetivo principal do exercício.

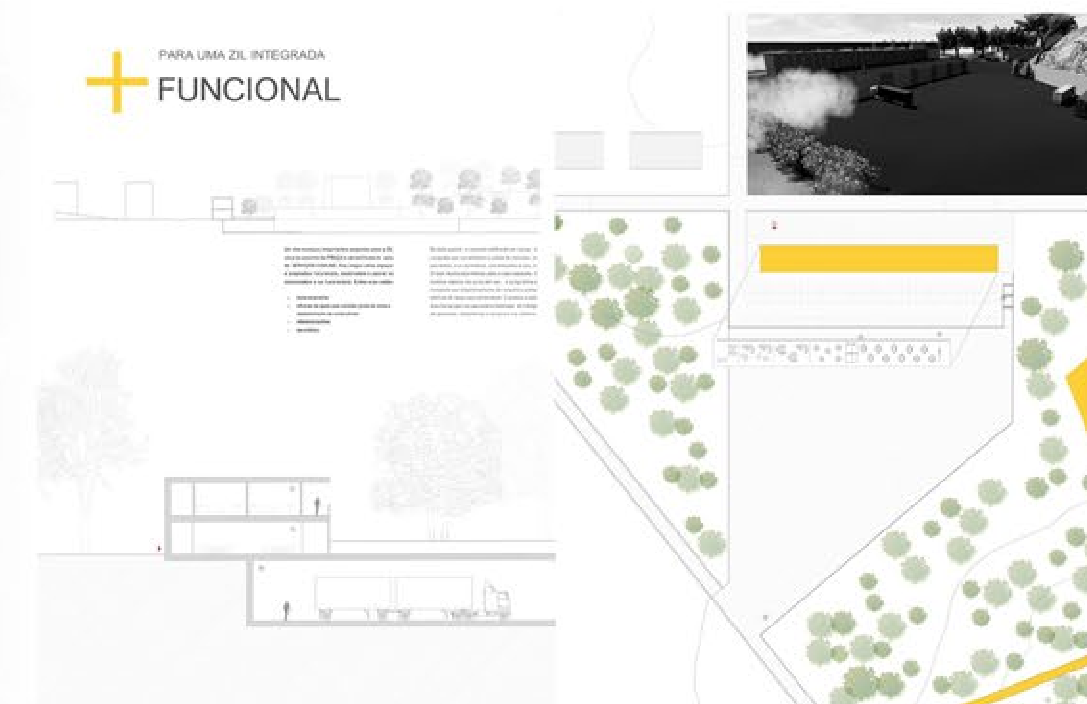
São estes cinco pontos que constituem a proposta deste setor da qual se relaciona com a nova utilização atribuída ao itinerário (IC2), agora com um sentido unificador.



PARA UMA ZIL INTEGRADA
ACESSIVEL



Figura 38: ZIL: Zona Industrial. L de Ligeira, I de Integrada



ZIL: Zona Industrial. L de Ligeira, I de Integrada

Com o foco na Zona Industrial de Condeixa, a estratégia incide na sua consolidação através da integração de equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial e produtiva.

Estratégia que se encontra em linha com as propostas do Plano Diretor Municipal, e com a ambição descrita no Plano de Ação da Agenda 21 Local.

A Zona Industrial de Condeixa apresenta condições extremamente favoráveis para o seu crescimento. No entanto, a existência de um plano de pormenor que não ultrapassa a dimensão de delimitação de terrenos e vinculação de usos do solo, a falta de qualidade dos espaços públicos e a inexistência de infraestruturas de serviços comuns, constituem fragilidades que têm de ser superadas.

Estas características são reconhecidas pelo município, no PDM, que a zona industrial possui "*bons níveis de ocupação e áreas infraestruturadas necessitando, no entanto, que seja feito um investimento nas áreas de expansão planeadas*" (CMC,2014:13).

Em relação ao setor de intervenção ZIL, é proposto a criação de um acesso dedicado à Zona Industrial e a criação da nova variante de Condeixa. O acesso dedicado irá terminar na área onde estão instalados os serviços onde irão funcionar dois edifícios, uma torre de escritórios e um outro edifício que albergará todos os programas de apoio aos camionistas. Desta entrada nascerá uma alameda arborizada, situada a Norte da QuimJuno e que funcionará como o eixo para futura expansão da ZIL.

No que diz respeito à variante, trata-se de uma vontade expressa pelo município através da revisão do PDM. No entanto, apesar de seguir a localização proposta pelo município para a sua implantação, o troço criado tem alterações ao nível das ligações que possibilita, através da restruturação do nó rodoviário da A1, onde se inicia a via dedicada à ZIL de modo a facilitar o seu acesso, dado a fluência de trânsito pesado de norte a sul.

De forma a aliviar a carga de tráfego que se verifica no troço do IC2, esta variante possui um nó de acesso a norte, a seguir ao atual posto de combustível da





Figura 39: ConCaV- Conimbriga e Condeixa-a-Velha. Um único lugar

Repsol antes de entrar no núcleo central do sistema urbano de Condeixa, e outro nó de acesso, onde finda, na N342. Estes nós foram estrategicamente localizados, e tiveram em conta a minimização de interferências nas áreas agrícolas, uma vez que são de elevado valor para o concelho.

Neste sentido, o grande objetivo para este setor é dinamizar a economia e deste modo contribuir para a estratégia global proposta para o município.

ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um Único Lugar

A estratégia deste sector de intervenção é a base desta dissertação.

Setor de intervenção com um grande valor histórico, mas que não se soube adaptar à evolução dos tempos. A falta de serviços e escassez de espaços públicos como espaços verdes, a expansão das áreas construídas e criação das infraestruturas necessárias, pela fratura/barreira provocada no território, neste caso o IC3, como sinônimos da transição de um território rural para o urbano que encontramos hoje, são questões que a proposta pretende dar resposta. Neste sentido não houve uma valorização do aspeto histórico que esteve na origem do concelho.

O seu principal objetivo é valorização e integração do arqueossítio de Conimbriga e da sua envolvente, incluindo Condeixa-a-Velha. O conceito assenta na criação de um Polo de Investigação em Arqueologia, que se pretende que crie um conjunto de ondas de choque positivas, resultando na instalação de um motor de desenvolvimento de Condeixa e assim reforçar a coesão urbana e atrair visitantes a este conjunto que é único.

Como resultado do exercício, a leitura em conjunto das várias linhas de ação identificadas nas quatro áreas urbanas, produzem uma estratégia global para Condeixa. Em cada setor foram definidos vários eixos estratégicos, que por vezes se repetem nas diferentes áreas, que visam o reforço da coesão urbana, a qualificação do espaço urbano, o reforço da acessibilidade e a divulgação do território de Condeixa.

Como término do exercício, foi apresentada publicamente a estratégia global num evento que teve lugar no PO.RO.S e contou com a presença do senhor presidente

da Câmara de Condeixa-a-Nova, Sr. Nuno Moita da Costa, o diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, Sr. Dr. José Ruivo, o vice-presidente da Associação de Desenvolvimento Empresarial de Condeixa (ADEC), Sr. Nuno Rebanda e o Sr. Bernardo Campos como representante da CCDR-RC.

4.3 Arqueologia em Desenvolvimento

Estratégia global

A proposta desenvolvida nesta dissertação, que lhe dá o nome, Arqueologia em Desenvolvimento tem como base a estratégia desenvolvida na Unidade curricular Atelier de Projeto IID enquadrada no setor ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um único lugar.

Com centro na aldeia de Condeixa-a-Velha, o setor de intervenção está inserido num contexto rural. Com raízes bem longe no tempo, implantado num vale abrigado dos ventos, onde a água marcava presença, o pequeno lugar, de outrora, mostrava-se um local seguro e confortável, contribuindo dessa forma para o seu desenvolvimento.

Beneficiando da característica do seu território, Condeixa-a-Velha esteve sempre relacionada com a atividade agrícola e com a exploração de pedra local, com a produção de mós. Constituindo, até meados do século XX, uma atividade regular e com algum peso económico.

Após o nascimento de uma nova Condeixa, no decorrer do tempo, os habitantes para do pequeno lugar foram-se transferindo. Desta forma, Condeixa-a-Nova vai ganhando importância, em oposição à antiga Condeixa, vizinha de Conimbriga.

Em relação às características físicas do seu edificado, é sobretudo no núcleo antigo onde se encontram as de menor dimensão, nomeadamente na Rua da Fonte, Rua dos Arcos e Rua 22 de Junho, e suas ramificações.

Sobre a função do edificado presente em Condeixa-a-Velha, a sua maioria alberga habitação unifamiliar, dividindo-se em edifícios de um e dois pisos apenas.

É no núcleo antigo que se localizam, maioritariamente, as construções em banda. Estas edificações possuem as construções à face da rua, impossibilitando a

criação de passeios. Em relação às construções mais recentes, estas implantam-se de forma recuada em relação à frente do lote, como é percetível na Rua da Escola e na Rua Principal.

Sobre o seu estado de conservação do edificado é no núcleo antigo que se localizam os edifícios em pior estado de conservação, principalmente na Rua da Fonte e suas ramificações. Esta situação deve-se ao facto de se tratar de um tecido urbano antigo. As construções degradadas aí localizadas, embora maioritariamente não se encontrem abandonadas, apresentam uma mudança de uso, não sendo já utilizadas para habitação.

O edificado de Condeixa-a-Velha é uma marca importante e um sinônimo da História deste território, encontrando-se inserida na zona de proteção das Ruínas de Conimbriga. As ruínas do anfiteatro romano e a muralha Augustana, com um grande valor arqueológico, são elementos que se encontram inseridos no aglomerado na qual interferem e definem a estrutura urbana da aldeia.

A implantação do seu edificado está inteiramente relacionada com a presença das vias de comunicação. Desta forma é importante relevar que além da sua principal função de ligação, estas contribuíram de forma negativa para o desenvolvimento de Condeixa-a-Velha.

Como exemplo, a construção da variante sul, IC3, provocou um corte abrupto, separando quer a aldeia de Condeixa-a-Velha quer o complexo das ruínas de Conímbriga da Vila, deixando a aldeia ligada diretamente à Vila através de uma única passagem superior (Rua Principal) e o complexo das ruínas por um túnel de características deficientes para a circulação rodoviária.

O troço respeitante à antiga EN 342 passa desta forma a ser considerado como uma via urbana de ligação ao exterior com ligação facilitada a uma via rápida (IC3).

Esta construção, com a intenção de desviar os veículos do centro da vila, eliminando a passagem no seu interior e de privilegiar a ligação de Conímbriga à rede de principal nacional, desvalorizou a acessibilidade ao aglomerado de Condeixa-a-Velha.

Neste sentido, Condeixa-a-Velha e toda a área envolvente a norte a sul da variante encontram-se atualmente dependentes da passagem superior sobre o IC3 para acesso à Vila.

A estratégia presente nesta dissertação reconhece o valor arquitetónico,



Figura 40: Rua Principal

arqueológico, cultural e social de Condeixa-a-Velha, e desta forma procura que este território se desenvolva de uma forma sustentável assente em linha com as diretrizes internacionais estabelecidas na Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana.

No ensaio desta estratégia, a dissertação defende o novo paradigma da salvaguarda em desenvolvimento, assente num conhecimento cabal do objeto de estudo - O Arqueossítio de Conimbriga - de forma a reforçar a sua integração no desenvolvimento local.

Para este efeito, a estratégia desenvolvida assenta sob os efeitos multiplicadores de três grandes grupos de intervenções no espaço físico de Condeixa-a-Velha, o reforço da ligação Conimbriga, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, a requalificação paisagística da envolvente próxima e a criação de um Polo de Investigação em Arqueologia. Em conjunto, os efeitos destas intervenções e dos programas afetos contribuirão para a concretização do grande objetivo da estratégia: o reforço da coesão urbana do sistema urbano de Condeixa.

Reforço de ligações

Uma das áreas mais desprotegidas e desqualificadas do território, Condeixa-a-Velha é caracterizado pela ruralidade.

Não é só o seu núcleo do aglomerado que é o objeto desta estratégia. A sua relação com Condeixa e a sua ligação com o centro da Vila, onde predominam os serviços, é um objetivo essencial.

Num primeiro momento, é intenção desta proposta a requalificação da Rua Principal (M608), que liga o centro de Condeixa-a-Velha ao centro Condeixa-a-Nova. Como principal via de comunicação entre os dois centros esta é caraterizada pela falta de condições favorável à circulação pedonal da população. Com passeios, na sua maioria, estreitos e por vezes inexistentes, a sua transformação será através do seu alargamento e construção nos setores em falta. Com dois metros de largura de ambos os sentidos o seu objetivo é valorizar a ligação pedonal entre dois centros. Esta requalificação também engloba um novo desenho dos passeios do viaduto sob o IC3, possibilitando o seu alargamento conforme a proposta de requalificação da rua. Mantendo o perfil da rua,

as transformações serão apenas ao nível da acessibilidade, com o seu alargamento e criação de passeios, em determinados setores, mas também no plano visual, reforçando os perfis desta via.

Ainda no contexto de valorização de ligações físicas é pretendido a requalificação do acesso da aldeia ao IC3, e das passagens inferiores do mesmo itinerário, localizadas a Poente e a Nascente, onde estava localizado o anterior acesso (EN342-1) às Ruínas proveniente da EN342.

Como único acesso rodoviário às Ruínas, a saída do IC3 também possibilita a entrada em Condeixa-a-Velha passando pela Igreja Matriz de São Pedro. Com o objetivo de outrora, de facilitar o acesso às Ruínas, a presente proposta de requalificação pretende também facilitar e valorizar o acesso à Aldeia.

Em relação às passagens inferiores, a localizada a Poente, tem o objetivo de favorecer a ligação rodoviária e pedonal da população ao Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova, Piscinas Municipais, Pavilhão Polidesportivo e aos terrenos agrícolas adjacentes. Por último a passagem inferior mais a Nascente, é caracterizada pela presença de alguns cedros que hoje resistiram e que no passado marcavam a chegada a Conímbriga. Embora ligação capacitada para a circulação rodoviária, o objetivo desta proposta é a sus valorização através da circulação pedonal.

Parque Urbano

A valorização da ligação entres os núcleos de Conímbriga, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova não advém apenas da requalificação das suas ligações físicas. A proposta propõe também uma requalificação paisagística desta área que terá duas dimensões, uma de carácter urbano e outra de carácter rural.

Uma mancha verde limitada, a Norte e a Sul, pelo Palácio do conde de Podentes e a Rua Dr. Simão da Cunha e pelo Museu Monográfico de Conimbriga, a Nascente e a Poente, pela EN342 e a Mata da Abufarda e pelo Complexo de Piscinas e Agrupamento de Escolas respetivamente.

Com localização a Norte do IC3, e com a Rua Principal como limite Nascente,



Figura 41: Pré existências da área do Parque Urbano

este setor do Parque caracteriza-se pela proximidade da área central de Condeixa assumindo um contexto Urbano. Nesta área, a proposta incide sobretudo na criação de espaços de lazer de qualidade, como proporcionará novos percursos pedonais e cicláveis de modo a reforçar as ligações existentes e a controlar o facto de o IC3 constituir uma barreira entre os centros de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, aproximando Condeixa-a-Velha ao centro da Vila.

Como apoio ao Parque Urbano, a proposta contempla um Parque de estacionamento, e um elemento onde albergará as instalações sanitárias e uma área de receção ao Parque, localizado no prolongamento proposto da rua transversal à rua principal.

Em relação às espécies arbóreas presentes, fazem parte, o pinheiro manso, carvalhos, medronheiros e sobreiros, e pontualmente, castanheiros e nogueiras de modo a marcar a paisagem visualmente a área nas diferentes estações do ano

Este parque assenta essencialmente na criação de várias relações físicas, com os percursos que o vão atravessando, como relações visuais. As relações visuais, neste contexto, adquirem especial importância porque são elas que vão qualificar as margens do IC3 e, transmitir assim, aos usuários deste eixo rodoviário a existência naquela zona de espaços de lazer de qualidade. Desta forma é proposto um corredor verde arborizado com carvalhos, sobreiros e cedros, que contribuirá para a valorização das relações visuais ao longo desta via.

Outra vertente do Parque Urbano, que se insere neste campo das relações visuais é a criação *TreeTop Walk*. Como pequeno percurso pedonal, elevado em relação ao solo, junto à copa das árvores, de modo a permitir uma impactante experiência de observação e por outro lado ligar as instalações de apoio ao seu ponto mais elevado, possibilitando a sua fruição por parte do público com mobilidade reduzida e onde está implantado um Belveder. Como elemento integrante do Parque Urbano, a sua principal função é a valorização e vizualização da paisagem envolvente, tirando partido do desnível topográfico. Desta forma, este equipamento proporciona uma vista alargada sobre elementos/vestígios do Passado deste território (*oppidum*, Baixo Mondego, Maciço do Sicó, Serra da Lousã) com o objetivo de "contar" e divulgar a história do território de Condeixa.

A sua forma triangular segue a intenção de valorizar três direções distintas, como a do Paúl de Arzila e centro de Condeixa-a-Nova, a da aldeia de Condeixa-a-Velha,

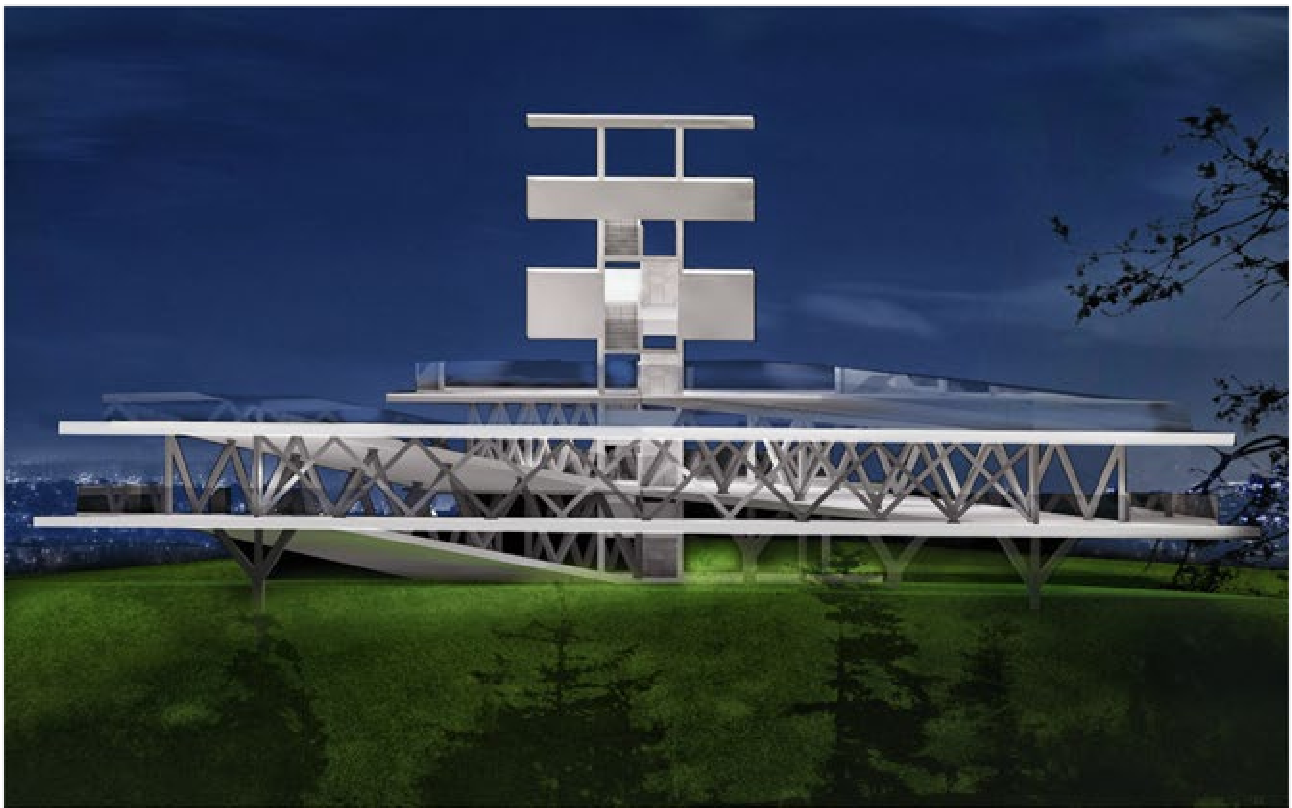


Figura 42: Belveder

oppidum de Conimbriga e a Serra do Sicó e por último, a direção do território adjacente do lado Nascente, onde é visível a Serra da Lousã.

Este equipamento é composto por cinco pisos, dos quais os primeiros três beneficiam de um acesso em rampa, de modo a possibilitar a sua fruição por parte de todos. Os restantes pisos, assumem uma forma quadrangular de forma a marcar a paisagem através da sua verticalidade e possuem um acesso em escada que liga todos os pisos, com o objetivo do público após a sua visita não voltar a fazer o mesmo percurso.

Com uma altura total de dezassete metros, as estruturas, que se encontram em contato com o solo, que servem de suporte das plataformas que se encontram em balanço, assumem um desenho natural, como de um tronco de uma árvore se tratasse, compensando a plataforma que serve de chegada do público que se encontra em total contacto com o solo. A estrutura seguinte, até ao terceiro piso, adota a forma em X equiparando-se à ramificação de uma árvore. Em relação à estrutura dos restantes pisos, assume uma forma simples, sobre quatro pilares possibilitando uma observação de 360o sobre o território de Condeixa.

Desta forma, a singularidade do Belveder e as particularidades dos percursos projetados constituem diversos exemplos e formatos de fruição específicos e de aprendisagem, que permitirão uma abordagem singular em relação à Paisagem do território de Condeixa.

Num contexto marcado pela ruralidade, com a Rua Principal como limite Poente e a EN 342 está localizado o Parque Rural.

Como extensão do Parque urbano, este setor assume a continuidade dos percursos pedonais e cicláveis como do corredor verde em redor do IC3.

Com localização a Norte do IC3, a proposta referente a este Parque contempla uma área destinada à expansão e transformação urbana e uma outra reservada à implantação de uma Horta Urbana.

Constituída com tipologias unifamiliares e plurifamiliares, esta área será servida por novos arruamentos, transversais á rua principal e á antiga EN342.

A estas ligações estão-lhe associadas a espaços verdes de modo a valorizar a passagem e fruição dos seu utilizadores e também com o objetivo de dar continuidade à mancha verde presente no Parque urbano até à mata da Abufarda.

Figura 43: Largo da Igreja



Figura 43: Largo da Igreja

A sul desta área, é proposto uma Horta Urbana como principal função a atividade agrícola. Esta infraestrutura é servida por um parque de estacionamento e composta por uma área de receção e secretariado, uma sala destinada a formações, um local destinado à venda ao público, dois armazéns, destinados ao armazenamento dos produtos derivados da exploração e outro relacionado com utensílios e maquinaria necessária à atividade agrícola e por último uma área destinada aos usuários, albergando uns balneários.

Inserida em contexto urbano, esta prática desempenha um papel comunitário, pedagógico e cultural. As relações e o respeito entre os seus usuários, a sensibilização para o consumo de produtos biológicos, a continuação de uma atividade importante ao território e a venda dos seus produtos, como efeitos económicos são pontos chave desta proposta com o objetivo de apoiar um desenvolvimento sustentável do território.

No lado Sul do IC3 o parque preserva a continuação do corredor verde e dos percursos pedonais com ligação ao limite Nascente a mata da Abufarda através da passagem pedonal inferior derivada da requalificação do acesso a Conimbriga e Condeixa-a-Velha e como limite Sul desta área está a Igreja Matriz de São Pedro.

Polo de Investigação

Como marca de um passado, as Ruínas de Conimbriga marcam visualmente e culturalmente esta área. De forma mais alargada, a presença Romana marca todo o território de Condeixa e dos concelhos vizinhos.

Como símbolo único a nível Nacional, os seus reflexos no território, onde está inserido, não advêm apenas da sua marca visual no território e do valor cultural, mas também dos seus impactos económicos, derivados maioritariamente do Turismo.

Em 2018, o impacto económico do turismo de Conimbriga foi, segundo o Inquérito anual LAC/CEFOP, de 7,5 Milhões €.

Desta forma, o património de Conímbriga associado a atividade turística, traduz--se num importante motor económico para a região, beneficiando a "valorização do património arqueológico" (Carbone, 2011:105) e por sua vez, a disciplina da



Figura 44: Ilustração da requalificação do largo

Arqueologia.

Não é apenas a cultura material proveniente dos vestígios do passado que pretende ser valorizada com esta proposta. O largo, como característica cultural associadas ao contexto rural de Condeixa-a-Velha é um ponto central neste setor do

Os largos presentes na aldeia são um espaço de vivência coletiva. Como centro de vida social, onde em diversas horas os seus habitantes se encontram, é sinónimo da identidade de Condeixa-a-Velha. Como espaço social, as relações que lá se desenvolvem estão "profundamente ligadas ao lugar, ao social e ao cultural (REINO, 2005:3).

De forma valorizar o território de Condeixa-a-Velha, além das requalificações das ligações e dos espaços verdes, a proposta defende a criação de um novo largo através da requalificação do atual largo da Igreja, que atualmente serve de estacionamento de apoio à Igreja e ao cemitério e de recinto festivo durante a festa anual da aldeia.

O largo da Igreja assume um papel central no território e a sua requalificação para um espaço público qualificado que articula o Parque Urbano, Conímbriga e Condeixa-a-Velha. Neste espaço arborizado com pavimento em saibro, é pretendido albergar o regresso da antiga Feira de Conímbriga. Feira que, antes do seu término, era realizada na zona envolvente das Ruínas, mais especificamente no atual parque de Merendas. Adjacente a este largo, a implantação do Polo de Investigação atribui uma nova dimensão e um novo valor este conjunto. Cria-se assim um novo espaço/ponto de encontro, que visa o reforço da coesão social.

Como extensão e complemento ao Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra, a criação de um Polo de Investigação em Arqueologia faz assim, uma aproximação entre as Ruínas de Conímbriga e a Universidade de Coimbra, como também com o Ministério da Cultura e a própria Câmara Municipal de Condeixa.

A criação do Polo de Investigação será apenas um meio para atingir os objetivos globais, assim não deverá ser considerado como um objeto, mas sim, como parte integrante de uma estratégia global que é apresentada nesta dissertação.

Com a sua construção é pretendido o reforço e a integração do arqueossítio de Conímbriga nas dinâmicas de promoção do património arqueológico, em particular da romanização do território da região centro.

Inserido num contexto rural, a própria implantação do Polo pretende valorizar a identidade de Condeixa-a-Velha criando uma frente direcionada para o largo. A





Figura 45: Polo de Investigação

sua forma arquitetónica provém da forma retangular de uma praça interior do Forum Romano, apenas com as diferenças resultantes da subtração, de um dos lados, e rotação de outro em linha do corredor verde proposto em redor do IC3.

Em relação ainda à sua implantação, a futura extensão do perímetro das Ruínas, é tido em conta.

Os acessos ao Polo de Investigação, por via automóvel, podem ser realizados através da saída do IC3 e pelo interior da Aldeia. Como apoio, é proposto um parque de estacionamento perto do Polo de forma a albergar a antiga função do largo da Igreja e também servir os utilizadores dos percursos pedonais propostos.

Referente aos acessos pedonais e cicláveis, o Polo é abrangido pela continuação dos percursos existentes no parque Urbano, prolongando-os até às Ruínas e à mata da Abufarda.

Dividido em três áreas, ligadas em torno de uma praça triangular que pontualmente é composto por colunas, o edifício é composto por uma área referente à cafetaria e auditório, outra destinada aos laboratórios, escritórios e área de direção e por último uma área destinada ao armazenamento e mostra ao público dos vestígios presentes no território.

Num primeiro elemento, como frente de rua do Polo, está implantada uma cafetaria. Direcionado aos investigadores e ao publico em geral, o seu acesso é realizado através do largo e pelo interior da praça por parte, exclusivamente dos investigadores.

Na sua extremidade, do lado nascente, este elemento, serve como ponto de ligação ao elemento reservado à investigação, e o seu acesso é reservado ao público interno, que pode ser feito por parte do largo ou por parte da praça.

Como espaço de receção aos investigadores e ao publico de futuras conferencias/apresentações a serem realizadas no auditório, este espaço serve também de área de distribuição. Desde o acesso ao auditório e respetivas instalações sanitárias, é deste ponto que é possível o acesso à área de direção, contendo salas de reunião e um pátio, com ligação ao exterior, organizador dessa área. O acesso aos escritórios e laboratórios é feito por este ponto de ligação, que é caracterizado pela presença de colunas Romanas em linhas com as presente no exterior, e uma entrada de luz natural na cobertura.

Os escritórios que servem de apoio á investigação são organizados em torno de um pátio exterior com uma pala como cobertura e modo a valorizar o contacto com a

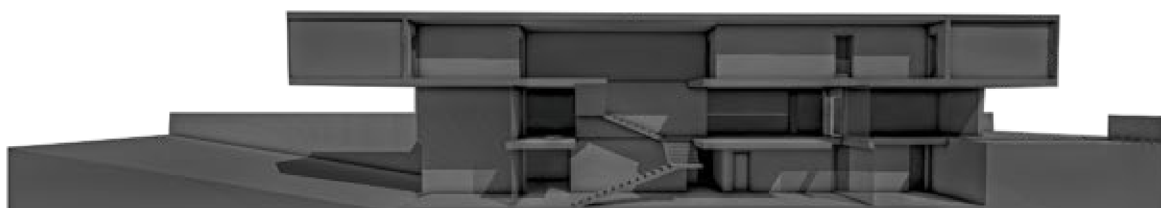


Figura 46: Unidade de Alojamento para investigadores

paisagem circundante.

Os laboratórios encontram-se orientados para a praça do Polo e possuem ligação entre si. Com um corredor de serviço, com dimensões ajustadas ao transporte de grandes objetos, esta área permanece ligada com a área de armazenamento.

Distanciado do primeiro elemento de forma a criar um arruamento pedonal de acesso á praça interior do edifício está implantado o elemento de grandes dimensões destinado ao armazenamento, de forma a albergar os vestígios encontrados em futuros trabalhos em Conimbriga como a nível nacional de forma a responder à falta de espaço de armazenamento por parte do Museu Monográfico e do seu Laboratório. Neste sentido é proposto que as instalações do laboratório, atualmente a funcionar no museu, passem a ser instaladas no edifício do polo assim como todo o material contido no arquivo do Museu.

Este elemento possui um acesso automóvel exclusivo à carga e descarga de vestígios arqueológicos e também uma área com um pé direito com cerca de seis metros de forma a facilitar a composição de peças e elementos de grandes dimensões, como são exemplo as colunas romanas.

Como complemento a este edifício, é proposto um alojamento para investigadores que pode servir para arqueólogos ou para outros hóspedes como professores, alunos e congressistas que está implantada na rua Principal.

Com acesso pedonal direto ao Polo, a Unidade de Alojamento para investigadores está implantada num terreno desocupado em frente ao Parque Rural. A entrada no edifício é realizada através da rua principal e é exclusivamente pedonal. O seu acesso por via automóvel é feito pelo lado oposto através do arruamento proposto através da expansão urbana dessa área.

A unidade é composta por três pisos, e de forma a manter a regularização de volumes na rua o edifício tem um piso abaixo do nível da estrada. Este piso inclui uma área comum aos hóspedes, uma área da direção e uma área de serviços/lavandaria. De forma a valorizar este espaço é criado um pátio e uma rampa nas traseiras de forma a tornar este espaço harmonioso com a entrada de luz natural e assim tornando-se agradável para os seus utilizadores. A áera comum dos residentes, também é caracterizada por um pé direito duplo. O piso do rés-do-chão incluirá uma receção, uma cafetaria e outra sala comum para uso dos residentes. O acesso ao edifício é feito por intermédio

de uma ponte sobre o pátio. O piso superior incluirá os quartos de forma a privilegiar a vista sobre a envolvente. De forma a permitir a continuidade de ligações criadas no parque urbano, o edifício possui várias rampas e umas escadas que permitem o seu atravessamento.

Com a implantação destes equipamentos e como resultado, a dinamização desta área rural de Condeixa-a-Velha, é esperado a atração de novos públicos.

Deste forma, a proposta incide também a criação de novos serviços e novos equipamentos de interesse comunitário, como restaurantes, cafés ou mesmo destinados ao Turismo Rural. Estes serviços nascerão através da refuncionalização e reabilitação de edificado abandonado de Condeixa-a-Velha de forma a valorizar a aldeia e responder à reduzida oferta hoteleira da região.

Para além da valorização do núcleo de Condeixa-a-Velha é pretendido dar conhecer os valores paisagísticos da envolvente como a cascata do rio de Mouros, o canhão que envolve o próprio rio de mouros, as ruínas da antiga ponte romana, Ponte da Sancha, e as buracas do Casmilo, através de percursos pedonais. O aqueduto e a muralha do Alto Império, também são valorizados por percursos pedonais específicos contendo pequenas instalações artísticas pontuais de forma a sinalizar e a simbolizar estes importantes elementos de outrora.

A Peregrinação a Fátima e Santiago de Compostela são outros exemplos de importantes percursos presentes também neste território que são utilizados por milhares de pessoas/ano que de certa forma podem contribuir para a valorização e desenvolvimento da aldeia através da sua promoção e contributo económico.

Para concluir, os resultados deste sector focam-se na requalificação paisagística e num investimento na Arqueologia como forma de projetar a marca "Condeixa" associada ao Património Arqueológico, e também no reforço da coesão urbana e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da posição privilegiada em termos geográficos e de proximidade a infraestruturas rodoviárias nacionais e supraconcelhias, bem como à capital de distrito e aos serviços que a integra, o sistema urbano polinuclear de Condeixa-a-Nova condiciona fortemente a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Este sistema urbano é composto por uma centralidade, o núcleo de Condeixa-a-Nova, e um conjunto de outros núcleos urbanos antigos e urbanizações recentes que dela dependem fortemente. Por isso, as infraestruturas rodoviárias que servem as ligações deste conjunto urbano desempenham um papel fundamental na coesão de todo sistema polinucleado. Porém, as características de alguns componentes dessas infraestruturas não permitem que esse papel seja positivo e existem situações em que contribuem mesmo para a sua desagregação. Como consequência, existem núcleos urbanos segregados em resultado das dificuldades que se colocam ao nível das acessibilidades.

O núcleo de Condeixa-a-Velha e o arqueossítio de Conimbriga é um destes casos, em grande parte como resultado da construção do IC3, que faz a ligação Tomar. Se, por um lado, esta rodovia veio criar uma ligação mais rápida entre dois bens agora inscritos na Lista de Património da Humanidade da UNESCO - Alta e Sofia - Universidade de Coimbra, Convento de Cristo -, por outro, criou uma barreira no relacionamento entre Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova.

Segundo a caracterização dos usos do edificado, os equipamentos e serviços de interesse público, localizam-se todos a Norte do núcleo de Condeixa-a-Velha, a Norte do IC3, ou seja, em Condeixa-a-Nova, explicando a necessidade de deslocações para aceder a bens fundamentais para o exercício de uma vida urbana.

Os usos do edificado em Condeixa-a-Velha são essencialmente habitação. Não existe, sequer, comércio de rua, serviços de proximidade ou equipamentos de interação social, excluindo um café, a igreja matriz e, claro, o Museu Monográfico de Conimbriga.

No que diz respeito ao espaço público de Condeixa-a-Velha, este encontra-se em bom estado de conservação e, além das ruas e caminhos, é composto pelo Largo Eng.º Costa Alemão e pelo largo da Rua da Escola. Este é o espaço de receção de Condeixa-a-Velha para quem chega vindo de Condeixa-a-Nova e serve também a ligação ao IC2, através da Rua da Escola. Além disso, é o único espaço com características que favorecem a interação social e é a partir dele que se tem acesso à Igreja Matriz, ao Cemitério e às ruínas de Conimbriga.

Como resposta e com base na identificação das fraquezas do local e com o objetivo principal definido, o reforço da coesão do conjunto Conimbriga, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova.

Estratégia que serve de base a esta dissertação e consiste, em linhas gerais, na criação de um Polo de Investigação em Arqueologia e na requalificação paisagística da área envolvente através da criação de um Parque Urbano, com percursos pedonais e cicláveis, que incluirá duas dimensões, uma de carácter urbano e outra de carácter rural.

Com a criação de um Parque Urbano, são desenvolvidas várias relações visuais e físicas, mas o seu objetivo passa também pela unidade que confere à área em que está inserido e na qual se encontra desvalorizada. Outro objetivo do Parque está associado ao controlo do impacto negativo do IC3 no território, através da criação de um corredor arborizado. Como equipamento integrante do parque é proposto a criação de um belveder que valoriza o território (assim) unificado e as relações visuais com a paisagem envolvente contando a História de Condeixa com base nos elementos presentes na paisagem.

Outro ponto chave da estratégia é a requalificação da Rua Principal, como sinónimo do reforço da ligação rodoviária e pedonal entre a aldeia de Condeixa-a-Velha ao núcleo urbano central de Condeixa-a-Nova.

O Polo, como Unidade de Investigação, funcionará como complemento do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra e desta forma é pretendido que contribua para a produção e divulgação do conhecimento científico, através da utilização dos mais avançados recursos tecnológicos quer na pesquisa/investigação. Com este equipamento também é pretendido a divulgação dos inúmeros vestígios do Passado presentes no território envolvente de Condeixa.

Composto por um único edifício, estão compreendidas as áreas afetas à

atividade de investigação, integrando espaços de armazenamento e de análise de achados resultantes de futuras escavações na área de Conímbriga, mas também de todos os trabalhos arqueológicos a nível Nacional. Como complemento, e com acesso pedonal exclusivo, é proposto uma Unidade de Alojamento para Investigadores.

Com a sua implantação, é também pretendido que a identidade de Condeixa-a-Velha seja valorizada com a criação de um largo que resultará da frente do edifício do Polo e da Igreja Matriz de São Pedro. A requalificação do largo da Igreja representa uma proposta fulcral, permitindo articular o Parque Rural, Conímbriga e Condeixa-a-Velha. Deste modo é proposto um novo espaço que além de valorizar o património arqueológico visa a criação de um centro de identidade.

O património arqueológico presente em Condeixa é único em Portugal. Visitado por cerca de 106 mil visitantes em 2018, as Ruínas de Conimbriga, representam um importante reflexo do contexto Romano no território de Condeixa, apesar de, apenas, e só, uma sétima parte se encontra a descoberto.

Todo o conhecimento que nos é dado a conhecer atualmente, da antiga Cidade Romana de Conimbriga, provêm das investigações e trabalhos realizados desde a sua descoberta. Cento e vinte anos depois da primeira escavação sistemática em Conimbriga o oppidum, da antiga cidade romana, esconde inúmeros vestígios e segredos do passado que traduzir-se-ão em novas verdades de um passado ainda desconhecido.

O período romano é apenas uma parte das diferentes fixações que tiveram lugar no território de Condeixa desde o Bronze Final a Alta Idade Média. Desta forma, a criação do Polo em Investigação contribuirá para a continuação e para o futuro da investigação arqueológica de Conimbriga e a nível Nacional.

Os contributos deste equipamento vão além do seu próprio contributo para a produção de conhecimento científico e da divulgação do vasto património arqueológico. Inserido numa estratégia global, os seus impactos refletem-se também no contexto territorial, contribuindo assim para o objetivo desta proposta prática, o reforço da coesão urbana do território de Condeixa-a-Nova.

A estratégia em projeto ensaiada nesta dissertação cumpre o principal objetivo do enunciado e deste modo não deve ser entendida como a única que pode desenvolver o território de Condeixa, mas como parte de uma visão integrada, assente na valorização do património arqueológico em linha com os princípios defendidos na Recomendação da Paisagem Urbana Histórica e Urbana.

BIBLIOGRAFIA

[S.N.], - *In memoriam: Robert Étienne: 1921-2009*. Conimbriga: Revista de Arqueologia. Vol. 49, 2010, 26-27. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/110699

[S.N.], - *João Manuel Bairrão Oleiro: in memoriam*. Conimbriga: Revista de Arqueologia. Vol. 39, 2000, I-II.

ALARCÃO, ADÍLIA, & VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA (2004). *Conimbriga – Investigação, salvaguarda e apresent*ação. Programas e projectos. Apêndice a CORREIA, V. H. (ed.) Perspec*tivas sobre Conimbri*ga, Lisboa, Ed. Âncora/Liga de Amigos de Conimbriga, 120 -12*8.*

ALARCÃO, JORGE de (1988). *O domínio romano*. Mem Martins: Europa-América.

ALARCÃO, JORGE de (1990), *Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*". Em: *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires*. Paris, C.N.R.S., 21-34.

ALARCÃO, JORGE de (2000). In memoriam João Manuel Bairrão Oleiro: 1923-2000. O Arqueólogo Português. Lisboa. S. IV, 18, 7-10

ALARCÃO, JORGE de (2004), I*n territorio Colimbrie: Lugares velhos (e alguns deles deslembrados) do Mondego.* Lisboa, IPA.

ALARCÃO, JORGE de (2009). Memoriam Robert Étienne. Rua Larga, 24, 26-27.

ALARCÃO, JORGE de, ETIENNE, ROBERT & Centre national de la recherche

scientifique (France). Bureau d'architecture antique du Sud-Ouest. (1977). *L'architecture. Fouilles de Conimbriga I.* Paris: Diffusion E. De Boccard.

ALARCÃO, PEDRO (2009). *Construir na ruína: A propósito da cidade romanizada de Conímbriga*. Universidade do Porto.

ANDERSEN, HANS CHRISTIAN (1972). *A visit to Portugal*, 1866. Owen.
arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-IIId.C.). In: Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.)

ANDERSON, DAVID G., THADDEUS G. BISSETT, STEPHEN J. YERKA, JOSHUA J. WELLS, ERIC C. KANSA, SARAH W. KANSA, KELSEY NOACK MYERS, R. CARL DEMUTH E DEVIN A. WHITE (2017). *Sea-level rise and archaeological site destruction: An example from the southeastern United States using* Digital Index of North American Archaeology (DINAA). *PloS one*, *12*(11), e0188142. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0188142

ANDRADE, C., REBÊLO, LP, BRITO, PO & FREITAS, MDC (2013). Processos holocênicos: aspectos da geologia, geomorfologia e desempenho sedimentar do troço litoral Tróia-Sines. Geologia de Portugal, vol. II: Geologia Meso-cenozóica de Portugal.

ASCHER, FRANÇOIS (2010) - *Novos princípios do urbanismo. Um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.

BANDARIN, FRANCESCO (2007). *World heritage: challenges for the millennium*.

BANDARIN, FRANCESCO; OERS, RON van (2012) — *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.

BANDARIN, FRANCESCO; OERS, RON van (Ed.) (2015) — *Reconnecting the City. The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley-Blackwell.

BRANDÃO, JOSÉ MANUEL (2013). *Paul Deshayes* (1796-1875) *e a Comissão*

Geológica do Reino: uma colaboração com o Estado português. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, JULHO-SETEMBRO, 2013, 865-883.

BRUM, PATRÍCIA SANTIAGO PINTO (2013). *Contributos para a programação museológica do acervo arqueológico romano de Tróia*. Museu ou centro de interpretação? (Dissertação de Doutoramento).

BRUNDTLAND, GRO HARLEM (1987). Report of the World Commission on environment and development*: our common future.* ONU. Disponível em: http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf.

CAMPANA, STEFANO (2017). *Drones in archaeology. State-of-the-art and future perspectives*. Archaeological Prospection, 24(4), 275-296. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/arp.1569

CARBONE, FÁBIO (2006). *Turismo, Património e Sustentabilidade. Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos* (Doctoral dissertation, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Disponível em: http://ria.ua.pt/bitstream/10773/8949/1/2007000091. pdf

CARBONE, FÁBIO (2011). *Turismo, Arqueologia e desenvolvimento. Gestão de áreas arqueológicas com fins turísticos, O Caso de Conimbriga*. Revista Turismo & Desenvolvimento, (15), 103–115.

CARBONE, FÁBIO (2017). *Archaeology and Sustainability: Model of operationalization of Complexity*. In L. Oosterbeek, B. Werlen, & L. Caron (Eds.), Sustainability and Sociocultural Matrices (Vol. 1, pp. 103-119). Terra & Memoria Institute.

CARDONNA, Jeremy L. (2014) – *Sustainability: a history*. New York: Oxford University Press.

CARDOSO, JORGE; FIGUEIREDO, HUMBERTO; CORREIA, VIRGÍLIO

HIPÓLITO (2018). *Digital tools for exploring Roman mosaic*. Emerging and Future Trends in Creative Tourism-Abstracts Book.

CARDOSO, JOÃO LUÍS & ALMAGRO-GORBEA, M. A. R. T. Í. N. (2011). *LUCIUS CORNELIUS BOCCHUS. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Actas do Coloquio Internacional celebrado em Troia (Outubro de 2010)

CARDOSO, JOÃO LUÍS (2000). *Como nasceu a arqueologia em Portugal*. O Estudo da História, 9-30.

CARDOSO, JOÃO LUÍS (2014). *António Inácio Marques da Costa* (1857-1933), *Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos*. Setúbal Arqueológica. II Encontro de Arqueologia da Arrábida Homenagem a AI Marques da Costa, 11-44.

CARDOSO, JOÃO LUÍS, GRADIM, ALEXANDRA (2004). *Estácio da Veiga e o reconhecimento do Algarve: o concelho de Alcout*im. O Arqueólogo Português. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4ª série, 22, 67-112.

CARVALHO, PEDRO C (2014). *O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológic*o. Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável, 7-17.

CASTRO, A. M. S. de (1873). *Instituto de Coimbra. Comissão de Archeologia. S*essão de 6 de Novembro de 1873, in O Instituto, 17, 270-274 Coimbra, C.E.A.U.C.P., 261-298. Coimbra. Coimbra, Virgílio N. H. Correia.

CGLU (2004). *Agenda 21 for culture*. Barcelona: Committee on culture–United Cities and Local Governments. Disponível em:http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21_en.pdf

CGLU (2010). *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development*. Declaração de

Política das Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG). Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/zz_culture4pillarsd_eng.pdf

CGLU (2015). *Cultura e Cidades Sustentáveis*. I Cimeira da Cultura da CGLU. Bilbao. Disponível em: https://www.uclg.org/sites/default/files/cumbre_bilbao_eng_af.pdf

CGLU (2016). *Statement of the Second World Assembly Of Local And Regional Governments to the Third Un Conference On Housing And Sustainable Urban Development-* HABITAT III. Quito, Equador. Disponível em: https://www.uclg.org/sites/default/files/statement_of_2nd_world_assembly_to_habitat_iii.pdf

CGLU (2017). *2nd UCLG Culture Summit Commitments and Actions for Culture in Sustainable Cities*. Jeju, República da Coreia. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/report_culturesummit-cglu-jeju_eng.pdf

CGLU (2019*). 3nd UCLG Culture Summit. Cities lead the actions on the role of culture in sustainable development*. Buenos Aires. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/bsas_019_background-doc_eng.pdf

CHARLES, ROCHA; DIAS, LINO; ALARCÃO, PEDRO (2015) – Tongobriga Reflexões sobre o seu Desenho Urbano. Porto: CITCEM/Afrontamento.

CHOAY, FFRANÇOIs (1992). *A Alegoria do Patrimóni*o. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHOAY, FRANÇOIS (2011). *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70.

CONCEIÇÃO, AUGUSTO DOS SANTOs (1983). *Condeixa-a-Nov*a. 2ªedição, Revista e Acrescentada por José Maria Gaspar, Coimbra.

CONCELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2016*). Urban agenda for the EU "Pact*

of Amsterdam". Acordo da reunião informal dos ministros da UE responsáveis pelas questões urbanas em 30 de maio de 2016. Amsterdão. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/urban-development/agenda/pact-of-amsterdam.pdf

CONDEIXA, C. M. (2007). *Condeixa 2020: o futuro começa hoje!*

CONDEIXA, C. M. (2009). *Agenda 21 Local.*

CONDEIXA, C. M. (2015). *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova*. Condeixa-a-Nova: Plural.

CONDEIXA, C. M. (2016). *Plano de Ação de Regeneração Urbana.*

CORREIA, VERGÍLIO (1916) - *Conimbriga. A camada pré-romana da cidade*. (Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série, 21, 252-264.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO & RUIVO, JOSÉ (2015). *Conimbriga: história, gestão e proteção de uma cidade roma.* Arqueologia e História, 64, 141-151.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (1993a). *Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego*". In: Tavares, A. A. (ed.), *Os fenícios no território português. Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa.* Estudos Orientais IV, 229-284.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (1993b). *Cidade e função urbana no Ocidente da Lusitânia*. A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares, 1, 61-80.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (1994), *O anfiteatro de Conimbriga. Nota preliminar*. Em: *El anfiteatro en la Hispania Romana*. Mérida, Junta de Extremadura, 327-45.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (2004). *Coexistência e revolução. Urbanismo e*

arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-IIId.C.). In: Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.) O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão. Coimbra, C.E.A.U.C.P., pp. 261-298.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (2008). Conimbriga: oitenta anos de um projecto. AL MADAN, 2ª S., Nº 16, 71 81.

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO (2010). *A Arquitectura Doméstica de Conímbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de

CORREIA, VIRGÍLIO HIPÓLITO, & REIS, M. Pilar (2000). *As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana*. In: Fernández Ochoa, C. e Garcia Entero, V. (eds.) Termas romanas en el Occidente del Imperio, Coloquio I

COSTA, ANTÓNIO INÁCIO MARQUES da (1933). *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal*. O Arqueólogo Português. Lisboa: vol. XXIX, 2-31.

CRASS, DAVID COLIN (2009). *The crisis in communication: Still with us?* In Archaeology and Cultural Resource Management: Visions for the Future edited by Lynne Sebastian and William D. Lipe, 253-258. Santa Fe, NM:SAR Press.

CROTTI, ROBERTO; MISRAHI, TIFFANY (2017). *The travel & tourism competitiveness report 2017. Paving the way for a more sustainable and inclusive future*. In World Economic Forum: Geneva, Switzerland.

CUNHA, L., ALARCÃO, A. E PAIVA, J. (coord.) (1996), *O oppidum de Conimbriga e as terras de Sicó: roteiro. Liga de Amigos de Conimbriga*. Coimbra, L.A.

CUSTÓDIO, JORGE (1993). *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza* (1837-1964) in Dar futuro ao Passado. Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.
DEMAS, MARTHA (2002) – *Planning for Conservation and Management of*

Archeological Sites in TEUTONICO, Jeanne Marie; PALUMBO, Gaetano (Ed.) (2002) – Management planning for archaeological sites. Los Angeles, Calif.: Getty Conservation Institute, 27-54.

DGEMN (1964). Boletim *da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Ruínas de Conimbriga*: Consolidação de mosaicos). Lisboa. DGEMN. Nº 116

DIAS, LINO TAVARES & HOMEM, PAULA MENINO (1999) – *Formação em Portugal de técnicos intermédios para arqueologia, património e museus*. O Arqueólogo Português, Série IV, 17, Lisboa, MNAE, 413 – 420.

DOMINGUES, ÁLVARO (2009) - *A Rua da Estrad*a. Equações de Arquitectura. Porto. Dafne.

DOMINGUES, ÁLVARO (ed.) (2006). *Cidade e democracia. Trinta anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.

DÍAZ-ANDREU, MARGARITA (2017). Introduction. Special Issue, Heritage Values and the Public, edited by Margarita Díaz-Andreu. Journal of Community Archaeology and Heritage, 4 (I), 2–6. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/10.1080/20518196.2016.1228213

FABIÃO, CARLOS (1999). *Um século de Arqueologia em Portugal*. I Al-Madan, II Série, 8, 104-126.

FABIÃO, CARLOS (2011). *Uma história da arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da arte do Côa*. CTT.

FERREIRA, JOSÉ GOMES (2004). *Usos humanos da natureza: O exemplo da Península de Tróia*. In Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia (pp. 71-78).

GONÇALVES, ADELINO (2018) - *Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento. Uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

HABITAT, ONU (1976). *The Vancouver declaration on human settlements*. Vancouver. Canadá. Disponível em: https://unhabitat.org/history-mandate-role-in-the-un-system/

HABITAT, ONU (1996*). Istanbul Declaration on Human Settlements*. Em UN Doc. A/CONF.165/14 Disponível em: https://undocs.org/A/CONF.165/14.

HABITAT, ONU (2011). *Cidades e Mudanças Climáticas: Relatório Global sobre Assentamentos Humanos,* 2011. ONU-HABITAT. Routledge. Disponível em: http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/E_Hot_Cities.pdf

HABITAT, ONU (2016). *The United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development*. Disponível em: http://habitat3.org/documents-and-archive/final-reports/the-conference-report/

HABITAT, ONU (2016b). *New urban agenda*. Quito declaration on sustainable cities and human settlements for all. ONU-HABITAT. Quito. Disponível em : http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/.

HABITAT, ONU (2016c). *Relatório das cidades do mundo de 2016*. ONU-Habitat. Nairobi, Quênia. Disponível em: http://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/2017/02/WCR-2016-Full-Report.pdf.

HAYASHI, N., BOCCARDI, G., & AL HASSAN, N. (2013). *Culture in the post-2015 sustainable development agenda: why culture is key to sustainable development*.

ICOMOS (2000). *ICOMOS World Report 2000 on Monuments and Sites in Danger*. Disponível em: https://www.icomos.org/risk/world_report/2000/risk2000.htm

IMAR (2006). *Beach Nourishment Designs for Tróia Peninsula*, Portugal.

INE (1980). Censos 1980. *III Recenseamento Geral da População*. Relatório sobre o Censo da População Dirigido ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indúdtria pelo Chefe da Repartição de Estatistica Geral. SEPARATA DO VOLUME 1 DE

1890. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1890

INE (1993). Censos 1991. *XIII Recenseamento Geral da População*. III Recenseamento Geral da Habitação. Resultados definitivos. Disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1991

INE, I. P. (2012). *Censos 2011 resultados definitivos* - Portugal. Lisboa-Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em: https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

INE, I. P. (2017a). *Anuário Estatístico de Portugal* – 2017. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=351948644&att_display=n&att_download=y

INE, I. P. (2017b). Projeções de População Residente 2015-2080. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=277695619&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

JON HAWKES (2001). *The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning*. Melbourne, Vic: Cultural Development Network.

LIPE, WILLIAM D. (2009) *Archaeological Values and Resource Management*. In Archaeology and Cultural ResourceManagement: Visions for the Future, edited by Lynne Sebastian and William D. Lipe, 41-63. School for Advanced Research Press, Santa Fe, NM

LISON, CÉLINE (2018). *Lascaux : de l'ombre à la réalité augmentée*. Geo Histoire, (34), 108-115. Disponível em: https://www.geo.fr/histoire/lascaux-de-l-ombre-a-la-realite-augmentee-189186

LOPES, Amoroso (1959). Museu Monográfico de Conimbriga. [Projeto de ArquiteturA]. LISBOA. FORTE DE SACAVém. Siste*ma de Informação para o Património Arqu*itectónico – Sipa. IPA.00002710.

MAGALHÃES, ANA PATRÍCIA, PINTO, INÊS VAZ, & BRUM, PATRÍCIA (2018). *STORM: Safeguarding Cultural Heritage Through Technical and Organizational Resources Management*. Al-madan On-line, 2, 171-173.

MASON, RANDALL, & AVRAMI, ERICA (2002). *Heritage values and challenges of conservation planning*. Management planning for archaeological sites, 13-26.

MATEUS, LUÍS (2012). *Contributos para o projecto de conservação, restauro e reabilitação. Uma metodologia documental baseada na fotogrametria digital e no varrimento laser 3d terrestres* (Tese de doutoramento). FAUTL. Disponível em: http://home.fa.ulisboa.pt/~lmmateus/inv_cons/VOLUME_1_web.pdf e http://home.fa.ulisboa.pt/~lmmateus/inv_cons/VOLUME_2_web.pdf

MEADOWS, DONELLA H., MEADOWS, DENNIS L., RANDERS, JORGEN., & BEHRENS III, WILLIAM. W. (1972). *The limits to growth: a report to the club of Rome*. Disponível em: https://www.clubofrome.org/report/the-limits-to-growth/

MEADOWS, DONELLA, RANDERS, JORGEN & MEADOWS, DENNIS (2004). *The limits to growth: The 30-year update*. White River Junction, Vt: Chelsea Green Publishing Company. Disponível em: http://www.peakoilindia.org/wp-content/uploads/2013/10/Limits-to-Growth-updated.pdf

MEDEIROS, M. L. F. D. (2016). *Reconstrução crítica do Anfiteatro Romano de Conímbriga* (Tese de Mestrado).

MONTEIRO, ANA MARGARIDA; FARIA, PAULINA (2006). *Troia Roman baths* (Portugal) *Assessment of history of interventions*. In International Seminar in Conservation. A Tribute to Cesari Brandi, 273-282. J. Delgado Rodrigues, JM Mimoso (eds). LNEC.

MORAIS, LUÍS FERNANDES (2010). *Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local*. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras. Disponível em: http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/168.pdf.

ONU (1972). *Report of the United Nations Conference on the Human Environment.*

Em ONU Doc. A/CONF.48/14/Rev.1. Disponível em: https://undocs.org/en/A/CONF.48/14/Rev.1

ONU (2000). *United Nations millennium declaration*. United Nations General Assembly. In UN Doc A/RES/55/2 Disponível em: http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>.

ONU (2003). *Johannesburg Declaration on Sustainable Development and Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*. Johannesburg, South Africa. New York: United Nations Department of Public Information. In ONU Doc. A/CONF.199/20. Disponível em: http://www.un-documents.net/aconf199-20.pdf

ONU (2012). *Report of the United Nations Conference on sustainable development*. ONU Doc. A/CONF.216/16. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E>.

ONU (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. Resolution adopted by the General Assembly. In. A/RES/70/1. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

ONU, CNUMAD (1992). *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. (Rio de Janeiro, 3-14 de Junho). Nova Iorque: Nações Unidas. Em ONU Doc. (A / CONF.151 / 26 (Vol. I). Disponível em: http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm.

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision*.

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018a). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*, Edição Online disponível em https://population.un.org/wup/

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018b). *Comunicado de imprensa das perspectivas da Urbanização Mundial*. Disponível em:

https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-PressRelease.pdf

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018c). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision* - [key facts]. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf

OPOKU, ALEX. (2015). *The role of culture in a sustainable built environment*. In Sustainable Operations Management (pp. 37-52). Springer, Cham.

PALUMBO, GAETANO (2002). *Threats and Challenges to the Archaeological Heritage in the Mediterranean. In Management planning for archaeological sites*. Proceedings, 3-12.

PEREIRA, JAQUELINE (2009). *Para um novo paradigma da arqueologia de emergência em Portugal*. Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, (7/8), 135-176.

PINTO, INÊS VAZ, MAGALHÃES, ANA PATRÍCIA, & BRUM, PATRÍCIA (2010). *Sondagem junto ao poço da oficina de salga 1 de Tróia*. Conimbriga, 49, 133-159.

PINTO, INÊS VAZ, MAGALHÃES, ANA PATRÍCIA, & BRUM, PATRÍCIA (2011). *O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchi*. In J. L. CARDOSO & M. ALMAGRO-GORBEA (Eds.) - Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010). Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia, p. 133-167.

PINTO, INÊS VAZ, MAGALHÃES, ANA PATRÍCIA, & BRUM, PATRÍCIA (2016). *Tróia na Antiguidade Tardia*. A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros, 309-333.
PNUA, ONU (2015). *Relatório Anual 2015*. Disponível em: https://www.unenvironment.org/annualreport/2015/en/index.html.

PNUD, ONU (2013). *Relatório de economia criativa 2013 - edição especial: ampliando os caminhos de desenvolvimento local*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD). Nova York.

RAPOSO, JORGE (2001). *Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal.* Al-Madan IIª série, 10, 107-157.

REINDEL, MARKUS; WAGNER, GÜNTHER A. (Ed.) (2009). *New technologies for archaeology: multidisciplinary investigations in Palpa and Nasca*, Peru. Springer Science & Business Media.
REINO, JOÃO PEDRO (2005). *Aldeia da Luz, uma aldeia em 'mudança' - a aldeia imaginada*. In Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Braga.

RODRIGUES, TERESA; PINTO, ML ROCHA (1997). *A evolução urbana em Portugal no último século* (1890-1991). População e Sociedade, 3, 7-22.

ROSSA, WALTER (2015) – *Urbanismo ou o discurso da cidade* in ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (2015) – Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 477-519.

ROSSA, WALTER (2018). *Só é património aquilo que temos hoje. Património é Presente*. Expresso das Ilhas, 880, 10-12.

SEQUEIRA, M., MATIAS, S., FARINHA, J. C., GASPAR, R., SILVA, C., AUGUSTO, J., ... & LUÍS, A. R. (2009). *Bases para o plano de acção para a salvaguarda e monitorização da população de roazes do estuário do Sado*. Lisbon: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

SILVA, CARLOS TAVARES & CABRITA, MATEUS GONÇALVES (1966). *O problema da destruição da povoação romana de Tróia de Setúbal*. Revista de Guimarães, 76. Guimarães, p. 147-156.

SILVA, S., ABELHA, H., RIBEIRO, P., & FIGUEIREDO, M. J. (2007). *Guia Agenda 21 Local: Um desafio para todos*. Agência Portuguesa do Ambiente. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.

SILVEIRA, TANYA, ANDRADE, F., PINTO, INÊS VAZ, MAGALHÃES, ANA PATRÍCIA, & CABEDAL, V. (2014). *Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico*. Setúbal Arqueológica, 15, 259-305.

UNESCO (2001). *Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural.* (2 de novembro de 2001) disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf

UNESCO (2007). *World heritage : challenges for the millennium*. Paris. UNESCO. Disponível em: http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/world-heritage-challenges-for-the-millennium-2007-en.pdf

UNESCO. (2012). *Culture: a driver and na enabler of sustainable development.*

UNESCO (2013a). *New life for historic cities: The historic urban landscape approach explained*.

UNESCO (2013b): *The Hangzhou Declaration: Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*. Adopted in Hangzhou, People's Republic of China, on May 17, 2013. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/FinalHangzhouDeclaration20130517.pdf

VAZ PINTO, Inês, MAGALHÃES, Ana Patrícia, BRUM, Patrícia (2014). *Ruínas Romanas de Tróia: a valorização de um património singular*. Musa, 4, Fórum Intermuseus do distrito de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal, Setúbal, pp.29-40

WISEMAN, JAMES (1980). *Archaeology in the future: An evolving discipline*. American Journal of Archaeology, 84(3), 279-285.

ÉTIENNE, ROBERT (1994). *Un grand complexe industriel a Tróia*. Mission archéologique française au Portugal/Exploration archéologique du Sado.

Bibliografia/Documentos online

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020
https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ifrru/
https://ifrru.ihru.pt/
http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf.
https://www.worldtravelawards.com
http://www.patrimoniocultural.gov.pt
http://www.unesco.org
https://www.uc.pt/rualarga/revistas/arquivo_revistas/rualarga24
https://www.culturanorte.pt
http://www.patrimoniocultural.gov.pt
https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions
http://creatour.pt/
https://mosaicolab.pt/pt/
https://www.lascaux.fr/fr
http://www.troiaresort.pt/
http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=home
http://www.storm-project.eu/
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/

Fontes da WWW disponíveis em Fevereiro de 2019.

FONTE DAS IMAGENS

Figura 1: Fotografia do autor
Figura 2: Elaborada pelo autor | Fonte ONU
Figura 3: Elaborada pelo autor | Fonte ONU
Figura 4: Elaborada pelo autor | Fonte ONU
Figura 5: Revisão 2017. Fonte ONU
Figura 6: Elaborada pelo autor
Figura 7: Fonte: UCLG
Figura 8: Fonte: *Terramoto de 1755 e Reconstrução Pombalina* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.
Figura 9: Fonte: ALARCÃO, ADÍLIA. (1987) Seminário - *Musealização de Sítios. O Sítio de Conimbriga.*
Figura 10: Fonte: FABIÃO, CA LOS (2011). *Uma história da arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da arte do Côa*.CTT.
Figura 11: Fonte: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php
Figura 12: Fonte Troia resort.
Figura 13: Fonte Troia resort.
Figura 14: Fonte: Troia resort.
Figura 15: Fonte: EPA
Figura 16: Elaborada pelo autor com base na imagem do Google Earth
Figura 17: Fotografada pelo autor
Figura 18: Fotografada pelo autor
Figura 19: Fotografada pelo autor
Figura 20: Fotografada pelo autor
Figura 21: Fonte PESSOA, M. (1991). A Muralha Augustana de Conimbriga (Autor). Conimbriga.
Figura 22: Fonte PESSOA, M. (1991). A Muralha Augustana de Conimbriga (Autor). Conimbriga.
Figura 23: Fonte PESSOA, M. (1991). A Muralha Augustana de Conimbriga (Autor). Conimbriga.
Figura 24: Fonte CORREIA, VIRGÍLIO. (2012) *A memória das Pedras.* Conimbriga. Município de Condeixa.
Figura 26: Fonte: Alarcão, Jorge. & Etienne, Robert 1977: Fouilles de Conimbriga I, L'architecture (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
Figura 27: Fonte BOLETIM DA DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (Ruínas de Conimbriga: Consolidação de mosaicos). Lisboa: DGEMN. Nº 116 (Junho de 1964).
Figura 28: Fonte: Coelho, Filipe M. M. (2016). *O sítio arqueológico de Conímbriga: proposta de um novo museu* (Dissertação de Mestrado).
Figura 29: Fotografia do autor
Figura 30: Elaborada pelo autor. Imagem base Google Earth
Figura 31: Fonte Serviço Cartográfico do Exército
Figura 32: Fotografia do autor
Figura 33: Retirada de https://www.geocaching.com/geocache/GC3KD55_canhao-do-rio-dos-mouros?guid=87d453aa-1b34-47b2-8214-819137d10485
Figura 34: Retirada de https://www.geocaching.com/geocache/GC3KD55canhao-do-rio-dos-mouros?guid=87d453aa-1b34-47b2-8214-819137d10485
Figura 35: Elaborada pelo autor
Figura 36: Composição elaborada pelo autor com elementos da proposta do grupo 1
Figura 37: Composição elaborada pelo autor com elementos da proposta do grupo 2
Figura 38: Composição elaborada pelo autor com elementos da proposta do grupo 3

Figura 39: Composição elaborada pelo autor com elementos da proposta do grupo 4
Figura 40: Fotografia do autor
Figura 41: Pré existências da área do Parque Urbano - Fotografia do autor
Figura 42: Belveder - Ilustração do autor
Figura 43: Fotografia do autor
Figura 44: Ilustração do autor
Figura 45: Ilustração do autor
Figura 46: Ilustração do autor

TABELAS

Tabela 1: Fonte: World Urbanization Prospects: The 2018 Revision
Tabela 2: ONU
Tabela 3: ONU
Tabela 4: Fonte INE
Tabela 5: Fonte ONU (Population Division)
Tabela 6: Fonte https://ifrru.ihru.pt/.
Tabela 7: Fonte: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova

Gráficos

Gráfico 1: Fonte: ONU-HABITAT
Gráfico 2: Fonte: Troia resort.
Gráfico 3: Fonte: Área Arqueológica do Freixo
Gráfico 4: Fonte: Museu Monográfico de Conimbriga
Gráfico 5: Fonte INE

ANEXOS

I - Enunciado do exercício



FCTUC DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Colégio das Artes, Largo D. Dinis 3000-143 Coimbra, Portugal
Tel.: +351 239 851 350 Fax.: +351 239 829 220
secretaria_darq@uc.pt

Unidade curricular	Atelier de Projeto IID
Grupo Temático	Planeamento Estratégico da Reabilitação e da Salvaguarda
Palavras-chave	Reabilitação urbana; salvaguarda patrimonial; desenvolvimento
Coordenação	Adelino Gonçalves | amsg@uc.pt | 919.544.598

O desenvolvimento não programado das periferias contribuiu sobremaneira para o fenómeno da desagregação urbana. Os aspetos negativos dos (chamados) centros históricos, são uma das expressões mais evidentes das consequências dessa desagregação. Estas áreas, apesar de consolidadas, carecem de intervenções na globalidade dos territórios urbanizados que reforcem a coesão urbana. O modelo das periferias não pode contaminar os centros. Pelo contrário. Cidade gera cidade. Devem ser as áreas urbanas centrais a inspirar estratégias que reforcem a coesão urbana, contaminando a envolvente. Não se afirma a centralidade sem fortalecer o(s) centro(s).

O(S) CENTRO(S) EM CONDEIXA.
Estratégia e táticas para reforçar a coesão de um território polinucleado.

O tema e contexto de fundo do exercício *O(s) Centro(s) em Condeixa. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de um território polinucleado*, é o processo de transformação do sistema urbano de Condeixa em curso e que deverá intensificar-se nas próximas décadas, redefinindo a sua integração no contexto territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC).

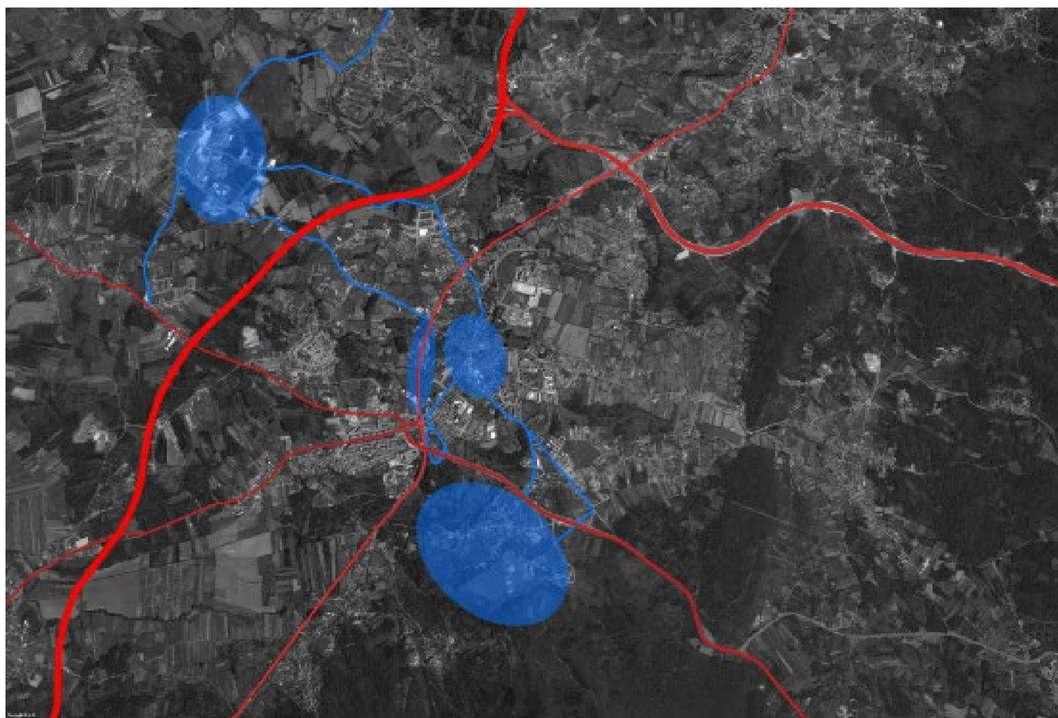
Várias componentes desta transformação foram definidas em 2007 no "Condeixa 2020. O Futuro Começa Hoje", instrumento de orientação estratégica da política autárquica. Mais tarde, foram reforçadas no Plano de Ação da Agenda 21 Local (2009) e na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), em 2015. Enquadradas em 3 Objetivos Estratégicos Globais – Competitividade Económica / Valorização Territorial e Ambiental / Potencial Humano e Desenvolvimento Social – e concretizadas para cumprir um conjunto diversificado de metas e objetivos específicos atinentes aos valores paisagísticos, culturais e económicos de Condeixa, alguns exemplos dessas componentes de transformação são a construção do PO.RO.S, Museu Portugal Romano em Sicó, a requalificação de espaços públicos na área central de Condeixa-a-Nova, a criação e valorização de espaços verdes ou a consolidação da zona industrial ligeira de Condeixa (ZIL), que deverá intensificar-se com uma aposta na instalação de equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial (restauração, serviços bancários, unidades de comércio, refeitório, etc.).

O sistema urbano de Condeixa beneficia da sua localização central no contexto de uma área metropolitana com uma demografia crescente que possui atualmente um efetivo populacional de 442 mil habitantes, tendo aumentado 12 mil nos últimos 3 anos. A este respeito, é relevante o facto de o conjunto de municípios que compõe a CIM-RC apresentar desequilíbrios que se traduzem na existência de casos

em perda e de casos com ganhos. No primeiro caso, Coimbra apresenta uma perda populacional ao longo dos últimos 15 anos, que se cifra em 13800 habitantes. No segundo caso e no mesmo período, a Lousã apresenta um acréscimo de 1390 habitantes e Condeixa de 2021.

Condeixa beneficia também da proximidade a importantes eixos rodoviários, principais e complementares, assim como das boas condições físicas do território (solos e recursos hídricos) e das características paisagísticas do Baixo Mondego. De facto, os níveis de acessibilidade e mobilidade deste sistema urbano, têm permitido que ele capitalize a proximidade a núcleos de serviços e atrações com efeitos multiplicadores – como são, por exemplo, os casos de Coimbra (saúde, ensino, I&D, turismo, comércio) ou de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz (desporto, turismo, bens alimentares) –. Por sua vez, as condições físicas do seu território permitem a produção de bens agroalimentares variados e de qualidade que justificam o reforço na promoção deste setor de atividade, e as características paisagísticas apresentam motivos e valores que justificam o reforço no *touring* cultural e no turismo de natureza.

Com este quadro de inserção territorial, o espaço físico e os quadros demográfico, socioeconómico e cultural do sistema urbano de Condeixa, sofreram ao longo das últimas décadas grandes transformações. O crescimento demográfico contínuo fez-se corresponder à expansão das áreas contruídas, tanto no perímetro urbano de Condeixa-a-Nova e de outros núcleos, como com a construção de novas urbanizações. As alterações mais determinantes e com efeitos estruturais, traduziram-se na passagem de uma sociedade predominantemente rural, para uma sociedade maioritariamente urbana, em que predominam as atividades secundárias e os modos de vida urbana. Porém, Condeixa ainda está a adaptar-se a esta realidade e os principais desafios que se colocam ao seu sistema urbano traduzem-se no reforço do policentrismo intraurbano que justifica o título do exercício *O(s) Centros em Condeixa*.



Este reforço constitui uma ambição sociopolítica que atravessa de forma transversal aqueles instrumentos de gestão territorial – *Condeixa 2020, Agenda 21 Local e PDM* –, cuja concretização requer intervenções multissetoriais, nomeadamente, de requalificação de redes de sistemas urbanos (transportes e vias, saneamento, iluminação, etc.), de reabilitação/refuncionalização do edificado de Condeixa-a-Velha e da área central de Condeixa-a-Nova, de criação de equipamentos e serviços/programas funcionais em falta para projetar as atividades mais importantes de Condeixa. Só assim se reforçará a coesão do sistema urbano de Condeixa e, por essa via, afirmará a sua centralidade no Sistema Metropolitano do Centro Litoral e em Portugal.

O exercício *O(s) Centros em Condeixa* tem em conta as orientações estratégicas de desenvolvimento constantes naqueles instrumentos, mas estas são entendidas apenas enquanto tal, isto é, enquanto propostas de intervenção que podem ser objeto de ensaio crítico ou rebatidas com outras que se julguem melhores para cumprir os mesmos efeitos de reforço da identidade polinucleada do sistema urbano de Condeixa e sua afirmação no Sistema Metropolitano do Centro Litoral.

Os trabalhos a realizar deverão constituir um contributo para a reflexão crítica que importa desenvolver neste contexto e com esta finalidades, com uma incidência particular em ações/processos estruturantes distribuídas em 4 setores de intervenção:

1) Valorização e integração do arqueossítio de Conimbriga e da envolvente do complexo, incluindo Condeixa-a-Velha;
2) Reabilitação da área urbana central de Condeixa-a-Nova;
3) Criação de uma área/plataforma que se assuma como uma "montra" do sistema urbano de Condeixa;
4) Consolidação da ZIL, com a integração de equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial e produtiva.

Serão constituídos 4 grupos de trabalho e as propostas para cada setor devem ser elaboradas com base numa programação estratégica a desenvolver numa fase inicial do exercício, tendo como objetivos comuns o reforço das articulações com as áreas confinantes a cada setor e afirmar uma identidade própria de cada um. Para cada âmbito de programação, devem ser definidos objetivos estratégicos próprios e a identificação dos projetos que os concretizem com a intervenção no seu espaço físico, bem como no seu quadro socioeconómico. Deve ter-se em conta que, em conjunto ou individualmente, estas intervenções criam "ondas de choque" que podem refletir-se de uma forma mais expressiva no seu contexto de intervenção ou nas áreas adjacentes, assim como também podem refletir-se numa envolvente mais distante. Por isso, estas "ondas de choque" não têm necessariamente uma conotação negativa. Pelo contrário. Os seus fundamentos podem ser, precisamente, os efeitos esperados e o seu contributo para reforçar a coesão do sistema polinuclear de Condeixa.

SUMÁRIO DE DESENHOS

1- Planta de implantação | Estratégia geral

2- Planta da estratégia urbana - ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um Único Lugar

3- Perfis A, B e C

4- Perfis da Rua Principal, D e E

5- Planta e Cortes da Requalificação da Rua Principal

6- Planta, Cortes e Alçados do Belveder

7- Planta, Cortes e Alçados do Alojamento

8- Planta, Cortes e Alçados do Polo de Investigação

9- Axonometria explodida do Alojamento para Investigadores

10- Axonometria explodida do Polo de Investigação



Escala 1/6000

Espaços verdes

Proposta - Equipamentos/Habitação/Vias de Comunicação

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta de implantação: estratégia geral

Legenda:

1| Setor 1: IC2: de Itinerário que desagrega a Avenida que Une.
2| Setor 2: CoiN: com um novo Centro, Condeixa Inova
3| Setor 3: ZIL: Zona Industrial. L de Ligeira, I de Integrada
4| Setor 4: ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um Único Lugar

5| Museu Monográfico de Conimbriga
6| oppidum de Conimbriga
7| Aqueduto
8| PO.RO.S

9| Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova
10| Piscinas Municipais
11| Pavilhão Polidesportivo
12|Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova

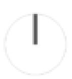
Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.

Perfil C

Perfil A

Perfil B

Escala 1/2000



Novas Habitações

Legenda:

1| Parque Urbano
2| Belveder
3| Horta Urbana
4| Alojamento para Investigadores
5| Polo de Investigação em Arqueologia

6| Museu Monográfico de Conimbriga
7| Muralha Alto Império
8| Muralha Baixo Império
9| Aqueduto
10| Anfiteatro


11| Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova
12| Piscinas Municipais
13| Pavilhão Polidesportivo
14| Percurso Pedonal

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta da estratégia urbana - ConCaV - Conímbriga e Condeixa-a-Velha, um Único Lugar

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.



Perfil A



Perfil B



Perfil C

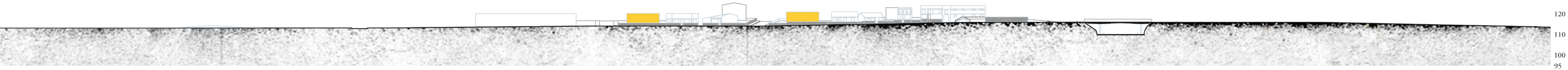
Escala 1/2000

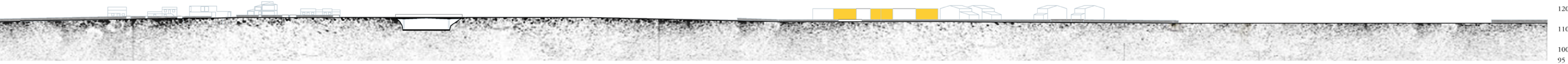
Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Perfis

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.





Escala 1/1000

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Perfis da Rua Principal

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.

Corte A - Requalificação da Rua Principal

Corte B - Requalificação/Alargamento do Viaduto

Escala 1/500



Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta e Cortes da Requalificação da Rua Principal

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.



Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta, Cortes e Alçados do Belveder

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.

Alçado SE

Alçado NW

Alçado SW

Corte A

Escala 1/500



Planta Piso -1

1| Área comum
2| Serviços
3| Instalação sanitária
4| Sala de leitura

Planta Piso 0

1| Área comum
2| Receção
3| Instalação sanitária
4| Cafetaria

Planta Piso 1


1| Área comum
2| Quarto

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta, Cortes e Alçados do Alojamento para Investigadores

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.



Escala 1/500

Legenda:

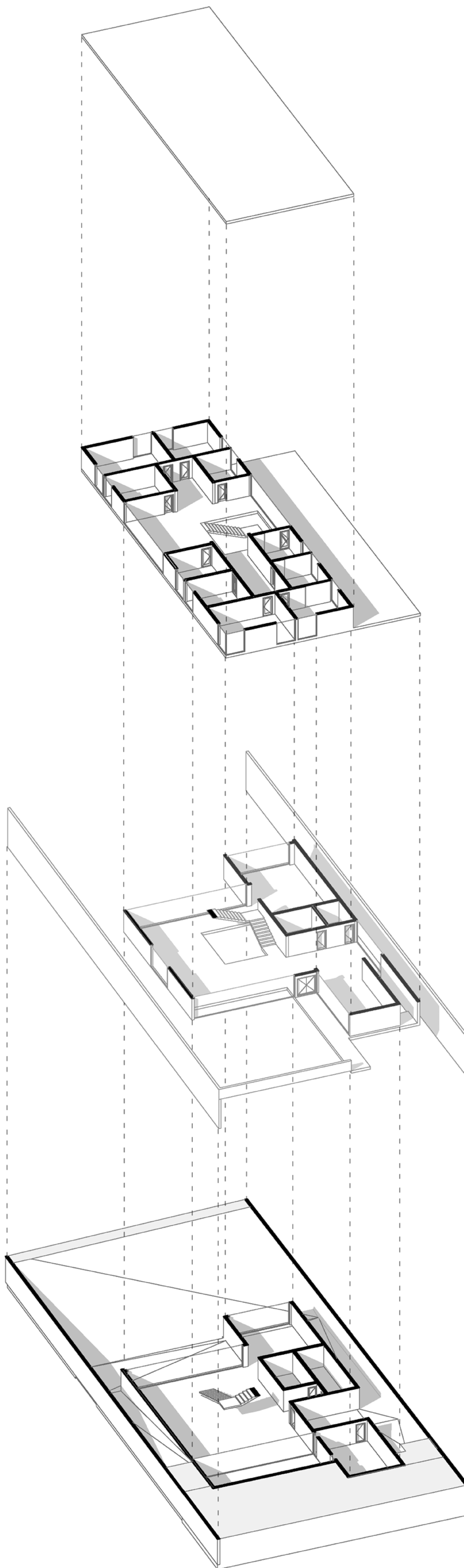
1| Receção
2| Instalação sanitária
3| Sala de exposição
4| Armazém
5| Laboratório
6| Arrumo
7| Escritório
8| Sala de reuniões
9| Direção
10| Auditório
11| Cafetaria

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Planta, Cortes e Alçados do Polo de Investigação em Arqueologia

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.



Piso 1 | Área Comun; Quartos.

Piso 0 | Área Comun; Receção; Instalação Sanitária; Cafetaria.

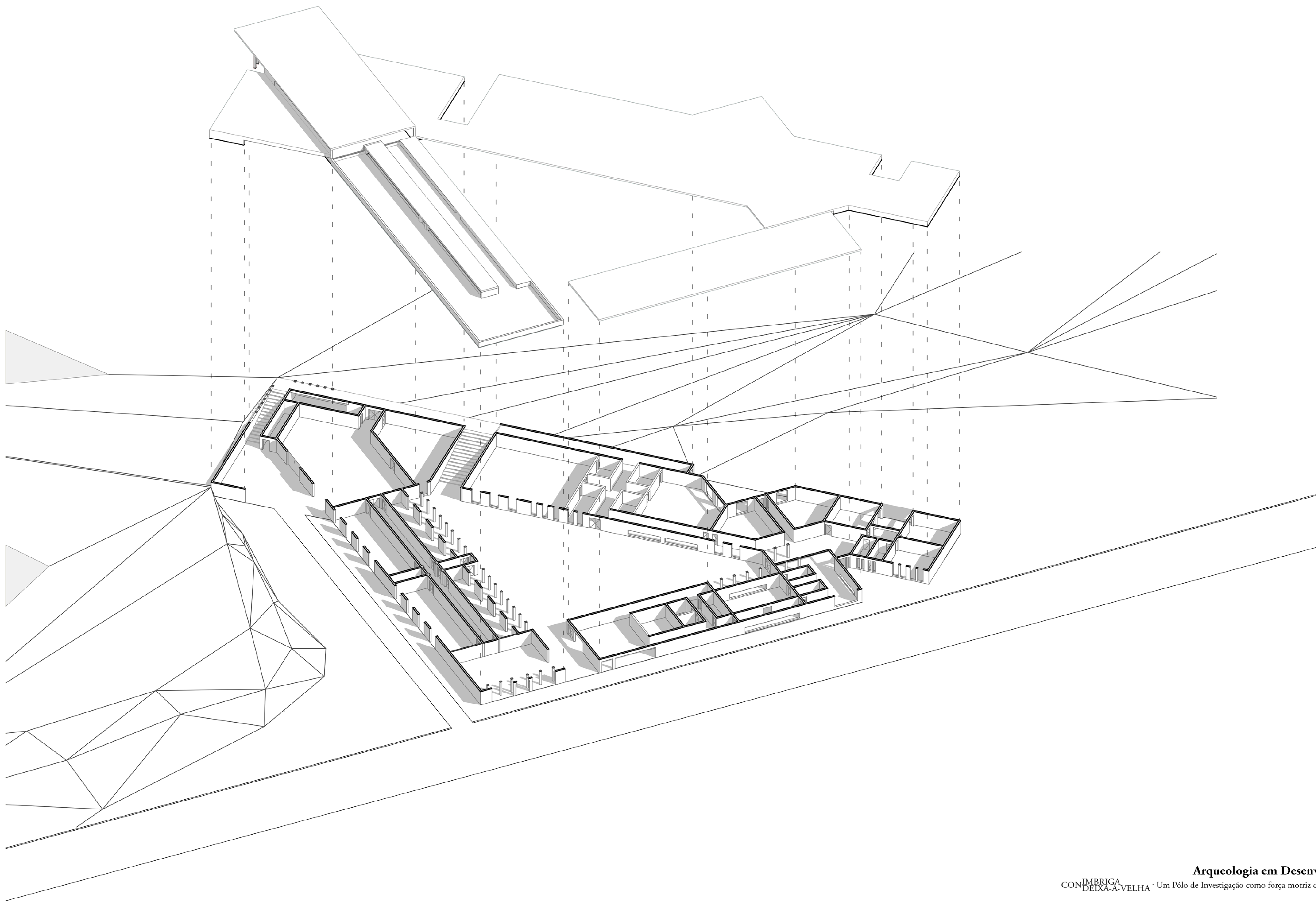
Piso -1 | Área Comun; Serviços; Instalação Sanitária; Sala de Leitura.

Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Axonometria explodida do Alojamento para Investigadores

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.



Arqueologia em Desenvolvimento

CON IMBRIGA / DEIXA-A-VELHA · Um Pólo de Investigação como força motriz da coesão urbana

Axonometria explodida do Polo de Investigação em Arqueologia

Luís Filipe Ferreira da Silva, nº2016249341. Setembro de 2019.
Departamento de Arquitetura. FCTUC. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Professor Doutor Adelino Gonçalves.